

adernos do

terceiro mundo

PALESTINA
UMA CULTURA
EM PERIGO

CHINA
UM NOVO CAMINHO ?



LINHA DA FRENTE
BARREIRA AO APARTHEID



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

Duas causas da humanidade

Dois temas centrais formam o corpo principal desta edição de cadernos. O primeiro, a situação prevalecente na África Austral, onde o regime do apartheid continua a praticar sistemáticas violações da soberania e da integridade territorial dos Estados da Linha da Frente, a cometer constantes violações da paz e a exercer contínua violência contra os povos da Namíbia e da África do Sul.

O segundo, prende-se com a luta do povo palestino numa das frentes talvez menos conhecida: a sua cultura, mais concretamente, a necessidade da sua preservação. A Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, que decorreu em Lisboa, foi o acontecimento próximo que deu origem à primeira destas grandes coberturas:

para além do que aí se discutiu e acordou como programa de acção, destacamos um artigo do tenente-coronel Vítor Alves, personalidade que presidiu aos trabalhos deste grande "forum" de solidariedade, e entrevistas exclusivas que nos concederam o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Paulo Jorge, e o presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Oliver Tambo.

O movimento internacional que se está a gerar em defesa da cultura palestina — e que viria a ser oficialmente formalizado, em Dezembro passado, na capital da Tunísia — é, por sua vez, um facto da maior relevância não apenas pelo objectivo que se propõe como também pelas personalidades que se mobilizam para o alcançar.

De facto, perante as agressões de que os palestinos são alvo por parte do Estado sionista de Israel assiste-se, com horror, não só às transgressões brutais daquilo que se considera "as leis da guerra", mas a um desafio escandaloso à consciência universal. As tropas que invadiram o Líbano às ordens do sinistro Sharon não só deixaram atrás de si um rastro de sangue e sofrimento como se desinteressaram completamente do destino dos marcos da cultura fenícia, romana e árabe que são património daquele país; ao mesmo tempo que — premeditadamente — iam pilhando a maior parte do espólio cultural do povo palestino.

Este facto revoltante continua a concitar o protesto da comunidade internacional e levou, recentemente, à criação de uma associação internacional que procura resgatar pelo menos parte desses valores, considerados património de toda a Humanidade. Neiva Moreira, director de cadernos, e a nossa companheira Beatriz Bissio, que estiveram em Tunes quando da constituição desta Associação — presidida por Sean McBride, Prémio Nobel da Paz — analisam em profundidade este tema da Palestina, onde existe "uma cultura em perigo".

Uma referência ainda à reportagem especial que o nosso enviado especial, Carlos Castilho, realizou na China, onde se desenha um novo posicionamento e uma nova abertura.

Uma abertura que procura negar os erros e excessos do passado mas que é ainda demasiado recente para poder ser avaliada com carácter definitivo.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Ld.^a
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^a
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 769/82

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador

Ernesto Pádua

Redacção

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

Alice Nicolau

Paginação

Helena Salvador

José Santa-Bárbara

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Composição e Impressão

Jornal do Comércio e Gráfica Europam

Distribuição

CDL Central Distribuidora SARL

Representantes

Angola

Luis Henriques, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito e João Escadinha

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

Altair L. Campos

Secretário de Redacção

José C. Godim

Arte

Samara (editor)

Sonia Freitas

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lidia Freitas

Eunice H. Senna

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Homero Souza

Iara Chagas

Divulgação

Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)

18 East, 18th, Street ap. 3E

Nova York - NY 10003

Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Rua do Senado, 349

Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP20.241 - Rio de Janeiro - RJ

Registo na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registo no INPI n.º 013.539

Registo no SCDP/SR/DPF

n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL

AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo s.c.

calle California, 98A - Coyocacán

México, 21 DF - teléfono: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572

México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA

EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição andina)

Publicada por DESCO: centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru - Teléfono 724-712

Edições em Inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ

EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA

INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 b- México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livro UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chagnaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoba 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. **EL JARIMILLO ARTEAGA,** Tel. 517590, Rng. Sendip Pas 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 València St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRAN-BRETTANHA:** Latin American Book Shop, 25 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódicos Humbolt N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrots de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S.A. Avé España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 85th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A. Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wénnergren-Williams AB, S-10425 Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Esptólicas, S.A., Avé México Lechosa a Pte. Brót Caracas.

6 *Panorama Tricontinental*

12 *Editorial: OPEP, um acordo "in extremis"*

Matéria de capa: Linha da Frente, barreira ao apartheid

18 O tempo urge na África Austral, *Vitor Alves*

20 Programa de Acção

22 A Linha da Frente e a teoria dos "dominós", *Lígia Chaves*

26 Dinheiro, armas e cúmplices...

32 Os rascistas fomentam o tribalismo

34 Entrevista com Oliver Tambo, *Carlos, Pinto Santos e Baptista da Silva*

37 Entrevista com Paulo Jorge, *Bernard Curet*

Palestina, uma cultura em perigo, Beatriz Bissio

40 Uma cultura milenar ameaçada

43 "Os livros não se podem defender!"

48 Assalto à arte e ao património

51 "Que Deus o julgue..."

53 As raízes históricas do sionismo, *Roger Garaudy*

56 "Um Hamlet sem Hamlet"

60 "Construir um futuro de rosto humano"

VII Cimeira dos Não-Alinhados

61 Paz e justiça para o Mundo

América Latina

65 A cor das lentes do Vaticano, *Micaela Ramada*

69 Guatemala: a técnica da "terra arrasada", *Roberto Bardini*

Cultura

73 O canto livre de Angola, *Mário Augusto Jakobskind*

76 Reconstruindo a evolução cultural de dois povos irmãos

82 Livros

Reportagem: a abertura chinesa, Carlos Castilho

85 A China e o Terceiro Mundo

89 O mercado livre na economia chinesa

94 A China e a América Latina



Entrevista com Oliver Tambo



Palestina: uma cultura atacada



NA reunião em Nova Deli

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Samuel Roch desapareceu

Dia 4 de Junho de 1982, Samuel Roch, haitiano, refugiado político na República Dominicana desde 1970, foi detido por desconhecidos, no mercado Modelo de Santo Domingo. Desde então, apesar das numerosas diligências efectuadas tanto por parte da sua mulher (de nacionalidade dominicana) como por parte do Comité de Defesa dos Direitos do Homem de Santo Domingo, não se logrou qualquer resultado. As autoridades da República Dominicana declaram nada saber sobre o assunto e afirmam que Samuel Roch não foi preso.

Samuel Roch era um dos responsáveis da Unión de Fuerzas Patrióticas y Democráticas de Haiti (JFOPADA), mas não exercia nenhuma actividade política na República Dominicana.

A opinião pública foi mobilizada na República e a imprensa publicou artigos relativamente ao desaparecido.

Os amigos de Samuel Roch efectuaram pesquisas e puderam inteirar-se de que Roch estivera encarcerado primeiramente na prisão de Puerto Principe e depois na prisão de Dajabon na República Dominicana.

Estes factos que puderam ser posteriormente confirmados, indicam que houve cumplicidade entre as polícias do Haiti e da República Dominicana, com evidente violação da Convenção de Genebra em relação aos refugiados políticos, uma vez que a República Dominicana é signatária.

Os amigos dominicanos e haitianos de Samuel Roch, convidam as organizações de defesa dos Direitos do Homem e todas as organizações democráticas, a reclamar, frente ao governo dominicano, a sua libertação imediata.

*Secretariado Permanente
Comissão para a Defesa dos Direitos
Humanos na América Central
Apartado Postal 189
Paseo de los Estudiantes, Costa Rica.*

Sudeste asiático

Li com bastante interesse a série de artigos por vocês publicados no n.º 48 da revista, sobre as ditaduras na América Latina, pois permitem uma visão global daquele continente. Parece-me que teria igualmente interesse um trabalho semelhante, relativamente ao Sudeste Asiático onde a luta dos povos se reveste de outro tipo de características.

Gustavo B. Santos, Lisboa, Portugal

Outra vez em Sabra e Chatila

Li
não vi nem ouvi
mas o eco chegou
bem dentro de mim
na hora certa
em que Sabra e Chatila
deixava no ar o odor nauseabundo
de cadáveres aputrefados
e de mutilados intactos
esperando o fluxo escuro da mortel

E estas mãos cruéis
que salpicaram de sangue
Chatila e Sabra
continuam impunes...
Tão impunes como quando
a caudalosa do Zaire
arrasta furiosamente uma criança
para o seu leito tempestuoso.

E a dor de Chatila e Sabra
irmana-se a dor estúpida
do meu ventre
que pudera se chegasse mais além
no eco funesto dos vitimados...

Para gritar:
— Alerta!
Chatila e Sabra
é um dedo de África que sangra!

NOVEMBRO/82

*Cristóvão Luis Neto (17 anos)
Malange — Angola*

Deficiências na distribuição

(...) Só consigo ler os "cadernos" três meses depois da revista ter saído em Portugal. Ainda não percebi se o problema está no envio tardio das revistas de Lisboa para Maputo ou se, simplesmente, é uma deficiência na distribuição aqui em Moçambique.

Mário Sousa, Maputo, República Pop. de Moçambique

N.R. — As revistas são enviadas para o Aeroporto de Lisboa no próprio dia da sua saída em Portugal. Se apenas se encontram à venda em Maputo meses dias depois, isso deve-se à falta de disponibilidade de carga dos aviões das LAM, que transportam os "cadernos" para a RPM, bem como eventuais dificuldades sentidas pelo INLD no sector da distribuição.

Resistência cultural negra

Quero manter contacto sobre o que li no n.º 48 desta conceituada revista-documento, a respeito das análises e propostas no sentido da formação de um comité de educação e cultura para que se considerem os blocos de *afro* e a música *reggae* como manifestações da resistência cultural negra.

Ediveldo da Silva, Nova Iguaçu, Brasil

(...) Proponho que "cadernos" publiquem uma reportagem especial sobre o movimento *rastafari* da Jamaica e a música *reggae*. Seria oportuna até mesmo uma reportagem sobre o cantor e compositor Bob Marley. (...) Espero que registem o fenómeno da música jamaicana e da identificação cultural e étnica que se dá com o negro sobretudo do Maranhão e da Bahia.

Manoel dos Santos Neto, S. Luis, Maranhão, Brasil

N.R. — "cadernos", no n.º 35 (Junho de 1981), publicou uma extensa reportagem sobre o assunto.

Contra o apartheid

Estamos a passar, em todo o Brasil, um abaixo-assinado contra o *apartheid* e pretendemos realizar um amplo debate a esse respeito. Para tanto, fazemos uma intensa campanha pró-expulsão do embaixador da África do Sul no nosso país. (...) Também gostaria que "cadernos" fizesse uma matéria sobre o "Memorial Zumbi".

Atalito Batista, Bahia, Brasil

Informar e formar

(...) Entendo que a nossa luta tem que abranger uma maior amplitude. Os "cadernos" têm responsabilidade grande em levar a todos os povos a denúncia de um sistema injusto, sistema capitalista e informar sobre a justa luta de libertação nacional, já que o imperialismo sofre uma das suas maiores crises económicas desde o "Crack" da bolsa de Nova Iorque em 1929. Levar a todo um povo que sofre já que no sofrimento está a razão, a iniciativa de liberdade, justiça e melhores condições de vida, porque viver também é preciso. Construir, na base do ensino, o homem novo. Para isso, a nossa revista tem um papel fundamental.

João Ferreira, Vila Real, Portugal

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Intercâmbio

- **Cláudia Santa-Bárbara**
rua Cidade João Belo, 3, 2.º D.
1800 Lisboa, Portugal
- **Edivaldo da Silva**
Rua Luiza Maier, 241
Parque Flora — 26000
Nova Iguaçu — Rio de Janeiro — Brasil
- **Hugo Napoleão Amorim**
SHCE/Sul 703-J — Apto. 206
70650 — Cruzeiro Novo — Brasília
DF, Brasil

- **Antônio Alves Mendes**
Caixa Postal 18409
Luanda, Angola
- **Antônio Félix**
Bairro Cda — Nelitu Soares
Rua do Negage e-5 — Casa n.º 11
Luanda, Angola

- **Jacylete Maria Abreu de Oliveira**
Rua Marechal Deodoro 249
Bairro de Benfica
Fortaleza — Ceará — Brasil

- **Sebastião Roberto de Almeida da Conceição**
Liceu Nacional Nigola Kiluanga
Turna 20 — Sala 24
Caixa Postal 1271
Luanda, Angola

- **José Isaias P. Francisco**
Caixa Postal 18455
Luanda, Angola

- **Casquinha Domingos Sardinha**
C.P. n.º 236
Ilha de Moçambique
Nampula, Moçambique

- **David Manuel Lemos França**
Rua Direita de Luanda, n.º 101
7.º andar APT 6
Luanda, Angola

- **Mário Victor Manuel Nhabanga**
Caixa Postal 2814
Maputo, Moçambique

- **Adriano Vahanina**
C.P. 236
Ilha de Moçambique
Moçambique

- **Miguel António**
C.P. 140
Cabinda, Angola

Arte

Aprendi o ofício da talha em Portugal no colégio D. Maria Pia, Casa Pia de Lisboa. Depois vim para Cabo Verde e desde há 6 anos para cá que me dedico à escultura sem nunca ter frequentado qualquer tipo de escola de arte. A princípio reproduzia figuras históricas, políticas e religiosas, depois cenas de Cabo Verde e, ultimamente, comecei a criar as minhas próprias obras.

Mário Rito de Sousa Monteiro, Av. Amílcar Cabral, n.º 123, Praia, Santiago, Cabo Verde.



Da capital caboverdeana, o nosso leitor Mário Rito (em baixo, na inauguração da sua primeira exposição) enviou-nos algumas fotos de trabalhos seus em talha de madeira. Com agrado as publicamos.



Sartawi assassinado no Congresso da Internacional Socialista

□ O XVI Congresso da Internacional Socialista, realizado de 7 a 10 de Abril em Albufeira (Portugal) encerrou com o assassinio de Isam Sartawi, representante da Organização de Libertação da Palestina no Congresso e conselheiro de Yasser Arafat para as relações internacionais. As duas balas na nuca que vitimaram o dirigente palestino foram disparadas à queima-roupa no átrio do Hotel Montechoro — a poucas dezenas de metros da sala onde eram proferidos os últimos discursos da cimeira socialista — por um comando que escapou facilmente à segurança policial do Congresso. A inoperância e a má organização do dispositivo instalado para a protecção de um encontro onde se encontravam vários chefes de Governo e dirigentes partidários de todo o Mundo, tinham sido criticados pelos jornalistas e delegados presentes em Albufeira, ainda antes do atentado.

Arafat e Hussein Abdel Khaliq, representante da OLP, em Madrid, responsabilizaram os serviços secretos de Israel (Mossad) de estarem por detrás do atentado reivindicado pelo "Grupo Abu Nidal", organização dissidente da OLP cujo chefe está desde 1973 condenado à morte por um tribunal revolucionário palestino.

Sartawi toma lugar na longa lista de dirigentes palestinos assassinados nos últimos anos em atentados deste tipo ocorridos na Europa e em cidades do Médio Oriente. Recordemos alguns deles: Hussein Bachir Abul Kheir (Nicósia, 25 de Janeiro de 1973); Basil Al Kubaisi (Paris, 6 de Abril de 1973); Kamal Masser, Abu Yussef e Kamal Aduane (Beirute, 10 de Abril de 1973); Mahmud Uld Saleh (Paris, 3 de Janeiro de 1977); Said Hammami (Londres, 4 de Janeiro de 1978); Ali Yassine (Al-Kuwayat, 15 de Junho de 1978); Ezzedine Kalak (Paris, 3 de Agosto de 1978); Abu Hassan (Beirute, 22 de Janeiro de 1979); Zuheir Mohsen (Cannes, 23 de Março de 1979); Samir Tukan (Nicósia, 15 de Dezembro de 1979); Yossef Mubarak (Paris, 17 de Janeiro de 1980); Naim

Khader (Bruxelas, 1 de Junho de 1981); Majed Abu Charar (Roma, 10 de Outubro de 1981); Kayyali (Beirute, 7 de Dezembro de 1981); Nabil Aranki Wadi (Madrid, 1 de Março de 1982); Mohammed Taha (Bayreuth, RFA, 13 de Junho de 1982); Kamal Hussein (Roma, 17 de Junho de 1982); Fadi Dani (Paris, 23 de Julho de 1982); Saad Sayel (Bekaa, Líbano, 27 de Setembro de 1982).

Apesar de todas as diligências desenvolvidas antes e durante o Congresso da IS, Isam Sartawi não tinha conseguido até à sua morte que a Internacional Socialista o reconhecesse como representante oficial da OLP acolhendo-o apenas a título de "convidado individual". Para romper a barreira imposta pela ala direita da IS agrupada em redor do presidente do Partido Trabalhista de Israel, Shimon Perez — membro de pleno direito no Congresso e um dos vice-presidentes da Internacional Socialista — Sartawi tinha entregue a Willy Brand (presidente da IS), na véspera da sua morte, um documento com 29 assinaturas de delegados que defendia o reconhecimento oficial da OLP pela cimeira de Albufeira. Na intervenção que tentara sem sucesso apresentar ao Congresso, — lida após o seu assassinato pelo secretário-geral cessante

da IS, o sueco Bernt Carlsson — Sartawi afirmava que a Internacional Socialista parecia ter esquecido o seu povo e que o destino histórico deste era "sofrer sozinho, de tal modo que o seu sofrimento possa redimir o Mundo e torná-lo melhor".



Na véspera da sua morte, Isam Sartawi abraça o líder libanês Walid Jumblatt que momentos antes afirmara na tribuna do Congresso: "só a OLP representa a Palestina". Horas depois o sangue do dirigente palestino derramava-se no átrio do Hotel Montechoro



Foto ANOP

Gana: como assegurar a sobrevivência?

□ "O nosso objectivo é incitar os refugiados a voltarem a instalar-se na sua aldeia natal de modo a que a solidariedade familiar possa ir em seu auxílio. Agora que esses homens perderam já toda a esperança de ocupar um posto de trabalho na Nigéria, é de esperar que alguns dentre eles se voltem para o sector agrícola". Esses votos, expressos por um porta-voz do governo de Accra quando da chegada, em princípios de Fevereiro, da primeira vaga de evacuados da Nigéria, têm poucas probabilidades de vir a realizar-se.

Os meios de transporte necessários para o repatriamento de mais de um milhão de indivíduos (a décima parte da população total) da capital para as suas aldeias de origem poderiam ser, certamente, mobilizados. Os observadores admitem, no entanto, que os refugiados fugirão a fixar-se precisamente no mesmo local onde se haviam recusado a viver um ou dois anos antes por falta de emprego ou de salário suficiente. Do mesmo modo, os Estados vizinhos (Alto Volta, Niger, Benin, Togo e, sobretudo, a Costa do Marfim) recebem, com preocupação, ver em breve milhares de ganenses desempregados atravessarem as suas fronteiras, passados que forem os primeiros entusiasmos da solidariedade.

Enquanto espera encontrar maneira de reintegrar os refugiados, o Gana é obrigado a fazer face, sem demora, a um vasto número de problemas, todos eles de extrema gravidade.

A escassez de produtos essenciais é tal que as autoridades solicitaram, a partir do mês de Fevereiro, um auxílio urgente (produtos alimentícios para crianças, sabonetes, bem como calçado, pneumáticos, ambulâncias, etc.). Na província de Volta, no norte do país, as aldeias não têm água, há três meses que falta a gasolina e a fome ameaça centenas de camponeses.

As necessidades cerealíferas do país, indispensáveis para alimentar a população até Setembro, são avaliadas em 500 000 toneladas. Dada a falta de meios de transporte e de armazenagem suficientes, o Gana não poderá receber mais do que metade desse quantitativo numa primeira fase. Finalmente, começam já a aparecer sinais precursores de epidemias nas aldeias mais afastadas.

E essa dramática situação não está à beira de melhorar. As receitas em divisas (436,4 milhões de dólares em 1982) não chegam para pagar as importações de produtos elementares nem a factura pretroleira (350 milhões de dólares no ano passado). A colheita do cacau, que proporciona em média mais de metade das entradas de divisas, não atingiu mais de 216 000 toneladas em 1982. A subida do preço de 1000 para 1200 libras esterlinas por tonelada de cacau permitiu manter o total das receitas ao mesmo nível que em 1981 (340 milhões de dólares em 1982), mas as perspectivas da colheita



Que fazer para corrigir o rumo? Depois de ter recusado durante muito tempo a intervenção do FMI, dado que esta é subordinada a uma desvalorização prévia do cedi, a moeda nacional que é artificialmente cotada vinte vezes acima do seu valor real, o governo acaba de aceitar esse princípio. Resta saber em que proporção será efectuada a nova paridade — e quais as medidas correctivas que a acompanharão. O auxílio internacional é mais urgente do que nunca. A sua necessidade tem-se feito sentir numerosas vezes. Falta agora fazer o mais difícil.

de 1982-1983 não são animadoras (196 000 toneladas no máximo).

Na indústria, as fábricas funcionam a 10/20% da sua capacidade, por falta de peças sobressalentes e devido à fuga de capitais estrangeiros que as grandes orientações do plano de reestruturação intermédio, apresentado em 30 de Dezembro de 1982, veio intensificar: monopólio do Estado em todas as operações comerciais externas e participação de 40 a 80% nas companhias de seguros e em certos bancos estrangeiros.

O próprio comércio, tradicionalmente florescente, está a correr mal. Os estabelecimentos estão vazios. As fraudes continuam e os únicos circuitos que funcionam bem beneficiam apenas um punhado de comerciantes — os célebres "mama Benz" aos quais o governo não conseguiu arrancar o gosto pela especulação.

Togo: sob o signo do rigor e da austeridade

□ A economia deste país foi colocada, neste começo de 1983, sob o signo do rigor e da austeridade. Entre a época eufórica de 1973-1974 (plano de industrialização, nacionalização dos fosfatos) e o sombrio balanço económico apresentado pelo general Eyadéma em Dezembro de 1982, decorreram dez anos. Dez anos durante os quais se

viram cair, uma a uma, as riquezas da exportação que faziam do Togo uma das placas giratórias do comércio entre os países da CEDEAO, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Afectadas em primeiro lugar, as cotações do fosfato prosseguem na sua queda livre: 75 dólares a tonelada em 1974, 40 a 50 dólares no máximo em 1983. E embora o potencial da exportação de minério se situe em 3,6 milhões de toneladas, a Secretaria togoleza dos fosfatos não conseguiu produzir mais do que 2,9 milhões de toneladas em 1981 e 1,8 milhões em 1982.

Mas existe um motivo de preocupação ainda maior: o comércio com os países vizinhos, o Gana e, sobretudo, a Nigéria, que constituem vastas saídas privilegiadas. A partir de Setembro de 1982, data do encerramento da fronteira comum pelo vizinho ganense, as transacções fo-

ram subitamente suspensas. A isso há que acrescentar ainda a reviravolta da Nigéria, a qual, que se reabastecia habitualmente junto dos seus vizinhos africanos, decidiu bruscamente intensificar o seu comércio com a Europa. Consequências disso: milhares de pequenos comerciantes, intermediários e pirogueiros togolezes encontram-se sem trabalho, ao passo que algumas sociedades de importação-exportação apropriaram-se de uma boa parte dos mercados.

Um ponto de vista positivo neste contexto sombrio: as exportações de produtos agrícolas tais como o cacau (17 000 toneladas vendidas em 1981), o café (7800 toneladas em 1981) e o algodão (17 000 toneladas em 1981) registaram um certo aumento em 1982.

As receitas da exportação não chegaram, no entanto, para neutralizar a dívida externa que continuou

a aumentar em 1982, atingindo presentemente 300 biliões de francos CFA. Os encargos dessa dívida representam só por si um terço do orçamento de 1983 (26,3 biliões de francos CFA sobre 75,8 biliões). O Togo obteve do "Clube de Paris" o reescalamento dos encargos referentes a 1981-1982 da sua dívida externa e deverá obter um novo reescalamento para 1982-1983. Os poderes públicos pediram especialmente à França a anulação da dívida pública, mas a banca privada chamou a si, nos últimos anos, uma parte importante dos encargos dessa dívida.

São de notar, igualmente, cortes importantes nas suas despesas de gestão (- 5,02%) e sobretudo nas dos investimentos (- 31,57%), dentre as quais o governo manteve unicamente o projecto de ampliação do porto de Lomé.

Zaire: a outra porta

□ A visita que o então ministro israelita da Defesa, Ariel Sharon, fez em Janeiro deste ano ao Zaire reflecte uma nova estratégia dos Estados Unidos. As crescentes dificuldades que a administração Reagan encontra no Congresso dos EUA para garantir a continuação do auxílio ao regime de Mobutu levaram os círculos governantes a servir-se de Israel como instrumento de ajuda. Aliás, o processo é muito idêntico ao que se passa com os regimes ditatoriais da América Latina, que encontram em Telavive um auxiliar militar e um vendedor de armas mais discreto e menos sujeito a polémica que os EUA.

Desde 1981 que Mobutu conta com "guardas presidenciais" israelitas, mas a colaboração agora alargou-se. Os sionistas assinaram, por ocasião da visita de Sharon, um acordo de cooperação militar com Mobutu, nos termos do qual reorganizarão o exército zairense e manterão "conselheiros" a fim de evitar quaisquer surpresas revolucionárias.

Sabendo-se a extensão da cooperação militar (inclusive nuclear) entre Israel e a África do Sul e tendo em

conta o apoio que os bandos da FNLA tiveram no Zaire, compreende-se que esta situação se transforme em mais um factor de tensão para a África Austral. Tanto mais que os israelitas tencionam implantar nas regiões fronteiriças com Angola "projectos agrícolas" que, segundo os observadores, serão cópia fiel dos colonatos militarizados dos sionistas nos territórios ocupados.

Segundo o jornalista Richard Hall do semanário britânico *Observer* os *raids* da UNITA têm sido montados pelos sul-africanos, e os seus executantes têm recebido treino dos israelitas.

Mas não é só a República Popular de Angola que fica ainda mais ameaçada com a cooperação militar israelo-zairense: a Líbia é outro alvo de conjura. Fontes citadas pela AFP, garantiram que Sharon se avistou no Zaire com representantes de Hissene Habré, que ocupa agora o poder em N'Djamena. Uma presença israelita no Chade proporcionaria a protecção ao regime periclitante de Habré e daria acesso à fronteira Sul da Líbia, através da qual os israelitas poderiam desencadear um ataque contra esse país.

Mobutu: guarda-costas "from" Israel



Guiana: oposição crítica política económica

□ A aguda crise que atinge a economia da Guiana foi analisada pelo Partido Popular Progressista (PPP), da oposição. Esta organização política publicou um documento no qual o governo é acusado de "permitir a entrada no país de monopólios que saqueiam as nossas riquezas".

O PPP, partido dirigido pelo ex-primeiro-ministro Chedi Jagan, levou ao conhecimento do público as conclusões de uma reunião do seu Comité Central, realizada no fim do mês de Janeiro. Nessa reunião "foi apontada com temor a queda contínua do nível de vida das massas".

O partido, de orientação marxista-leninista, expressou a sua profunda preocupação pelo "estado de desastre absoluto" da economia do país, e previu que durante 1983 "o povo terá de suportar maiores dificuldades que no passado". O PPP apresentou, através da mesma declaração, um plano de nove pontos para enfrentar

a crise.

Um elemento-chave desse plano é a "resistência popular" diante das "políticas equivocadas" do governo do primeiro-ministro Forbes Burnham, e que visa a uma modificação eventual da sua gestão.

O partido de Jagan criticou também duramente o governo de Burnham, cujo plano económico "pretende mudar uma forma de capitalismo por outra". Segundo o PPP, o partido oficial realiza uma política abertamente à direita, e planeia "permitir a entrada (na Guiana) dos monopólios para que saqueiem as nossas riquezas".

Para apoiar a declaração do seu Comité Central, o PPP divulgou, através do seu órgão oficial, o jornal *Mirror*, uma síntese de um relatório sobre a economia da Guiana elaborado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFDA).

Embora o relatório se refira ao ano de 1981, é a primeira vez que ele é

divulgado no meio local. Segundo o *Mirror*, a pesquisa foi realizada por um grupo de peritos das Nações Unidas que visitaram o país a pedido do governo.

De acordo com a pesquisa, o déficit na conta corrente da Guiana em 1981 foi de 200 milhões de dólares, o que equivale a uns 32% do Produto Interno Bruto (PIB).

No fim do mesmo ano, a dívida pública havia chegado a 636 milhões de dólares: 113% do PIB.

O relatório assinala que as principais contracções na balança de pagamentos foram devidas a uma queda súbita das exportações. Essa situação viu-se agravada "por certas medidas do governo (da Guiana) que não só desincentivaram e desanimaram a produção em geral, e particularmente na agricultura, de onde provêm os principais produtos de exportação, mas, além disso atingiram o emprego de toda uma geração da força de trabalho."

Bolívia: combate ao tráfico de narcóticos

□ O ministro do Interior da Bolívia, Mario Roncal, anunciou que por instruções expressas do presidente Hernán Siles Zuazo, foi iniciada uma luta aberta contra o tráfico de narcóticos. Foram mobilizados com esse objectivo todos os recursos humanos, económicos e técnicos e, principalmente, legais, com que o país conta.

Como parte do plano, o ministro empossou as novas autoridades do Comando Nacional de Controlo de Substâncias Perigosas e da Inspeção Geral dessa repartição especializada. Para ocuparem ambos os cargos foram nomeados os coronéis de polícia Edmundo Gutiérrez e Mario Molina, respectivamente.

O ministro Roncal assinalou que essas autoridades foram seleccionadas entre as mais idóneas e capacitadas, e que por essa razão se deve confiar num bom resultado final do plano traçado pelo governo, que visa uma luta frontal contra o tráfico de narcóticos.

Ao assumir o cargo, o coronel Gutiérrez declarou que a luta contra o tráfico de narcóticos não podia limitar-se a batalhas sectoriais mas que

o fenómeno seria atacado de maneira global, inclusive através da participação popular.

O combate ao tráfico de coca é finalmente um objectivo prioritário de um governo boliviano



As mentiras da guerra química

Como se sabe, os Estados Unidos pretendem incrementar os seus planos de guerra química, alegando, para isso, que a União Soviética tem um avanço considerável nesse domínio. Um dos elementos-chave para essa propaganda é o da pretensa utilização de produtos tóxicos (a chamada "chuva amarela") pelo Vietname no Laos e no Kampuchea. Esta acusação reveste-se de especial cinismo; para todos quantos se lembram ainda do que foi a guerra química levada a cabo pelos yankees nesse martirizado país da Indochina

(ver "cadernos" n.º 51, Fevereiro/Março de 1983).

Um escândalo recente põe a nu os argumentos falsos a que recorrem os belicistas de Washington. Amostras "contaminadas" de folhas, rochas e terra, providas do Laos, foram entregues pelos EUA ao Ministério da Defesa da Austrália. Depois de uma análise científica muito apurada, o laboratório descobriu que a substância em causa não era tóxica e que as amostras tinham sido propositadamente polvilhadas. Os cientistas apressaram-se a divulgar estas conclusões, deitando por terra um "teste" de que os norte-americanos queriam servir-se para acusar a URSS de intoxicar, directamente ou através dos seus aliados, as organi-

zações contra-revolucionárias da Indochina, da África e do Afeganistão. Os jornalistas australianos noticiaram amplamente os resultados da investigação.

Um grupo de altos funcionários do Departamento de Estado e da CIA deslocou-se propositadamente à Austrália, solicitando às autoridades de Camberra que não tornassem públicos os resultados da análise. Era tarde: já toda a gente sabia o que se tinha passado. E o ministério australiano dos Negócios Estrangeiros, instado pelos jornalistas a comentar estes acontecimentos, limitou-se a confirmar que a "chuva amarela" era um pó inofensivo...

Comércio mundial diminuiu em 1982

Durante o ano de 1982, o comércio mundial diminuiu dois por cento em volume e seis por cento em valor — revelou em Genebra (Suíça) o secretário do Acordo Geral de Alfândega e Comércio (GATT). O volume do comércio mundial no ano transacto quedou-se nos valores de 1979 — afirma Chakravarthi Raghavan, da I.P.S.

Segundo a mesma fonte, o valor do comércio mundial em 1982 atingiu 1800 mil milhões de dólares. Causas da forte contração desse valor: diminuição das transacções e revalorização do dólar. O único sector onde o comércio mundial aumentou foi o agrícola (mais um por cento) mas ainda assim a taxa de aumento quedou-se muito aquém dos 40% registados no ano anterior, e dos 2% registados na produção.

Os alimentos do Terceiro Mundo e da Europa conheceram pouco aumento de importação. As matérias-primas agrícolas, adquiridas pelos países industrializados, também viram as importações pouco aumentadas, devido à quebra da procura e às altas taxas de juro que levaram à diminuição das reservas desses produtos.

Em 1981 o comércio de produtos manufacturados aumentou 3%, e em 1982 diminuiu 1%. Nos produtos minerais, o comércio mundial dimi-

nuiu 7% (no ano de 1981 tinha diminuído 9%) devido sobretudo ao decréscimo das importações de petróleo.

Em 1982 a procura mundial de produtos energéticos diminuiu pelo terceiro ano consecutivo, registando-se não só nos países industrializados ocidentais, mas também nos países socialistas europeus e em muitas nações do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina.

O peso dessa quebra incidiu sobretudo no petróleo, cuja produção de *crude* desceu cinco por cento (menos oito por cento na área da OPEP e menos 3% na restante). Registou-se, no entanto, um aumento de 2% na produção de *crude* nos

países industriais (15% na Grã-Bretanha, 16% no México e 11% noutros produtores do Terceiro Mundo não incluídos na OPEP). Em 1982, as exportações mundiais de petróleo e seus derivados desceram quase nove por cento.

Enquanto o volume do comércio dos produtos manufacturados sofreu uma redução de 1%, a produção desses bens decaiu 2%. No ano de 1982 registou-se uma pequena baixa das importações de produtos manufacturados nos países tradicionalmente exportadores de *crude*, enquanto nos restantes países do Terceiro Mundo essa queda foi de oito por cento. No sector de metais não ferrosos os preços desceram



12,5%, e no dos alimentos, 11%

O preço de exportação do petróleo desceu 5% em média, menos que os restantes produtos básicos, mas mais que os preços de exportação (em dólares) dos produtos manufacturados.

Tal como em 1981, os preços dos produtos básicos — excluídos os combustíveis — exportados pelo Terceiro Mundo desceram 13,5%, mas os preços dos produtos básicos exportados pelos países industrializados desceram apenas 8%.

Segundo estimativas do GATT, o produto interno bruto dos países industriais diminuiu cerca de 0,5% em 1982, quando nos dois anos an-

teriores cresceu 1%.

Quanto ao valor-dólar das exportações e importações desses países, reduziu-se em cinco a seis por cento, respectivamente, em 1982, comparado com 1,5 e 5,5%, respectivamente, registados em 1981. Em termos como as importações diminuíram 1%.

Embora a informação sobre o Terceiro Mundo seja ainda fragmentária os indicadores disponíveis mostram que, pelo segundo ano consecutivo, se regista uma deterioração evidente do rendimento da maioria desses países.

Os rendimentos dos países tradi-

cionalmente exportadores de petróleo diminuíram 20% em relação a 1981; as suas importações, que em 1981 tinham aumentado 20%, diminuíram 3% em valor.

Enquanto em 1981 esses países tinham um excedente da conta corrente da ordem dos 115 000 milhões de dólares, agora o seu excedente é apenas de 20 000 milhões. Nos restantes países do Terceiro Mundo, o aumento geral do produto interno bruto reduziu o seu ritmo de crescimento a 1% (ou menos). Nestes países decaiu também o aumento na produção agrícola (de cerca de 4% em 1981 para 1,5% em 1982) e da produção industrial.

A CIA acusa os seus acusadores

□ Fred S. Landis, autor do artigo sobre "A Guerra Psicológica da CIA", publicado no número 45 de *cadernos do terceiro mundo*, passou de acusador a acusado. Com efeito, por causa das suas denúncias sobre as actividades da central norte-americana de informações em diversas partes do mundo, Landis foi levado a julgamento num tribunal californiano pela Associação de Oficiais de Informações Reformados, que exige uma indemnização de 120 milhões de dólares. Os amigos de Landis organizaram um fundo destinado a financiar a sua defesa e solicitam que qualquer contribuição

de solidariedade seja dirigida a: P.O. Box 3086, Califórnia 92803, Estados Unidos.

Podem-se dirigir a esse mesmo endereço os que estiverem interessados em comprar ou alugar o filme de Landis "A Guerra Psicológica da CIA", no qual é amplamente documentada a utilização da imprensa conservadora nas campanhas de desestabilização de governos progressistas como o de Salvador Allende no Chile, Michael Manley na Jamaica ou a Junta de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

(Sobre este tema ver também o n.º 51, de "cadernos")



cadernos do
terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA,

Restantes Países 28 dólares USA

OPEP: um acordo "in extremis"



As vicissitudes da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) fundada em 1960, constitui um dos capítulos mais importantes da história económica contemporânea e uma experiência de cujos acertos, contradições e erros, os restantes países do Terceiro Mundo extraem conclusões. Só 13 anos depois da sua criação, a OPEP conseguiu impor, em 1973, o seu controlo sobre o mercado petrolífero. Uma década mais tarde, a Organização tinha perdido o controlo sobre a oferta, sobre a fixação de preços e encontrava-se dividida.

A reacção das potências ocidentais consistiu, com algumas excepções, em proclamar o fim da OPEP, o nascimento de uma era de petróleo barato e, com isso, o desaparecimento de um factor causador ou agravante das crises económicas do centro capitalista.

Entre as excepções, algumas foram interessadas, como as transnacionais petrolíferas que experimentaram perdas, e os bancos — principalmente os norte-americanos — que viram perigar o pagamento de elevadas dívidas contraídas por alguns países membros da OPEP e pelas transnacionais do petróleo.

Também se ouviram vozes mais serenas que afirmaram que a baixa do consumo e do preço do petróleo consumido pelas potências — isto é, a pronunciada diminuição da factura petrolífera — provava que não tinha fundamento a exagerada e estreita associação entre o preço do "crude", a inflação e recessão que os dirigentes políticos e económicos do Ocidente tinham formulado no passado.

As causas da crise, portanto, teriam de ser procuradas noutros factores, começando pela natureza e pelo desenvolvimento do capitalismo. E, nesse contexto, teria de se situar o preço do petróleo na sua real e mais modesta dimensão. Alertou-se também para o facto previsível de que uma baixa consistente das cotações acabaria por desencorajar os custosos investimentos em fontes de energia alternativas ao petróleo — um fenómeno que já se começa a perceber — e, em

consequência, ao fim de poucos anos o mercado estaria numa situação parecida com a de 1973: depois do aumento da procura, com o petróleo como elemento principal do consumo energético mundial, tornar-se-ia inevitável uma nova e incontável escalada dos preços.

Mas, em termos gerais, a reacção teve um tom de *vendetta* perante um grupo de países que tinha ousado intervir num mercado antes controlado exclusivamente pelos interesses das transnacionais do sector e das maiores potências consumidoras.

Na realidade, só se poderá tirar conclusões úteis desse período se ele for analisado com objectividade.

O petróleo tem vantagens específicas perante as restantes fontes de energia, e as condições do produto juntamente com um modelo de expansão baseado num emprego elevado de energia, característico do capitalismo, fez as potências ocidentais dependerem fortemente dos hidrocarbonetos.

Por outro lado, entre os principais exportadores, os Estados do golfo Árabe contavam com o grosso da produção e das reservas mundiais. Isso facilitou a constituição da OPEP, que, ao contrário dos restantes grupos de produtores de matérias-primas do Terceiro Mundo, conseguiu fazer valer os seus interesses no mercado.

A vitória da organização em 1973 foi em parte devida à análise e aos esforços dedicados a contrabalançar a política das empresas transnacionais, que viam o negócio de um ângulo diferente do dos países exportadores.

As transnacionais preferiam uma cotação do "crude" relativamente baixa, de maneira a aumentar constantemente as vendas. E nisso coincidiam com os interesses das potências capitalistas, onde prevaleceu, especialmente durante os anos 60 e 70, a tese de uma expansão e bem-estar ilimitados. Esse desenvolvimento alimentado por um emprego intensivo de energia, exigia a obtenção de petróleo abundante e barato.

Para os exportadores, a tese de um

desenvolvimento apoiado no desperdício de energia constituía uma ameaça vital: o rápido esgotamento desse recurso não renovável, sem dar-lhes tempo a obter excedentes monetários para aplicá-los no desenvolvimento de fontes produtivas que o substituíssem antes da extinção das jazidas.

Nesse contexto de procura crescente do produto, cujo preço apesar disso se havia mantido artificialmente baixo nos anos anteriores pelas razões mencionadas, a decisão unitária dos países membros da OPEP de aumentar unilateral e substancialmente as cotações em 1973, não encontrou outros obstáculos senão os vibrantes protestos do *establishment* ocidental.

Teoricamente, existia uma política que teria podido contrabalançar a médio prazo, pelo menos em parte, a tática altista de preços da OPEP: uma programação orientada no sentido da economia de energia e no desenvolvimento de fontes alternativas. Embora algumas potências se tenham inclinado para essa variante (a França, por exemplo, impulsionou a energia nuclear), os Estados Unidos continuaram imperturbáveis na linha do esbanjamento do petróleo.

É possível que o factor determinante dessa atitude tenha sido a crença de que Washington obteria por meios político-militares a contenção dos preços. O primeiro e o segundo exportadores mundiais, a Arábia Saudita e o Irão, estavam regidos por monarquias aliadas de Washington, que as protegia com o seu poderio militar. E, tanto a monarquia saudita como o xá do Irão jogavam a carta da moderação em matéria de cotações.

Mas a procura aumentava sem cessar e por isso, apesar dos altos e baixos prevaleceu a tese de preços elevados, que se expressou pela última vez nas altas de 1978/79.

Foi nesse contexto que a Agência Internacional de Energia (AIE), a antagonista da OPEP, conseguiu que durante as reuniões de cúpula das sete grandes potências capitalistas, fosse adoptada uma programação tendente a

economizar o recurso e a impulsionar fontes alternativas.

Por si mesma, essa programação só poderia produzir efeitos a médio e longo prazo, e, para sermos objectivos, é necessário assinalarmos que os próprios países membros da OPEP, na sua aspiração à conservação do recurso, propiciavam uma política de emprego limitado do petróleo em vez do esbanjamento.

O ano de consumo recorde foi 1979, quando depois de constantes aumentos da procura, a produção conjunta da OPEP subiu a quase 31 milhões de barris diários. Mas no ano seguinte, por pressões dos Estados Unidos, as potências ocidentais e o Japão entraram na mais profunda e longa fase recessiva do pós-guerra, que criaria condições diametralmente opostas às de 1973.

Visto na perspectiva do período, esse foi o factor determinante da nova situação do mercado.

No começo, a política de utilização planeada e maciça dos *stocks* das transnacionais teve influência na queda do mercado petrolífero.

Influuiu também a presença de novos exportadores nos últimos anos: México, Grã-Bretanha e Noruega, em primeiro lugar, e em segundo, um grupo de "pequenos" exportadores.

Esse aparecimento tirou relativa importância aos 13 países da OPEP dentro da oferta total de "crude" e permitiu aos consumidores diversificar as suas fontes de abastecimento.

Quanto à economia de energia e às fontes alternativas, só alteraram em pequena medida o quadro precedente, embora com o decorrer dos anos teriam podido modificar em alguns graus a percentagem do petróleo dentro do consumo total de energia.

Mas o elemento que, de longe, foi o mais decisivo na mudança da tendência foi uma recessão de três anos, que se traduziu numa contracção drástica da procura.

A receita recessiva expressa numa enérgica luta contra a inflação pelos meios monetários, forçou uma profunda queda da procura de matérias-primas, inclusive hidrocarbonetos.

Durante esse processo, os países membros realizaram sérios esforços para retrair a oferta, de maneira que fosse inferior à procura e

permitisse a manutenção de cotações.

Já em 1980, a produção da OPEP tinha descido para 26,8 milhões de barris por dia; durante 1982 esteve abaixo dos 20 milhões e até Fevereiro de 1983, calculava-se que era inferior a 16 milhões, isto é, a metade da produção de 1979.

O esforço dessa retracção era notável, pois significava — particularmente para os maiores e mais povoados países membros (com excepção das monarquias do Golfo, que possuem volumosos excedentes financeiros) — uma diminuição brusca da receita que colocava em risco os seus planos de desenvolvimento. Mas o prolongamento da crise até um ponto não previsto pelo próprio *establishment* ocidental, foi mais forte que a retracção do consumo.

Neste quadro negativo — acentuado pelas contradições no interior da OPEP — a oferta, dentro e fora da organização dos países exportadores, superou amplamente a procura e determinou o processo de queda dos preços. A contradição principal e permanente da OPEP tem sido a ânsia de hegemonia da Arábia Saudita no seio da organização, e consequentemente, a impossibilidade de se concretizar uma política realmente unitária. Até 1979, a Arábia Saudita, baseada no seu poderio (pode fornecer mais de metade da produção da OPEP), favoreceu uma contenção das cotações, de acordo com os interesses dos Estados Unidos.

A situação interna complicou-se quando, após a queda do xá Reza Pahlevi, a Arábia Saudita e o Irão começaram a praticar políticas opostas. Nas diversas conferências da OPEP ao longo de 1982 e até ao começo de 1983, a monarquia saudita pretendeu impor ao conjunto da organização uma fórmula baseada nos seguintes pontos:

- 1) Manutenção de um preço oficial de referência e um "tecto" da produção ajustados à procura real, por meio da distribuição de cotas entre os países membros;
- 2) aumento dos preços diferenciais entre o petróleo árabe leve e os de maior qualidade, de tal modo que resultaria mais atractiva a compra do "crude" árabe leve do que os petróleos mais valiosos. Isso prejudicaria os países africanos produtores;
- 3) fixar uma cota

baixa para o Irão em relação à produção anterior à queda do xá.

Só com o cumprimento dessas condições, a monarquia saudita concordaria, em troca, numa baixa substancial da sua produção. (Essa medida ser-lhe-ia relativamente indolor, pois a Arábia Saudita dispõe de reservas e investimentos financeiros imensos.)

Os países africanos negaram-se a apoiar uma proposta que tornaria incerta a colocação do seu petróleo no mercado e o Irão reagiu violentamente, negando-se ao consenso de qualquer ponto intermediário, opondo-se obstinadamente a discutir toda a fórmula apoiada pelos sauditas e continuando uma política de vendas que não só não levava em conta a sua cota (a qual havia rejeitado), como tão-pouco os preços da OPEP.

As consequentes baixas dos preços por parte de vários países da OPEP, iniciada pela Nigéria, rompeu dramaticamente a política oficial dos preços da organização. Com isso, os países membros ficaram entregues às leis desfavoráveis de um mercado em recessão. Nesse contexto, os países membros da OPEP realizaram, em Março de 1983 em Londres, aquela que, com toda a certeza, foi a sua mais dramática e crucial reunião e, de longe, a mais prolongada.

A soma das dificuldades e contradições apontadas defrontaram-se ao longo de 12 dias na capital britânica e, em várias ocasiões durante o turno de discussões, pareceu que não só não haveria acordo como também que a organização acabaria por se romper. No entanto, prevaleceu o instinto de conservação baseado num princípio elementar: a divisão só acarretaria prejuízo e nenhuma vantagem a todos os membros.

O acordo *in extremis* anunciado a 15 de Março implicou uma concessão ao Irão, cuja cota foi duplicada (de 1,2 para 2,4 milhões de barris diários). A cota total da OPEP foi estabelecida em 17,5 milhões de barris diários o que significou uma leve redução de 275 mil barris diários em relação ao objectivo anterior — que era teórico. O aspecto que foi novidade consistiu na primeira redução do preço do petróleo decretada pela

OPEP, que procurou assim adaptar-se às condições do mercado actual. A queda foi de cinco dólares sobre o preço de referência da OPEP, equivalente a 15% de desconto.

Tratou-se de uma severa decisão, já que acarretaria sacrifícios para os países membros tanto em relação aos preços quanto aos volumes das suas exportações e, por consequência, uma contracção importante das receitas.

Cabem, contudo, algumas interrogações à luz dos acontecimentos desse período. Uma delas refere-se à reacção do mercado e à evolução da recessão.

Se a procura se mantivesse abaixo do objectivo fixado pela OPEP, talvez que a queda não bastasse e haveria pressões para diminuições posteriores.

Porém, o principal perigo para a OPEP encontra-se dentro dela própria: se todos os membros respeitarem escrupulosamente as decisões, só assim se poderão salvar os preços e os interesses fundamentais das nações membros da organização.

De contrário, esta continuará sujeita às oscilações de um mercado susceptível de ser manipulado pelas transnacionais e pelas potências consumidoras.

A conferência de Londres demonstrou que as previsões ocidentais sobre a ruptura da OPEP eram infundadas, mas a organização ainda não encontrou uma unidade real, que é a condição essencial para recuperar o controlo do mercado petrolífero.

Esse objectivo decisivo só será alcançado na medida em que a totalidade dos membros compreendam e aceitem apenas a defesa dos interesses comuns (isto é, obter uma justa remuneração por um recurso esgotável) pode ser a plataforma para uma actuação unitária, política essa que em última instância deveria ser estendida aos restantes exportadores de matérias-primas do Terceiro Mundo.

Pelo contrário, a introdução de elementos estranhos a tais interesses ou a ambição de supremacia dentro da organização encontrará sempre resistência de uma parte dos membros e constituirá um obstáculo insuperável para a construção de uma unidade real e durável.



CERCA de 400 delegados, provenientes de mais de 70 países em representação de 27 governos, órgãos das Nações Unidas, Organização de Unidade Africana (OUA), e 159 outras organizações governamentais e não-governamentais, bem como organizações anti-apartheid, de todas as partes do mundo, estiveram reunidos em Lisboa entre 25 e 27 de Março último, nesse grande fórum que, sem dúvida, constituiu a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente.

Anunciada primeiramente para decorrer em Julho do ano transacto, a Conferência só se viria a realizar agora por razões nunca muito bem esclarecidas mas que se prendem, por um lado, com os complexos trabalhos organizativos que uma acção desta envergadura e representatividade envolvem, e, por outro, a pressões de ordem política, com particular destaque para as provenientes de sectores socialistas e social-democratas que integram a Internacional Socialista, de quem era esperado um maior empenhamento.

O alto patrocínio com que contou por parte do presidente da República portuguesa, Ramalho Eanes, do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, do presidente Quett Mazire, do Botswana, do primeiro-ministro Leabua Jonathan, do Lesoto, do presidente Samora Machel, de Moçambique, do presidente Shehu Shagari, da Nigéria, do presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, do presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia e do primeiro-ministro do Zimbabwe, Robert Mugabe, a alta representação de muitas delegações — principalmente africanas — conferiam desde logo à Conferência de Solidariedade uma importância e um significado políticos a que nenhuma força partidária democrática poderia ficar indiferente. Isso

Linha da Frente

Barreira ao Apartheid

mesmo foi reconhecido por quantos participaram nos trabalhos de Lisboa, pelos numerosíssimos chefes de Estado dos mais diferentes quadrantes políticos e ideológicos que enviaram mensagens durante o decorrer da Conferência, como o presidente Chadli Bendjedid, da Argélia, o presidente Habib Bourguiba, da Tunísia, o Rei Hussein da Jordânia, o presidente Siaka Stevens da Serra Leoa, a primeira-ministro da Índia e actual presidente do Movimento dos Não-Alinhados, Indira Gandhi, o presidente Ahmed Sekou Touré da Guiné-Conacry ou o Presidium do Soviete Supremo da URSS, para só citar alguns. Segundo divulgou a organização no final dos trabalhos, foram 25 os chefes de Estado ou de Governo a enviarem mensagens pessoais, para além das recebidas do secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, e do secretário da OUA, Eden Kodjo.

Com os olhos na Europa

E se por uma questão de tempo esta reunião se veio a realizar — segundo refere o próprio documento final — “numa altura em que o regime do apartheid se tornou mais determinado na sua tentativa para manter a dominação branca e a exploração colonial na Namíbia e na África do Sul”, o espaço e o lugar escolhidos para a efectivar — Portugal, mais concretamente a sua capital — não poderão deixar de ser encarados como destituídos de significado.

Efectivamente, nove anos decorridos sobre o derrube do sistema colonial-fascista português, Lisboa acolhia este representativo fórum internacional, presidido, de resto, por um militar com acção destacada na preparação e execução do golpe de 25 de Abril de



1974 que pôs termo a uma ditadura velha de quase 50 anos — falamos do tenente-coronel Vitor Alves (ler artigo da sua autoria neste número de cadernos), *actualmente a exercer as funções de conselheiro pessoal do presidente Eanes.*

Mas se Portugal e Lisboa foram escolhidos como local para a realização desta Conferência de Solidariedade como símbolo de uma "viragem" histórica que marcou e continuará a marcar decisivamente os destinos tanto deste país como do próprio continente africano, essa opção teve por base o facto de tal lugar se situar geograficamente no continente europeu. De facto, era a Europa, os seus governos, os seus mass media, as suas opiniões públicas que os organizadores e participantes da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da linha da frente pretendiam, em primeiro lugar sensibilizar, chamando-os à responsabilidade moral, política e humana para a agressão de que são vítimas os povos da África Austral por parte do regime de Pretória. Essa motivação enquadrava-se, de resto, com as pretensões manifestadas pelas autoridades portuguesas — com especial relevo para o presidente Ramalho Eanes —, mas também das suas forças políticas democráticas, no sentido de defenderem para Portugal um papel cada vez mais actuante no sentido de "ponte de entendimento e diálogo" entre a Europa e o continente africano.

Um programa de acção

Muito antes de a Conferência ter tido início, já a comissão organizadora se havia desmultiplicado em encontros e reuniões preparatórias com as mais diferentes forças políticas e nos mais diversos continentes. Os

trabalhos propriamente ditos decorreram repartidos por três comissões — político-militar, jurídica e de ajuda política e material e cooperação económica — cujos contributos e decisões deram corpo aos documentos finais da Conferência — uma declaração e um programa de acção — aprovados no termo da reunião por consenso e unanimidade.

Enquanto que o programa de Acção apela para a Comunidade Internacional no sentido de "tomar e apoiar medidas adequadas e eficazes para punir o regime racista, para erradicar o sistema do Apartheid" (ler caixa noutra local), na resolução final traça-se um quadro actual, nas suas várias vertentes, sobre a situação prevalecente na África Austral.

Para além do balanço das acções de agressões perpetradas pela África do Sul, quer directamente quer através de "bandidos e dissidentes armados" contra os povos e Estados da Linha da Frente, e dos avanços e recuos verificados na luta de libertação dos povos da Namíbia e da África do Sul, o documento final refere a condenação enérgica pela "colaboração prestada por algumas potências ocidentais ao regime do apartheid". Chamando as "coisas pelos seus nomes", a declaração de Lisboa afirma que "a política da administração Reagan de 'empenhamento construtivo' tem encorajado a intransigência do regime sul-africano e violado as normas internacionais". Concluindo: "Este é também o caso da cooperação militar, nuclear, económica e política prestada por um certo número de países ocidentais, especialmente os EUA, Rep. Federal da Alemanha e Israel, em violação das resoluções da ONU e das regras imperativas do Direito Internacional".

O tempo urge na África do Sul

"A Revolução do 25 de Abril não foi estranha à escolha de Lisboa para tão importante encontro", salienta o presidente da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente que enuncia quatro razões fundamentais para uma solução urgente da situação no cone sul do continente africano

Vitor Alves*

A realização da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente — Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zimbabue — foi o resultado de um processo iniciado em 1977 aquando da criação do Comité Internacional contra o *Apartheid*, o Racismo e o Colonialismo na África Austral (I.C.S.A.), com sede em Londres. A sua realização num país da Europa Ocidental figura entre as resoluções da 3.ª Secção do I.C.S.A., em Julho de 1980, Estocolmo.

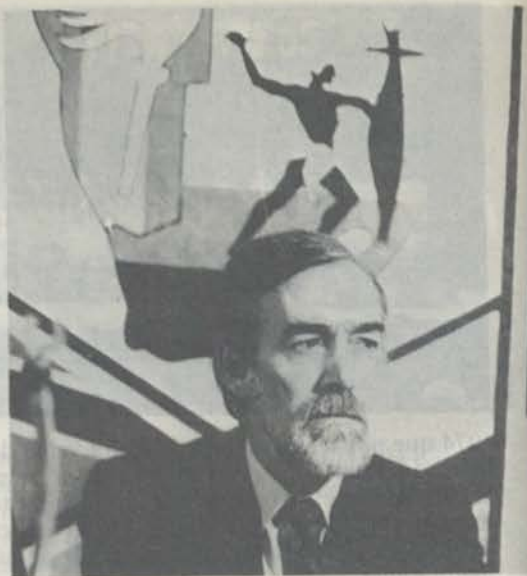
O ano de 1981 fora consagrado a consultas internacionais quanto à resolução de Estocolmo. Tais consultas tornaram claro o empenho dos países da Linha da Frente e Movimentos de Libertação e suscitaram a adesão da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (Cairo) e o apoio de outros importantes organismos internacionais, governamentais e não governamentais.

Na escolha de Lisboa para a realização da Conferência sugerida no ICOSA pela parte portuguesa a par de sugestões análogas de outros países da Europa Ocidental, pesou significativamente uma outra iniciativa portuguesa. No momento da agressão sul-africana a território angolano em Setembro de 1981, o Movimento Português contra o *Apartheid* e outras associações cívicas propuseram, com efeito, uma Conferência de Emergência de Solidariedade com a RPA, em Lisboa.

A Revolução do 25 de Abril de 1974, o processo de Descolonização a que deu origem, o relacionamento privilegiado de Portugal com África, não foram estranhos à escolha de Lisboa para a efectivação de tão importante encontro.

Na verdade, Portugal reuniu as condições ideais para garantir o êxito de uma tal iniciativa, não só por estar em condições de melhor compreender, a situação na África Austral, mas também por ser a porta de entrada para o Ocidente quer se situe na Europa, quer se situe nas Américas.

O alto nível das delegações presentes não é mais que o reflexo do patrocínio à Conferência dos Chefes de Estado da Linha da Frente, incluindo a Nigéria e o primeiro-ministro do Zimbabue, e portanto, da importância que atribuíram a esta Conferência.



À Conferência assistiram representantes de 27 Governos (num total de 22 ministros), os órgãos pertinentes das Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana, 159 outras Organizações Governamentais e Não Governamentais, Organização Anti-*Apartheid* e de Solidariedade e personalidades de relevo. De destacar que as Delegações da Organização do Povo da África Sud-Occidental (SWAPO) da Namíbia e do Congresso Nacional Africano (ANC) foram dirigidas pelos seus respectivos presidentes.

A estranha oposição do Partido Socialista Português

Não conheço qualquer tentativa directa de boicote por Washington à Conferência. No entanto, se analisarmos as actuais linhas orientadoras da política externa americana em relação à África Austral, o seu incondicional apoio à África do Sul e o não reconhecimento diplomático da República Popular de Angola, não nos custa admitir que uma tal iniciativa tenha desagradado à administração Reagan.

A oposição directa e frontal de Pretória à Conferência não é de estranhar, aliás bem visível nos comentários que vieram a lume em certa imprensa portuguesa, reproduzindo congêneres sul-africanas.

Era a sua prática política que estava a ser visada. O *apartheid* era naturalmente o inimigo principal da Conferência. Não o povo sul-africano, povo esse que nos merece o mesmo respeito e admiração que qualquer outro. Já não se compreende ou, pelo menos, dificilmente se compreende a posição assumida pelo Partido Socialista Português, que não pela Social-Democracia Europeia, bem entendido, no seu esclarecimento de 10 de Fevereiro de 1983, no qual considera que os objectivos de tal Conferência "que conta com o apoio do CPPC, se inserem no rol das acções de sensibilização levadas a cabo pela diplomacia soviética em relação à África Austral e não podem ser entendidas como um acto isento ou independente

visando uma opção de não-alinhamento autêntico do Continente Africano ou a sua autonomia face à estratégia das grandes potências".

Em comunicado de 19 de Março de 1983, o PSP reafirma as razões do seu distanciamento da "chamada Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente", discordando "sobretudo da metodologia ao nível da preparação e organização", cujos promotores e "nomeadamente o Conselho Português para a Paz e Cooperação, não merecem do PSP nem o carácter de isenção e abertura necessários nem a defesa dos mais altos interesses nacionais, sendo amplamente conhecida a sua ligação em termos planetários à diplomacia soviética".

A virulência assumida pela Direcção do PSP foi decisiva para a neutralização de partidos congêneres europeus em especial, PSF, PSI, PSOE, SPD e Partido Trabalhista Inglês e outros que não se fizeram representar para não ficarem em oposição frontal ao próprio Secretário Geral do PSP. Repito: — que não por discordância da Conferência e dos seus objectivos.

Lamentável serviço este, prestado pelo PSP às forças democráticas da Europa Ocidental.

Já em Junho de 1982, os Embaixadores dos Estados da Linha da Frente, em Lisboa, entenderam "em nome dos Estados e Governos", "exprimir a sua preocupação pelo facto de alguns elementos da sociedade portuguesa terem, porventura involuntariamente, suscitado dúvidas quanto à independência das políticas externas dos seus países e quanto ao total empenho posto no apoio concreto dos seus povos e governos à próxima Conferência Internacional de Lisboa".

A natureza e objectivos da Conferência cedo ficaram definidos e só a miopia política de alguns sectores, aliada ao esforço de boicote empreendido pela África do Sul, permitiu a sua identificação dentro de uma estratégia soviética para África.

A excepcional importância da Conferência residiu no facto de a problemática de uma região crucial para a segurança e a cooperação internacionais, a África Austral, ser submetida na presente conjuntura e por forma global à opinião pública na Europa Ocidental. E por forma global, na medida em que foi pela primeira vez analisado o problema de Estados independentes e soberanos estarem a braços com uma guerra não declarada por parte da África do Sul, perante a relativa passividade da Comunidade Internacional.

Alertar a opinião pública internacional

Os documentos públicos finais adoptados resumem-se a uma "Declaração Final" dos participantes da Conferência e à implementação do "Programa de Acção de Lisboa". Traduzem o somatório das intervenções havidas ao longo de três dias de debate e participação, constituindo não só um apelo à solidariedade moral, política e diplomática, para com os Estados da Linha da Frente, mas também um convite a formas concretas de apoio económico e cooperação com estes Estados, no seu esforço de reconstrução nacional e no interesse da Paz Mundial.

O impacto da Conferência na opinião pública portuguesa está bem evidenciado na profusão de informação que tem vindo a ser veiculada nos "mass-media". Se, aquilo que aconteceu em Lisboa e que ultrapassou as expectativas de organizadores e participantes na Conferência, se reproduzir na opinião pública dos outros países ocidentais, então a Conferência valeu a pena e ganhou dimensão verdadeiramente Internacional. Ainda que os "mass-media" ocidentais não estejam totalmente sensibilizados para estes problemas políticos, tudo depende agora da capacidade dos participantes em manter e dinamizar o *elan* conseguido em Lisboa sacudindo a consciência ocidental para a magnitude dos problemas que não são da África do Sul e dos Países da Linha da Frente, mas de toda a Comunidade Internacional.

É o Direito Internacional que está a ser posto em causa pela política do Governo da África do Sul.

Foi assim que a Conferência pretendeu alertar e mobilizar a opinião pública para a acção, em especial a Comunidade Internacional, com vista ao termo das agressões do regime do *Apartheid* contra a independência e a Soberania dos Estados da Linha da Frente, Independência da Namíbia e o cumprimento das resoluções das Nações Unidas.

"Se a "Declaração Final" visa a sensibilização da opinião pública internacional, o "programa de acção de Lisboa" visa contribuir para uma aproximação efectiva com os povos da África Austral, fomentando a solidariedade moral e política e a assistência humanitária aos povos da África do Sul e da Namíbia e aos seus Movimentos de Libertação, ANC e SWAPO, nas lutas contra o *Apartheid* e suscitando o apoio político, diplomático e económico aos Estados da Linha da Frente e a cooperação internacional com os seus programas para a reconstrução, a independência e o desenvolvimento económicos.

O tempo urge na África Austral, fundamentalmente por quatro razões:

— pela deterioração da situação económico-social e da própria segurança dos Estados da Linha da Frente e pelos incalculáveis sofrimentos humanos devidos à constante violação dos mais elementares Direitos do Homem e dos Povos praticada pelo regime do *Apartheid*.

— pela escalada da guerra não declarada de agressão levada a cabo contra os Estados da Linha da Frente pondo em causa não só a própria estabilidade em África, como a própria Paz Mundial;

— pela necessidade urgente de se encontrar uma solução política para a independência da Namíbia na base das resoluções das Nações Unidas;

— pela necessidade de irradiar definitivamente da superfície da Terra a prática opressiva da discriminação racial, como contrária à própria natureza humana. □

* Membro do extinto Conselho da Revolução e actualmente conselheiro do presidente Ramalho Eanes, o tenente-coronel Vitor Alves exerceu o cargo de presidente da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente. Título e subtítulos da responsabilidade da redacção de "Cadernos do Terceiro Mundo".

Programa de Acção

Apelando "aos governos, parlamentos, organizações internacionais, partidos políticos, sindicatos, organizações de mulheres e jovens, organizações religiosas, movimentos antiapartheid e comités de solidariedade em todo o mundo" a Conferência de Lisboa propôs acções muito concretas



1. Os Estados da Linha da Frente

a) desmascarar e denunciar o mais amplamente possível os actos de agressão, subversão e sabotagem económica através dos quais o regime *Apartheid* procura desestabilizar os Estados da Linha da Frente (ELF), do Oceano Índico e outros Estados vizinhos;

b) Encetar e apoiar campanhas nacionais e internacionais:

— para assegurar a retirada imediata e incondicional das forças armadas e dos bandidos do regime do *Apartheid* das zonas do Sul de Angola que continuam ocupando em violação do direito internacional e da integridade territorial de um Estado soberano;

— em todos os países ocidentais para impedir que o regime do *Apartheid* recrute, treine, equipe, financie, forneça informações, apoio logístico e outro aos bandidos armados e mercenários bem como para impedir a sua infiltração em Angola, Moçambique, Zimbábwe e Lesoto;

— para desmascarar e denunciar a verdadeira natureza criminosa dos bandidos armados;

— para defender o direito dos ELF a procurar e receber auxílio militar, financeiro e material para travar as incursões no seu território, zona marítima e espaço aéreo e os ataques armados e massacres cometidos pelo exército e força aérea do regime do *Apartheid* e pelos bandos armados de mercenários;

— desenvolver acções para que os ELF recebam auxílio humanitário e económico a longo prazo visando fortalecer a sua capacidade de defesa da sua independência, soberania e integridade territorial;

— levar a cabo as acções adequadas para obrigar o regime do *Apartheid* a pagar:

1. compensações pelos danos materiais provocados em bens públicos e privados nos ELF; e
2. indemnizações pela perda de vidas e danos físicos causados à população.

c) influenciar os governos e as instituições nos países desenvolvidos do mundo para que empreendam programas de auxílio destinados a ultrapassar a herança da exploração colonial e a fortalecer e desenvolver as economias dos Estados da Linha da Frente;

d) exigir que o regime do *Apartheid* liberte Nelson Mandela, Toivo Ya Toivo e todos os presos políticos

submetidos a restrições, discriminações, castigos e prisões domiciliárias, ou que se encontram detidos ou encarcerados nas prisões.

Exigir que o regime do *Apartheid* trate dos combatentes pela liberdade detidos como prisioneiros de guerra ao abrigo das Convenções de Genebra de 12.8.49 e do Protocolo Adicional I, de acordo com o parágrafo 17 da Resolução 37/69A da Assembleia Geral da ONU, de 9.12.1982.

e) desenvolver acções para garantir que nenhum país apoie no seu território, nacionais, elementos dos Estados da Linha da Frente ou outros que, de uma ou outra forma, promovam actividades a favor da África do Sul ou dos bandidos armados, contra os Estados da Linha da Frente e os movimentos de libertação.

2. África do Sul

Isolamento Total do Regime do Apartheid

Mobilizar acções a todos os níveis (incluindo acções de massa):

a) O Apartheid — Crime contra a Humanidade

— nos países que ainda não o fizeram, garantir que respondam ao apelo contido no parágrafo 15 da Resolução 37/69A da Assembleia Geral da ONU de 9.12.1982, para que adoptem a Convenção Internacional sobre a Supressão e Castigo do Crime do *Apartheid*.

b) Sanções Globais e Obrigatórias

— nos países que votaram contra a Resolução 37/69A da AG da ONU de 9.12.82, em que se apelava ao Conselho de Segurança da ONU que impusesse sanções globais e obrigatórias ao abrigo do Cap. VII da Carta, garantir que alterem a sua posição e respondam ao parágrafo 6 da já referida Resolução 37/69B de AG da ONU e ao parágrafo 4 da Resolução 37/69A da AG da ONU de 9.12.1982.

— em todos os países garantir a aplicação plena e incondicional do parágrafo 9 da Resolução 37/69A de 9.12.1982 apelando para medidas separadas e colectivas visando sanções globais contra a África do Sul enquanto o Conselho de Segurança da ONU

não tomar medidas.

— em todos os países trabalhar para o êxito da próxima Conferência Mundial de Sindicatos para Aplicação de Sanções contra a África do Sul, prevista para Genebra em Junho de 1983.

c) Embargo de Armas Obrigatório

— em todos os países, em particular naqueles que se abstiveram ou votaram contra as Resoluções 37/69C e D da AG da ONU, de 9.12.1982, agir para que apoiem o apelo da Assembleia Geral a um embargo de armas mais eficaz e global e contra todas as formas de colaboração militar e nuclear com o regime do *Apartheid* da África do Sul.

d) Embargo Petrolífero Obrigatório

— em todos os países, em especial naqueles que (i) são sede de multinacionais e transportadoras que fornecem e transportam petróleo e seus derivados para o regime do *Apartheid*; (ii) são produtores de petróleo e ainda permitem o envio ou venda do seu petróleo ao regime do *Apartheid*; garantir o cumprimento da Resolução 37/69J da AG da ONU de 9.12.1982, fazendo assim com que (a) o embargo petrolífero seja eficaz; (b) se tomem medidas punitivas contra aqueles que vendem ou transportam o petróleo e seus derivados para o regime do *Apartheid*.

e) Investimentos e Empréstimos

— em todos os países, em agências de organizações intergovernamentais e em organizações não-governamentais, visando garantir:

— nenhuns novos investimentos estrangeiros na África do Sul;

— nenhuns novos empréstimos ou créditos à África do Sul;

— revogação ou não renovação de actuais empréstimos ou créditos;

— que não sejam permitidos os investimentos noutros países de empresas multinacionais sul-africanas ou de outras empresas multinacionais com interesses, directos ou indirectos, na África do Sul.

f) Desporto e Cultura

— persuadir os desportistas a todos os níveis a não (i) tomarem parte em actividades desportivas na África do Sul e, (ii) convidarem ou participarem em encontros com representações sul-africanas fora desse país;

— persuadir artistas de todos os campos, a não actuarem na África do Sul nem se associarem com actuações de ou incluindo sul-africanos que, aberta ou veladamente, apoiam o regime ou o sistema do *Apartheid*.

3. Namíbia

Desenvolver enérgicas campanhas pela:

a) a retirada imediata e incondicional do regime do *Apartheid* do território que continua a ocupar e administrar ilegalmente;

b) a aplicação imediata e incondicional do plano da ONU de acordo com a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU e de outras Resoluções;

c) a firme denuncia e rejeição da associação ou tentativas de associar, a independência da Namíbia com a presença de forças cubanas na República Popular de Angola;

d) o crescente apoio político, diplomático, material e militar ao povo da Namíbia, através da SWAPO, sua única e legítima representante;

e) condenação e rejeição da proposta de certas forças conservadoras e reacçãoárias do Parlamento Europeu para fornecer auxílio de desenvolvimento, financeiro e de bolsas de estudo directamente ao regime de ocupação na Namíbia e aos chamados refugiados angolanos na Namíbia, reconhecendo que a sua concretização resultaria na aceitação da legitimidade do regime de ocupação;

f) garantia de uma plena participação na Conferência Internacional em apoio da luta do Povo Namíbio pela Independência, a realizar em Paris de 25 a 29 de Abril, e organizada pelas Nações Unidas.

4. Informação

De forma a pôr em prática o Plano de Acção a nível da comunicação social, torna-se necessário:

a) garantir, em cooperação com as Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana, os Estados da Linha da Frente e os movimentos de libertação, a mais ampla divulgação possível de informação sobre a luta em defesa da independência, soberania e integridade territorial dos Estados da Linha da Frente, e sobre as guerras de libertação contra o regime do *Apartheid* na África Austral.

b) desmascarar e combater as acções de organizações oficiais ou não oficiais de propaganda, bem como as de organizações financiadas, total ou parcialmente, pelo regime do *Apartheid*.

c) dar total apoio ao código jornalístico aprovado pela UNESCO. □

APARTHEID

NO



A Linha da Frente e a teoria dos "dominós"

Em 1976, cinco Estados da África Austral agruparam-se em Linha da Frente a que se associou, em 1980, o Zimbabwe independente. Objectivo: coordenar as acções contra o poder racista

Lígia Chaves

UMA das justificações que os Estados Unidos apresentaram para a sua presença maciça, para os seus morticínios, para as suas destruições no Vietname, foi a chamada "teoria dos dominós". Com esta expressão, queria Washington dizer que a "queda" do Vietname arrastaria a "queda" de toda a Indochina. Ou, por outras palavras, era preciso evitar, a todo o custo, a libertação do povo vietnamita, porque o movimento não se deteria nas fronteiras desse país: toda a Indochina conheceria o mesmo destino histórico.

Assim aconteceu. Por fatalidade da história? Esta questão será para muitos metafísica. Mas uma coisa é certa: quem testemunhou, dia a dia, através das informações que dali chegavam, a guerra da Indochina chega a uma conclusão: na sua ânsia de evitar a queda dos dominós, os EUA contribuíram poderosamente para que eles fossem abatidos num instante.

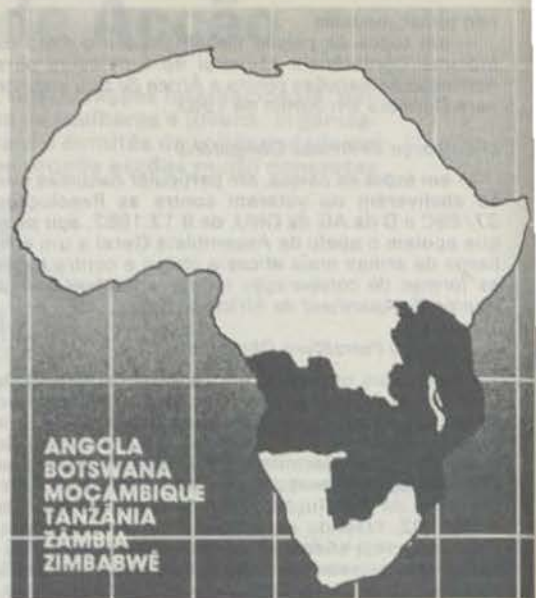
Esta teoria dos dominós tem, ao menos, dois méritos: o primeiro está exactamente no facto de constituir um factor de precipitação dos acontecimentos que procura evitar; o segundo reside em demonstrar, aos olhos de todos, que o próprio imperialismo não alimenta quaisquer ilusões sobre a força das suas posições. O imperialismo tem consciência de que as suas pedras são dominós em equilíbrio instável e que basta a queda de uma para arrastar as que lhe estão próximas.

Poderão os teóricos da "falência dos novos modelos" prender-se às suas congeminações, que os factos permanecem, inteiros e de pé: quem já faliu e vive uma existência de insolvência sem remédio foi, é o imperialismo.

Faliu, está insolvente, mas continua com muita força. A velha imagem do último estertor da fera moribunda aplica-se com toda a propriedade ao momento presente, às várias frentes da luta, e, com particular acuidade, à África Austral.

Essa força reside apenas, porém, nos aspectos puramente materiais, nas riquezas, na longevidade das redes de dependência, na capacidade tecnológica de avançar, na possibilidade de auto-correcção que o sistema de domínio capitalista e neocolonialista ainda detém. Mas, nos aspectos morais, a falência é total.

A sociedade capitalista, sobretudo na forma que assume na África Austral, é tipicamente esquizofré-



nica. Ali o bastião da civilização ocidental é a negação mais total dos valores dessa mesma civilização. Deste modo, não existe da parte do sistema capitalista e das potências ocidentais, conluídas na exploração das riquezas da África Austral, qualquer capacidade de atracção para os seus próprios valores. Impossibilitadas de pregar o racismo, o *apartheid*, a exploração desenfreada, advogam vagos princípios de liberdade e antitotalitarismo, para justificarem um domínio cuja erueza nada pode mistificar.

Esta contradição, própria de uma sociedade em agonia moral, de uma sociedade que perdeu todos os seus valores e que é incapaz de os conciliar com os seus interesses básicos, conduz ao recurso sistemático à violência, por exaustão de todos os meios persuasivos.

É precisamente isso que se passa em relação ao Ocidente e à África do Sul. Neste ponto crucial do globo, encontramos-nos presentemente numa situação em que todo o mundo condena o regime de *apartheid*, defende a libertação dos povos da Namíbia e da África do Sul, mas não tem mostrado força suficiente para se opor à violência generalizada a que Pretória-Washington e seus cúmplices recorrem como último meio de salvaguardarem o seu domínio.

A ameaça

Se atentarmos no mapa do continente africano, veremos como durante cerca de vinte anos, a África do Sul conseguiu manter-se barricada face às independências que vieram recobrir o continente a partir do Norte, Angola, Moçambique, Rodésia. Namíbia constituíam um sólido muro de contenção. As brechas abertas nesse muro — o Botswana — ou estavam completamente cercadas e portanto obs-

truidas, não constituindo uma ameaça séria, ou que davam-se muito acima da linha principal, incapazes elas também de ferirem directamente o leão branco (Zâmbia e Tanzânia).

Contudo, os cálculos deste tipo, característicos de uma força na defensiva, falharam. Porque afinal a Zâmbia e a Tanzânia, apesar da sua incapacidade de ferir o poderio colonial, deram um valioso contributo à libertação dos países vizinhos. A "queda" de dois "domínios" fundamentais para o poder branco alterou bruscamente os dados da situação. Referimo-nos à independência de Angola e de Moçambique. Como se sabe, não tardou que outro "domínio" caísse: o Zimbabwe. E, de repente, o muro de contenção atinge as próprias fronteiras da África do Sul. Essa vastíssima área que separava o poder branco da chamada "África Negra" reduz-se, de um momento para o outro, ao território da Namíbia, precisamente o ponto mais fraco, sob o aspecto moral e jurídico, do colonialismo na África Austral.

O Botswana, até então praticamente imobilizado e paralisado na sua situação de "sanduíche" entre dois colossos brancos, adquire uma nova liberdade, uma nova margem de manobra, e entra, apesar de todos os condicionalismos, no concerto das nações activamente anti-apartheid. O reino encravado do Lesoto, um quase bantustão, afirma também a sua voz independente.

Estão criadas as condições para uma luta de vida ou de morte.

A Linha da Frente

Em certo sentido, toda a África é uma Linha da Frente. Porque o conflito na África Austral, se se repercute mais directa e mais violentamente em Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Botswana — os chamados ELF — e no Lesoto, condiciona também as manobras, os golpes, os sofrimentos, a agitação por todo o continente. Exemplo flagrante disso é o que se passa com a Organização da Unidade Africana, com a penetração de Israel, com a luta de interesses franco-americanos, com as bases no Quênia e na Somália, com a militarização do Índico, com as tentativas revigoradas da criação institucional do Pacto do Atlântico Sul, com o alargamento pretendido da área de acção da NATO.

Mas indiscutivelmente são os países vizinhos da África do Sul, nomeadamente os que se constituíram em Linha da Frente, aqueles que mais pesado tributo pagam para que a justa causa da libertação dos povos saia vitoriosa.

A Zâmbia começou por ser vítima do apoio prestado à Frente Patriótica (ZANU-ZAPU) que lutou pela libertação do Zimbabwe. Agora, o apoio à SWAPO (única e legítima representante do povo da Namíbia) e ao Congresso Nacional Africano são o pretexto para uma guerra económica, militar e política contra os Estados da Linha da Frente e o Lesoto.

As razões dessa guerra compreendem-se: a luta contra a independência da Namíbia trava-se não apenas no terreno de batalha propriamente dito, mas também contra os países que constituem a sua reta-

guarda. É preciso obrigar esses países pela força a vergarem-se ao *diktat* África do Sul-EUA, é preciso demonstrar ao povo da Namíbia e aos povos dos países recém-chegados à independência que esta não compensa, que a paz e a prosperidade só se alcançam na boa harmonia com a África do Sul, na continuação das dependências de toda a ordem em relação ao poder branco.

Conscientes de que uma nova etapa histórica de terrível sacrifício e provações de toda a ordem se abria com a libertação de Angola e Moçambique, cinco Estados da África Austral constituíram-se em 1976 em "Linha da Frente". Objectivo: coordenar as acções conjuntas dos países agredidos pelo poder branco (de Pretória e Salisbúria).

A Frente ficou constituída pelos países que mais directamente auxiliavam os movimentos de libertação na África Austral e que, por isso mesmo, eram vítimas dos ataques conjugados rodesiano-sul-africanos: Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia e Botswana.

A "Linha da Frente" teve um papel importantíssimo na independência do Zimbabwe, em 1980. Para além do apoio directo, os quatro países coordenaram a sua acção, opondo-se firme e unanimemente a todas as manobras tendentes a impor uma solução neocolonial ao povo do Zimbabwe. A sua atitude firme conduziu ao isolamento do regime branco de Ian Smith e acabou por levar a vinda todos os planos dos EUA, da Grã-Bretanha e das potências ocidentais para escamotear a verdadeira independência desse Estado.

A partir da sua libertação, o Zimbabwe junta-se, por sua vez, à Linha da Frente.

A questão mais imediata que agora se coloca na África Austral é a da libertação da Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul. Embora a Namíbia tenha ficado desde 1966 sob directa administração da ONU, embora a SWAPO tenha sido reconhecida

A libertação do Zimbabwe e a consequente integração deste país na Linha da Frente, permitiu um fortalecimento da luta contra o regime do "apartheid".





Em 1980 foi criada em Lusaka a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral, composta pelos países da Linha da Frente e outros Estados da área. Objectivo: cortar os vínculos económicos com a África do Sul.

desde 1973 como única e legítima representante do povo namibio, embora exista desde 1978 um plano para a independência plena da Namíbia, o certo é que a situação de gritante ilegalidade permanece. O território continua sob real administração da África do Sul, mantém-se a exploração desenfreada das suas riquezas, continua letra morta o plano de independência.

Mas desde a independência de Angola, a SWAPO conta, pela primeira vez na história da sua luta, com uma retaguarda, facto que altera qualitativamente os dados da situação.

Não surpreende que o maior peso da agressão sul-africana recaia sobre a República Popular de Angola, neste momento parcialmente ocupado por tropas racistas, que, conjuntamente com bandos fantoches, prosseguem uma guerra sistemática militar e económica contra o regime de Luanda.

Embora Angola e os demais Estados da Linha da Frente se disponham a dialogar e tenham mesmo encetado já conversações directas com Pretória e com Washington, a política de "bastonada" continua.

A exploração das dificuldades herdadas do colonialismo, a sistemática sabotagem, as destruições de vidas e haveres visam forçar os angolanos a abandonar o apoio à SWAPO. Fazendo intervir no processo uma questão completamente alheia ao problema — a presença de tropas cubanas no território angolano, tropas cuja colaboração a RPA solicitou no pleno uso da sua soberania e exercendo o direito de auto-defesa — Washington e Pretória recorrem a manobras dilatórias para camuflar a sua recusa à independência da Namíbia. Por outro lado, procuram explorar as divergências ideológicas porventura existentes nos ELF, tentando convencê-los de que a solidariedade com Luanda e a SWAPO representa uma submissão aos interesses soviéticos... Finalmente, tentam isolar o regime de Luanda dos que verdadeiramente apoiaram a sua independência desde a primeira hora.

As armas

"Gigantes" pela razão histórica que lhes assiste, "gigantes" pelas suas dimensões, "gigantes" pelos seus recursos potenciais, os seis Estados da Linha da Frente constituem, em termos económicos e militares, um inimigo que Pretória e Washington não conseguirão derrotar, mas ao qual podem ainda infligir duríssimos golpes.

A África do Sul é senhora do mais poderoso exército do continente. Dispõe de meios, que, em violação das normas internacionais lhe são concedidos pelo Ocidente, para se armar em dois sentidos — com vista a uma guerra convencional e com vista a uma guerra nuclear. Pretória e os seus aliados não descumram estes dois aspectos e preparem-se febrilmente para a guerra, que, finalmente, entrou nos muros da própria África do Sul (e esta é uma debilidade do poderio militar sul-africano que deve ser apontada...).

No plano económico, e, citando a Declaração de Lusaka, de Abril de 1980; "a África Austral depende da República da África do Sul como um centro fulcral de transportes e comunicações, um exportador de bens e serviços e um importador de bens e mão-de-obra barata." Esta dependência resulta do facto de os nove Estados e o território ocupado da Namíbia terem sido "deliberadamente incorporados em diversos graus pelas metrópoles, potências coloniais e subcoloniais, centrados, de uma maneira geral, na República da África do Sul", sem que nessa estratégia de integração económica tivessem sido considerados "o desenvolvimento das economias nacionais como unidades equilibradas e ainda menos o bem-estar do povo".

Esta situação de satelitização dos países da África Austral em relação a Pretória é entendida pelos Estados da Linha da Frente como um obstáculo maior à sua luta e ao apoio aos movimentos de libertação. Por isso, esses Estados decidiram criar em Abril de 1980 em Lusaka, conjuntamente com outros países



A Conferência de Lisboa reafirmou os princípios básicos para a solução dos problemas dos povos da África Austral

da área, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC).

Os principais objectivos desta Conferência são: 1 — reduzir a dependência económica, particularmente em relação à África do Sul, mas não só; 2 — estabelecer vínculos que criem uma interacção genuína e equitativa da região; 3 — mobilizar recursos para promover a implementação das políticas nacionais, interestatais e regionais; 4 — agir concertadamente para garantir a cooperação internacional no quadro da estratégia comum para a libertação económica.

Temos, pois, que do ponto de vista económico, os ELF dependem quase umbilicalmente da África do Sul e dependem também dos auxílios, dos empréstimos e do comércio com o Ocidente. Trata-se não de uma dependência mas sim de uma interdependência. Contudo, e nesta fase, Pretória e o Ocidente têm muito mais poder para agir sobre a economia dos países da Linha da Frente que o contrário. As instituições internacionais de crédito são, por sua vez, um instrumento político ao serviço dos interesses imperialistas.

Jogando nesta situação estrutural da economia da África Austral, agravando-a com sabotagens e agressões económicas, dilapidando-a com o estado de guerra permanente, têm a África do Sul e o Ocidente um trunfo para arrancar muitas concessões, para destruir a unidade e a coesão do grupo, para enfraquecer grandemente a retaguarda dos movimentos de libertação.

Até agora, isso não foi conseguido, apesar de todas as pressões, apesar das crescentes dificuldades dos ELF.

Os princípios básicos para a solução dos problemas da África Austral foram, uma vez mais, reafirmados na Conferência de Lisboa.

Mas o campo de manobra do inimigo é vasto, e as dificuldades são muitas. A grande frente de combate terá de ser travada pela própria comunidade internacional. É esta que, através da ONU e dos governos dos países membros das Nações Unidas verdadeiramente empenhados na paz e na libertação dos povos, pode transformar o Golias sul-africano num gigante de pés de barro. A aplicação real, efectiva das sanções decretadas contra Pretória, o cumprimento da resolução 435 sobre a Namíbia, o respeito pela não exploração dos recursos desse território tornariam a luta muito mais fácil, colocando a África do Sul na obrigação de dialogar em posição de igualdade com os seus vizinhos e de aceitar a instauração de uma paz justa e da liberdade dos povos na África Austral.

Mas tudo isto depende em grande medida da posição de certas forças ocidentais face à teoria dos "domínios". Todos sabemos que a queda dos domínios brancos que restam no continente negro é inevitável. Da lucidez do Ocidente depende que essa queda seja explosiva, com todos os males daí decorrentes, ou que seja suave, deslizando pacificamente apoiada também pelas forças progressistas ocidentais. Para bem da paz. Para bem do próprio Ocidente. □

Dinheiro, armas e cúmplices...

O empolamento crescente dos efectivos e despesas militares, o poderoso complexo da indústria de armamento e a chantagem nuclear do regime do *apartheid*. A participação cada vez mais activa dos militares na tomada de decisões parece demonstrar que o caminho para a ditadura castrense está já delineado. (*)

O dispêndio militar na República da África do Sul subiu em flecha nas duas últimas décadas — de 72 milhões de randes (*) em 1961 para 3000 milhões de randes em 1981. Durante este período, os gastos para a defesa exigiram uma proporção crescente das verbas atribuídas; o Orçamento de Março de 1982, por exemplo, aumentou os gastos para a defesa em mais 8 por cento em relação ao ano anterior. No mesmo período, a Força de Defesa Operacional cresceu de 12 000 para 200 000 membros enquanto a força total cresceu de 79 000 para 515 000.

A força policial, que sempre foi parte integrante da Força de Defesa, aumentou os seus efectivos de 26 000 em 1961 para 72 000 em 1981.

O alistamento no serviço militar dos sul-africanos brancos passou a ser obrigatório desde 1967, mas com as crescentes lutas de libertação na África do Sul e na Namíbia, o período de serviço aumentou consideravelmente. A legislação em curso no parlamento branco aponta para que os alistados sejam obrigados a prestar serviço por um período de dois anos, a tempo inteiro, na Força de Defesa. A qual se seguirá, por um longo período de 12 anos, prestações de serviço anuais alternantes, de um a três meses. Foi recentemente aprovado o treino militar obrigatório para todos os brancos até à idade de 55 anos juntamente com o alistamento de indianos e de sul-africanos de cor.

Uma indústria militar própria

Desde o massacre de Sharpeville, em Março de 1961, e a crescente exigência por parte da comunidade internacional, através do Conselho de Segurança da ONU, de um embargo de armas, que o regime do *apartheid* iniciou uma estratégia dupla.

(*) Este texto retoma algumas das considerações elaboradas pelo Congresso Nacional Africano (ANC) num documento apresentado à Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, sob o título: "A Guerra na África Austral".



A cada vez maior militarização da África do Sul é uma realidade perigosa para a comunidade internacional

A primeira, ligada à compra do mais sofisticado armamento e sistemas de terra, mar e ar, juntamente com tecnologia de apoio, licenças, patentes técnicas e peritos com conhecimentos especializados.

A segunda destas estratégias está ligada com o desenvolvimento na África do Sul de um complexo militar-industrial para assegurar, tanto quanto possível, a auto-suficiência em armamento.

O primeiro destes objectivos começou a ser realizado com a activa colaboração dos países da NATO, em primeiro lugar; enquanto que o segundo começou a ser posto em execução com o estabelecimento da Corporação de Armamentos Sul-Africanos — ARMSCOR. Nos cinco anos desde que foi implementado o embargo de armas pela ONU, cerca de 630 milhões de randes foram gastos no aumento da capacidade da ARMSCOR. Os seus meios incluem 8 grupos económicos de que é plena proprietária, com 15 grandes fábricas e capital avaliado em 1550 milhões de randes.

Enquanto que há dez anos só um terço do armamento era produzido internamente, hoje afirma-se que mais de 90 por cento dos pedidos das forças militares e militarizadas do *apartheid* são satisfeitos pela ARMSCOR. À volta deste monopólio de Estado cresceu um vasto complexo militar-industrial. Cinquenta companhias privadas são as principais clientes da ARMSCOR; cerca de 400 outras estão envolvidas na manufactura e fornecimento de componentes, enquanto outras mil firmas fornecem peças relacio-

nadas com armamento. Só a ARMSCOR emprega cerca de 28 000 trabalhadores, e estima-se que as companhias envolvidas nesta rede empregam mais de 100 000 trabalhadores.

A ARMSCOR não só se tornou o principal fornecedor de armas às forças militares e militarizadas do *apartheid*, como constitui hoje um agente activo no mercado de armas internacional na qualidade de vendedor. Nos finais de 1982, o director da ARMSCOR revelou que o objectivo projectado da corporação para os próximos cinco anos era o crescimento cinco vezes das exportações, — uma meta que ele avaliava entre 100 e 150 milhões de randes.

Outro aspecto da estratégia de "desenvolvimento" da corporação foi a transição para a concepção e produção de armas mais sofisticadas, particularmente veículos blindados especialmente concebidos para determinados objectivos, armas pesadas, artilharia, aviação, equipamento de radar e força naval. Os resultados até agora obtidos resultaram no desenvolvimento e produção do carro de combate *Olifante* e da auto-metralhadora *G6 155 mm*.

Não podem hoje subsistir dúvidas de que o regime sul-africano dispõe de capacidade no campo das armas nucleares juntamente com um sistema sofisticado de lançamento. Em Setembro de 1979, satélites dos Estados Unidos e da União Soviética identificaram uma explosão nuclear no Atlântico Sul, perto da África do Sul, e provas posteriores demonstraram a responsabilidade do regime de Pretória (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 30). É digno de atenção a este respeito ter um documentário da televisão britânica sugerido que o engenho pode ter explodido por meio de um sistema fornecido pela Corporação de Investigação Espacial de Vermont da fronteira dos Estados Unidos com o Canadá.

É a partir de 1965 que o regime sul-africano envereda por um programa deliberado de desenvolvimento nuclear. Juntamente com a Namíbia, a África do Sul possui cerca de 17% das reservas mundiais conhecidas de urânio. Sem a activa colaboração dos países ocidentais, em especial da Alemanha Federal, EUA, Grã-Bretanha e França, este programa nunca teria arrancado. Possibilitou-o uma assistência financeira, técnica e tecnológica maciça. Cientistas e engenheiros treinados nos países ocidentais com experiência nesse campo entraram nos serviços do Conselho para a Investigação Científica e Industrial (CSIR), com a responsabilidade de desenvolver a indústria nuclear do país. A África do Sul possui hoje dois reactores nucleares de pesquisa, uma fábrica de enriquecimento de urânio e dois reactores nucleares produtores de energia, em Koeber, perto da Cidade do Cabo.

A linha divisória entre o uso militar e civil da energia nuclear é, na melhor das hipóteses, uma linha falsa, e a alegação da África do Sul de que é motivada apenas pelo uso civil foi inteiramente desmentida pela explosão nuclear de 1979. Em nenhum momento tem o regime do *apartheid* desejado abrir a sua fábrica de enriquecimento de urânio à inspecção da Agência Internacional de Energia Atómica, nem tão pouco tem mostrado qualquer interesse em subscrever o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Um Estado militarista e militarizado

Talvez que a característica mais surpreendente do Estado sul-africano, tal como ele é presentemente constituído, seja a predominante influência dos militares no seio dos órgãos de decisão e acção política.

Desde a subida ao poder de P.W. Botha, o antigo ministro da Defesa, e a sua nomeação do general Magnus Malan como ministro da Defesa, que o papel do parlamento, predominantemente branco, tem sido sistematicamente desfigurado. Botha, como primeiro-ministro, e considerado como o futuro presidente, dadas as alterações constitucionais propostas, disporá de poderes que serão totais e ficarão fora do controlo das estruturas do poder branco presentemente em funcionamento. Embora o vasto aparelho estatal tenha sido drasticamente reduzido, foi criado um certo número de comissões ministeriais, dependendo do gabinete do primeiro-ministro. A tomada de decisões e a direcção da orientação política foram entregues a estas comissões.

A governação pelo parlamento exclusivamente branco, foi agora substituída pela governação através de comissões ministeriais. No centro deste sistema de comissões está o Conselho de Segurança do Estado — o SSC — que é responsável, em última análise, por todas as principais decisões políticas. Sete dos nove membros que integram o SSC são ou foram efectivos da Força de Defesa da África do Sul.

Esta concentração de poder político nas mãos dos militares representa, *de facto*, a transformação do Estado Sul Africano numa ditadura militar com poderes alargados a todos os aspectos do funcionamento do *apartheid* — políticos, militares, económicos, ideológicos, sociais e culturais. O funcionamento do Estado, incluídas as políticas interna e externa, é guiado pela doutrina da "estratégia total", anunciada em primeira mão no "Livro Branco da Defesa" de 1977 quando P.W. Botha era ainda ministro da Defesa. O resvalamento no sentido da ditadura dos militares foi sublinhado, de resto, pelo general Jack Dutton, embaixador da África do Sul no Chile:

"...a necessidade da aplicação da estratégia total parece favorecer um sistema de comando unificado, planeamento central conjunto... A organização convencional dos sistemas democráticos, por via de regra, não se presta a estes procedimentos"

Ninguém duvidaria da não democraticidade do presente sistema racista da África do Sul, mas a declaração de Dutton sublinha o domínio de uma solução militar para a crescente crise que aflige o regime do *apartheid*. Dada a maturidade da situação revolucionária na África do Sul e Namíbia, associada à firmeza dos Estados da Linha da Frente no seu apoio à luta, a aplicação da "estratégia total" implica claramente que a dominação branca é incapaz de se manter na sua velha forma política. A África do Sul não só se armou até aos dentes com armas convencionais sofisticadas e potencial capacidade de ataque nuclear, como, com a reorganização do Estado, demonstrou ter aberto caminho à implantação de uma ditadura militar, tão cedo surja essa necessidade. □

* Um rand corresponde a 0,85 US\$

A solidariedade assenta no concreto

Os representantes do Botswana, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzania e Lesoto manifestam-se contrários à retórica e reclamam acções palpáveis que isolem o *apartheid*, política e economicamente

UMA forte condenação da política agressiva da África do Sul, quer em relação aos negros sul-africanos, quer aos países da Linha da Frente e muito particularmente à Namíbia, a implicação através de apoios de diverso tipo por parte de algumas potências ocidentais e a falsa justificação de tropas cubanas em Angola para a negociação da independência da Namíbia, foram as questões fulcrais abordadas no conjunto das intervenções proferidas durante a sessão de abertura pelos dirigentes dos países da Linha da Frente.

Jameson Mothibamele, vice-ministro do Poder Local do Botswana, referiria que o que a maioria negra pretende, na África do Sul, é "ser considerada como uma parte do todo e, simultaneamente, aproveitar as coisas boas da vida daquele país. Isto tem-lhes sido proibido". Salientando que o aparelho de segurança sul-africano vai muito além das suas fronteiras, Mothibamele diria que a tirania contra a resistência dos negros sul-africanos os obriga a sair do país e a refugiarem-se no estrangeiro. "Depois são perseguidos, mutilados e assassinados nos campos de refugiados nos países vizinhos". Debruçando-se posteriormente sobre a independência da Namíbia, aquele dirigente do Botswana diria que a luta pela independência daquele país se iniciou muito antes da concretização da independência de Angola, o que leva a concluir que "não pode haver relação entre a luta do primeiro e as tropas cubanas em Angola". A concluir, Mothibamele diria ainda que "poderá demorar muitos anos mas um dia celebraremos em todo o mundo a independência da Namíbia".

"Não queremos retórica"

Por seu turno, D. Lisulo, membro do Comité Central do Partido UNIP da Zâmbia, que referiria ser o comércio existente entre o seu país e a África do Sul indispensável, devido às condições concretas existentes, mas, mesmo assim, quase irrisório comparado ao comércio efectuado entre os países ocidentais e o país do *apartheid*, considerou serem os ataques da África do Sul "e os seus actos de banditismo, uma conspiração bem orquestrada entre ela e algumas potências internacionais." A concluir, Lisulo realçaria uma questão como alerta à Conferência: "Na Zâmbia não estamos interessados na retórica nem em resoluções infundáveis que terminem em palavras de ordem, nós pretendemos acções concretas".



Salim Salim: "a África do Sul procura inverter o sentido da História"



Frederick Shava: "não haverá paz na África Austral enquanto a Namíbia e a África do Sul não forem libertadas"

"Não há força, por muito forte que seja, que possa parar a maré da revolução. Não há exército, por muito forte que seja, capaz de impedir a força de um povo que se quer libertar", salientou no início do seu discurso, Frederick Shava, ministro da Mão-de-Obra e Desenvolvimento do Zimbabwe. Realçando que a África do Sul espera em vão que os países da Linha da Frente quebrem as suas alianças revolucionárias com os povos em luta da África do Sul e da Namíbia, acrescentaria que na África Austral não poderá haver paz enquanto não houver independência naqueles dois países. No dia seguinte, ao da abertura da Conferência e durante uma conversa com os jornalistas, Shava acrescentaria que "cooperação económica significa para nós que o Zimbabwe tem os seus próprios libertadores que somos nós e a nós cabe defender-nos." E, concor-

dando com a análise feita por Joaquim Chissano, de que a internacionalização do conflito é da responsabilidade da África do Sul, salientaria que "há diferença entre países que se vêem forçados a negociar comercialmente com a África do Sul e aqueles que, fora da área, não têm necessidade e mesmo assim negociam".

Poupar a vida a brancos e negros

"A mais alta aspiração do pensamento do nosso tempo é a da libertação do oprimido do opressor", começaria por dizer Salim Salim, ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia. Desenvolvendo o seu discurso em torno das conquistas e dificuldades com que se confrontam os povos da África Austral, Salim Salim alertaria para o facto de que "alegar a existência de tropas cubanas em Angola para impedir a independência da Namíbia é uma tentativa de ter a liberdade do povo da Namíbia como refém e atacar a soberania do povo angolano. Ao insistirem neste caminho, os Estados Unidos fornecem mais argumentos para a intransigência da África do Sul". Esta última, que "procura inverter o sentido da História", tenta dispersar a atenção da realidade do *apartheid*, que oprime os negros na Namíbia, através das forças cubanas em Angola. No entanto, para Salim Salim, que referiu o facto de que "os movimentos de libertação assim que se tornam países da Linha da Frente sabem que o que mudou na luta foi o peso da responsabilidade", a independência da Namíbia e o fim do *apartheid* não deixarão de acontecer, por que inevitáveis. E a concluir, aquele ministro da Tanzânia destacaria: "A experiência demonstrou que atrasar o que é inevitável só leva à perda de vidas de brancos e negros."

O território do Reino do Lesoto é uma verdadeira ilha no interior do *apartheid* já que se encontra rodeado pela África do Sul por todos os lados. Sujeito a constantes ataques e chacinas executadas por comandos sul-africanos — o mais recente dos quais coincidiria praticamente com o encerramento da Conferência de Solidariedade —, nem por isso as suas autoridades têm demonstrado menos coragem e empenhamento, juntamente com os outros Estados da Linha da Frente, no combate contra o odioso regime de discriminação de homens.

V. Makhéle, ministro do Desenvolvimento Rural do Lesoto, em nome do governo do seu país, reafirmaria perante os delegados à conferência de Lisboa e aos muitos órgãos de informação que cobriam os trabalhos essa determinação que anima as autoridades de Maseru. "Continuaremos a dar o nosso auxílio humanitário às pessoas a quem é negado o estatuto de cidadãos no seu próprio país. Ainda que sejamos atacados dia e noite, continuaremos a apoiar a luta pela liberdade e pela dignidade humana nessa região. Os ataques de que somos vítima apenas nos dão mais determinação".

Refutando as acusações de Pretória, segundo as quais o território do Lesoto abrigaria campos de treinamento dos combatentes do ANC, Makhéle concluiria: "A África do Sul é apenas ameaçada pelo povo negro da África do Sul". □

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

Costa Gomes "Esta Conferência foi um êxito"

ANTIGO Presidente da República e membro destacado do movimento da paz em Portugal, o Marechal Costa Gomes foi um dos participantes desta Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente.

Cadernos do terceiro mundo pediu-lhe um pequeno depoimento, partindo de duas curtas questões.

Que apreciação faz do desenrolar dos trabalhos da Conferência?

— Esta Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente foi um sucesso, apesar de toda a oposição que a direita e o Partido Socialista lhe fizeram. E foi um sucesso não apenas pelo número de representações dos países africanos e asiáticos, mas igualmente pela qualidade dessas representações, constituídas por altos dirigentes dos países. Isto demonstra a importância que lhe foi atribuída. Como sublinhou o secretário-geral das Nações Unidas, foi muito oportuna porque o problema da Namíbia tem de ser resolvido, apesar de haver vontade por parte de alguns que assim não seja. E tem de ser resolvido, tal como ficou determinado em 1975, o mais rapidamente possível.

Referiu a oposição feita pelo Partido Socialista a esta Conferência. Atendendo a que outros partidos socialistas da Europa enviaram representantes à Conferência, a que atribuiu a posição particular do PS?

— Não percebo a atitude do Partido Socialista porque mesmo que o Conselho Português para a Paz e Cooperação fosse um organismo dirigido por elementos políticos da União Soviética, o que é profundamente falso, a finalidade da Conferência, só



Costa Gomes considerou inexplicável a atitude do PS relativamente à Conferência

por si, é suficientemente forte para pôr em conjugação todos os políticos e organizações que estão contra o *apartheid* e solidários com os países da Linha da Frente e nós, muito particularmente, tão ligados aos países de expressão portuguesa em África como estamos. Portanto, não há qualquer explicação para a direcção do Partido Socialista ter tomado esta atitude.

Julgo que a posição agora assumida pelo PS vai prejudicar as relações que um futuro governo socialista, que eventualmente venha a sair das próximas eleições de 25 de Abril, possa vir a ter com os países da Linha da Frente e muito especialmente com Angola e Moçambique.

Lurdes Pintasilgo Renovar a consciência ética internacional

DO fundo mítico da nossa própria existência e traçado enquanto povo, que brota, antes de mais, a nossa solidariedade com a África Austral", começou por salientar, no discurso que proferiu na sessão solene de abertura da Conferência, a ex-primeira-ministra Maria de Lurdes Pintasilgo, representante do presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, patrono deste acto de solidariedade.

Lurdes Pintasilgo, que exporia ao longo de todo o seu discurso a posição portuguesa relativamente ao conflito na África Austral, referiria que, cinco séculos depois de termos dobrado o Cabo das Tormentas e de o termos passado a considerar então Cabo da Boa Esperança, "vemo-nos convosco, povos e Estados da Linha da Frente, a tentar vencer as 'tormentas', o inimigo de rosto multiforme que hoje não é já a força cega da natureza mas a força calculista

dos que, na sua ânsia de expandirem o seu poder, não hesitam em violar os princípios fundamentais dos direitos dos homens e dos direitos dos povos".

Mais adiante, Lurdes Pintasilgo, para quem a ética e a preservação das culturas é sintoma de progresso, salientaria que "denunciamos o racismo — qualquer que seja a forma que tome, expressa ou latente — como império do único, do uniforme, do mesmo. Ele é, assim, o suporte cultural de toda a dominação totalitária, incapaz de acolher, valorizando-as, as salutares diferenças entre os indivíduos e os grupos". E, citando o presidente da República, acrescentaria que "Por isso Portugal tem expresso com firmeza, a condenação da discriminação racial e do *apartheid*, como formas de organização das sociedades, contrárias à expressão da dignidade humana, à afirmação da cultura e às exigências da civilização".

Joaquim Chissano

"A luta do ANC faz-se em território sul-africano"

NA África do Sul os negros, por serem negros, são mantidos sob a mais dura condição de opressão, repressão, humilhação e desrespeito total dos direitos e liberdades fundamentais do homem", referiu, durante a sessão solene de abertura da Conferência, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano. Anteriormente, Chissano fizera um breve apanhado sobre o percurso seguido pelo seu país desde a luta contra o colonial-fascismo português, até aos dias de hoje em que a África do Sul investe no território moçambicano através de grupos de bandidos armados.

Proseguindo o seu discurso, o ministro moçambicano dizia que: "O mineiro sul-africano não tem direito a um lar. É um trabalhador emigrante na sua própria terra. A sua pátria é o bantustão donde parte para as minas e regressa para se juntar à família. A tortura e o assassinato de estudantes, operários, camponeses, sindicalistas e religiosos que se opõem ao abominável regime, impregnam o quotidiano da vida sul-africana. A mãe negra vive em constante sobressalto e tensão. Nunca sabe se o seu filho regressará da escola. A esposa do trabalhador sul-africano é uma viúva latente. É dominada pelo espectro constante da notícia da morte do marido. A irmã do prisioneiro não lhe é permitido visitá-lo na masmorra racista. Apenas lhe é permitido resgatar o corpo do irmão que os torcionários enforcaram e a quem passaram uma certidão de óbito por suicídio".

Seguidamente, Chissano fez uma resumida análise dos métodos utilizados pela África do Sul em cada um dos países da Linha da Frente, diferentes



Em Moçambique a África do Sul investe através de grupos de bandidos armados, salientaria Joaquim Chissano, durante o seu discurso

na forma, segundo as condições concretas existentes, mas iguais na essência desestabilizadora, assassina, racista. Como justificação para as suas acções, a África do Sul alega hipotéticas bases da ANC nos diferentes territórios estrangeiros. E contrapondo a esta justificação, o ministro Chissano referiu: "A base da ANC é o território sul-africano. Aqui é que vive o ANC. Os combatentes da liberdade são os mineiros sem remuneração, os camponeses sem terra. São os estudantes que se negam a falar o afrikander nas escolas. Em suma, a base do ANC é o povo que reivindica as liberdades democráticas, que rejeita o *apartheid*, que exige que a África do Sul seja a pátria de todos os sul-africanos sem distinção da cor da pele".

Referindo-se à importância do cumprimento por parte das Nações Unidas da posição que assumiu relativamente à independência da Namíbia, a representante de Eanes na Conferência dizia ainda: "A situação da África Austral põe a nú a inoperância política actual do sistema das Nações Unidas. Remete por isso cada Estado-membro para a análise do seu empenhamento na existência e na eficácia de um mecanismo regulador do conflito no plano internacional. Obriga a ultrapassar as complicações bilaterais, tantas vezes mais próximas dos meros interesses materiais que dos princípios da Carta das Nações Unidas. Revela que a renovação da consciência ética da comunidade internacional de que todos somos parte, é uma tarefa urgente e que a todos os Estados diz respeito".



"Denunciamos o racismo — qualquer que seja a forma que tome, expressa ou latente — como império do único, do uniforme, do mesmo"

Os racistas procuram fomentar o tribalismo

O presidente da SWAPO denuncia as agressões de que têm sido vítimas os Estados da Linha da Frente, a repressão a que está sujeito o seu povo e a escalada militar na Namíbia

Sam Nujoma (*)

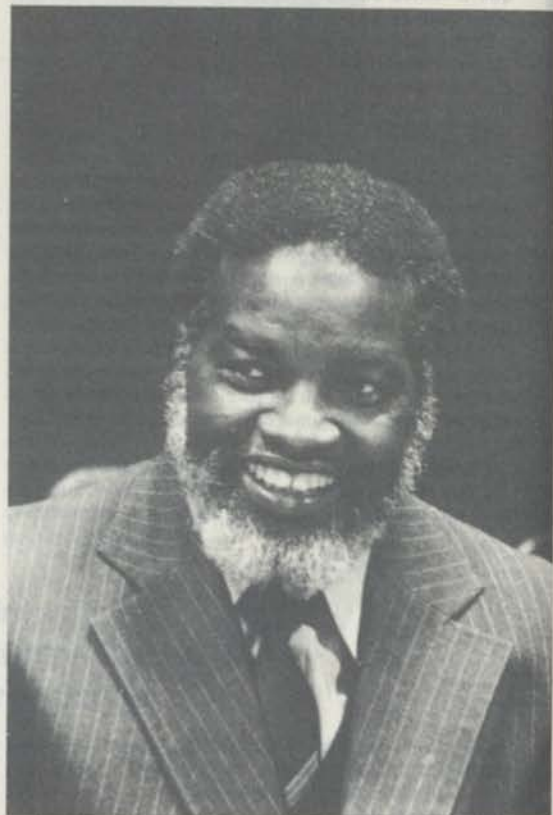
VIVEMOS uma época em que o regime racista de Pretória, que ocupa ilegalmente a Namíbia, tem vindo a incrementar a sua agressão militar e os seus ataques contra os Estados da Linha da Frente. Tais ataques são levados a cabo com renovada intensidade, frequência e brutalidade. Confiantes no apoio que recebem de alguns dos seus amigos ocidentais, e conscientes da força protectora do veto no Conselho de Segurança da ONU, em especial por parte da administração Reagan, a junta de Pretória tem cometido sucessivos actos de agressão contra Estados africanos vizinhos, com desprante e impunidade, utilizando por vezes a Namíbia como ponto de partida. Através da agressão sistemática, o regime ocupou certas zonas do sul da República Popular de Angola, prosseguiu os seus actos hostis e de agressão contra Moçambique e incrementou os actos de banditismo contra a República do Zimbabwe. Além disso, o regime massacrrou, de forma bárbara e covarde, inocentes refugiados das injustiças, da opressão e da discriminação racial praticadas na República do *Apartheid*, assim como indefesos civis do Lesoto.

Isto para já não referir as tentativas da junta para derrubar o governo da República das Seychelles, através do auxílio de mercenários.

O objectivo da África do Sul racista é o de forçar os Estados da Linha da Frente a abandonar o seu firme apoio à ANC e à SWAPO, o seu empenhamento pela total independência de África e, em última análise, atraí-los para a sua órbita de influência e controlo.

É nossa firme opinião e posição de princípio que não basta condenar e rejeitar os actos de barbárie e terrorismo da África do Sul na região. Há que examinar em profundidade as causas de fundo da sua intransigência e tomar adequadas medidas conjuntas visando obrigar os racistas a pagar pesadamente pelos seus crimes contra a humanidade.

(*) O presente texto é um resumo da importante intervenção que o líder da SWAPO, vanguarda da luta de libertação na Namíbia, fez perante a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente



"A escalada militar na Namíbia alcança proporções assustadoras. O número daqueles que diariamente oprimem e intimidam o nosso povo ultrapassa em muito os 100 000 homens"

A situação na Namíbia

No que respeita à Namíbia, a situação permanece tensa e explosiva. A diabólica aliança e o apoio que recebe por parte da administração Reagan fornecem o sustento necessário ao aumento da intransigência e agressividade do regime. Neste sentido, o regime acelerou a sua escalada militar na Namíbia. As suas



tropas são constantemente reforçadas com novos contingentes, provenientes da outra margem do Rio Orange. Tais tropas estão plenamente equipadas com todo o tipo de armamentos. Para além destas tropas racistas sul-africanas existe a chamada Força do Território da África Sud-occidental. Esta odiosa instituição não conseguiu obter o apoio do povo namibio e, como resultado, o regime tem de recorrer à incorporação militar. Jovens, mesmo a partir dos treze anos de idade, são recrutados nas escolas da Namíbia inteira. Com vista a tornar mais eficiente a incorporação, militarizam o sistema escolar.

Para além desta Força do Território da África Sud-occidental, o regime também criou a chamada Polícia da África Sud-occidental, a "Força dos Cidadãos", bem como a Força de Comandos, na qual estão incorporadas muitas pessoas com registos criminais.

Para completar as fileiras destes criminosos, supostamente transformados em defensores da lei, o regime tem procurado aliciar os desempregados através de atraentes promessas de remuneração.

Vale a pena chamar aqui a atenção para o facto de o regime, fiel à sua natureza, ter criado tais instituições, não apenas com o objectivo de africanizar a guerra, mas também com a intenção explícita de lançar as sementes da guerra civil. Por outras palavras, estes recrutamentos não são apenas feitos para serem utilizados nos combates contra a SWAPO, mas realizados tendo por base diferenças étnicas, e instruídos nas concepções de superioridade ou inferioridade de certos grupos étnicos face a outros. Como resultado, permanecem fiéis aos seus chefes e/ou costumes tribais e resistirão por todos os meios a qualquer outra autoridade após a independência.

Uma força de ocupação de mais de 100 mil homens

A escalada militar na Namíbia alcança proporções assustadoras. O número daqueles que diariamente oprimem e intimidam o nosso povo ultrapassa em muito os 100 000 homens. Este aumento generalizado de efectivos militares tem sido acompanhado pelo alargamento dos serviços e instalações militares. Novas bases foram criadas no Leste e no Norte do país para servir o número crescente de soldados e fortificar as posições avançadas do regime contra os países africanos independentes vizinhos da Namíbia, e em particular a República Popular de Angola. Em

simultâneo com o estabelecimento e o alargamento das unidades militares, verifica-se a expansão e a modernização das bases aéreas. A este respeito, cabe referir que desde a ocupação de algumas zonas do sul da República Popular de Angola pela África do Sul racista, a junta de Pretória tem dado especial atenção à expansão e alargamento, na Namíbia, dos aeródromos militares de Grootfontein, Ondangua e Runtu, no centro-Norte, Norte e nordeste, respectivamente. O regime considera tais bases essenciais para servir os seus aviões militares que se destinam ou que regressam de missões de agressão contra Angola.

As acções do regime racista na Namíbia são indicativas de uma entidade que não está de forma alguma disposta a renunciar à posse ilegal e colonial da Namíbia. Já em Janeiro de 1981, durante a reunião de Genebra, a junta de Pretória levantava a questão da falta de imparcialidade da ONU. Alegava que a ONU favorecia a SWAPO. Hoje, após ter sido demonstrada a falência das suas teses, é a administração Reagan que fornece aos racistas uma nova cortina de fumo para encobrir as suas acções. A este respeito, a administração Reagan e a África do Sul racista estão a exigir a retirada das tropas cubanas de Angola como condição prévia para a independência da Namíbia. Esta tentativa deliberada de associar a retirada das tropas cubanas de Angola com o processo de descolonização e independência da Namíbia é mais uma manobra dilatatória, visando conceder ao regime ilegal de Pretória mais tempo para consolidar e fortalecer as suas instituições e a ocupação ilegal da Namíbia. Pretendem protelar, através de tais maquinações e manobras, a independência da Namíbia.

A SWAPO da Namíbia e os próprios Estados da Linha da Frente já rejeitaram esta associação. Consideramos a retirada das tropas cubanas e o processo de descolonização da Namíbia como duas questões separadas. Os cubanos estão em Angola a convite do governo desse país e ao abrigo de um acordo bilateral entre dois Estados soberanos. A sua vinda data de muito antes da adopção da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, e destinou-se a repelir as forças invasoras racistas. Durante o debate e a aprovação da resolução 435, nem as cinco potências ocidentais, nem a África do Sul levantaram a questão da retirada das tropas cubanas. Não há, portanto, qualquer base para a introdução desta questão no processo de implementação da resolução 435. □

Oliver Tambo

"A África do Sul que queremos"

O líder do Congresso Nacional Africano (ANC), em entrevista exclusiva, afirma-nos quais as perspectivas da luta contra o regime do *apartheid*, explica as razões do recurso à via armada e traça os contornos de sociedade que o mais antigo movimento de libertação africano pretende ver implantado

Carlos Pinto Santos/Carolina Quina
Baptista da Silva

PARA além desta Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, anuncia-se já uma outra, para Julho, em Arusha, na Tanzânia, desta vez com o patrocínio da Internacional Socialista. De que modo é que estas duas reuniões poderão contribuir para um mesmo objectivo?

De momento ainda estou confuso quanto à conferência de Arusha, não sabendo como ela se irá articular com a de Lisboa. Não estou completamente informado porque, de facto, não encontrei alguns dos amigos socialistas que esperava encontrar nesta reunião de Lisboa, daí que não tenha obtido da sua parte uma explicação para esta questão.

Pela nossa parte, empenhamo-nos na solidariedade com os Estados da Linha da Frente — tanto mais que é a SWAPO e o ANC quem mais beneficia dessa solidariedade —, e mal surgiu a ideia da realização desta conferência sentimos que ela vinha ao encontro dos nossos próprios sentimentos, dos nossos desejos e portanto trabalhamos a fundo no sentido de encorajar a alcançar a mais ampla participação possível nesta realização.

Surgiram, no entanto, recentemente notícias de que algumas pessoas consideram que esta Conferência foi promovida e organizada pela União Soviética na defesa dos seus interesses!

Não sei se isso teria sido declarado por Pieter Botha ou qualquer dos porta-vozes do regime fascista da África do Sul, já que eles estão continuamente a afirmá-lo...

O que nos preocupa, de facto, é que aqueles que nós consideramos amigos estejam agora a afirmá-lo também — utilizando as mesmíssimas palavras que o regime da África do Sul costuma empregar. Há aqui qualquer coisa que não bate certo e deixa qualquer pessoa bastante confusa.

Nós já tivemos a oportunidade de declarar que apoiaremos a Conferência de Arusha e esperávamos que houvesse também, em contrapartida, apoio a esta conferência de Lisboa por parte desses sectores.

Porque, diga-se: esta é a nossa Conferência — a outra não o era... — e nós acolhemos toda a solidariedade que nos é manifestada, embora não sob a forma como a qual receio esses sectores pretendam agora expressar. Cria problemas!



"Do nosso ponto de vista, a luta tem de ser o resultado da combinação da acção política de massas, incluindo as acções desencadeadas pelas massas trabalhadoras que são o pilar da nossa economia, com a luta armada"

Quais as perspectivas da luta pela liberdade na África do Sul? Acredita sinceramente na possibilidade do desenvolvimento da luta armada num país com as características da África do Sul?

Como sabem, a nossa luta tem como objectivo a realização dos princípios contidos naquilo a que nós chamamos a "Carta da Libertação". Esta define claramente a África do Sul que nós combatemos, reitera a total e completa rejeição do regime do *apartheid*, propondo profundas alterações para o povo sul-africano. Ai defendemos uma África do Sul para o povo da África do Sul, como um todo, independentemente de serem pretos ou brancos, da sua raça ou religião. Esse país que defendemos não assentaria em bases raciais, teria um governo do povo em que a maioria prevalece sobre a minoria, e não pelo facto de haver pretos e brancos. Colocaríamos ao serviço de todas as riquezas de que o país dispõe — em clara oposição à situação que hoje prevalece, em que as riquezas do país estão concentradas apenas nas mãos de alguns, enquanto que a maioria morre de fome, sofre de graves doenças em resultado da má nutrição...

Esse país que nós defendemos combateria qualquer manifestação de racismo e desenvolveria relações políticas de amizade e cooperação com os países vizinhos.

Daí que sendo o nosso objectivo a tomada do poder, tenhamos hoje que enfrentar a oposição por parte daqueles que hoje o detêm e disputam os privilégios.

... Daí que essa transferência de poder não possa "ser pacífica", daí que o ANC defenda o emprego da luta armada...?

Do nosso ponto de vista, a luta tem de ser o resultado da combinação da acção política de massas, incluindo as acções desencadeadas pelas massas trabalhadoras que são o pilar da nossa economia, com a luta armada.

Nós combinamos estes dois níveis de luta pela libertação, a qual tem portanto de ser encarada como uma guerra permanente e articulada contra a situação que se vive na África do Sul, onde o ramo responsável pela luta armada assume progressivamente uma posição dominante, já que a actividade de resistência política é quase tão antiga como o próprio ANC.

A luta armada é um novo ramo que tem de ser desenvolvido nos seus diferentes níveis, e no qual esta ofensiva coordenada pode ter um efeito e um impacto decisivos no próprio sistema sul-africano.

Pensamos que o regime não sobreviverá se esta combinação de acções — política e militar — vier a alcançar um alto grau de coordenação.

Continuamos e continuaremos, apesar de todas as dificuldades; e estamos certos de que haverá uma alteração do *status quo*.

A participação dos brancos

*Qual o grau de participação dos brancos nessa luta por uma nova sociedade sul-africana, erradicada do *apartheid*? Considera essa participação decisiva?*

Pensamos que o conjunto dessas acções seja abertamente participado e que devemos começar a forjar desde já, na própria luta, a sociedade sul-africana do

amanhã do futuro.

Desse modo, procuramos esclarecer os membros da comunidade branca de que os seus interesses i-pousam na sua auto-identificação com a luta desenvolvida pelo Congresso Nacional Africano. As respostas aos nossos esforços têm sido muito encorajadoras e expressam-se nomeadamente pelas manifestações verificadas no seio da juventude, que começa a interrogar-se a si própria qual o sentido de darmos a nossa vida em nome de um sistema que, no fundo, não apoiamos?

Não se estranhe, pois, que se verifiquem muitas deserções no exército. Muitos desses jovens abandonam pura e simplesmente o país.

Embora exista já uma forte corrente de adesão por parte da população branca à causa da libertação, fácil é constatar que se manifesta uma grande pressão, uma grande intimidação contra todos aqueles que são acusados de "estarem a trair o futuro dos brancos". Outra coisa não seria de esperar de um regime fascista.

Existem, no entanto, condições na África do Sul que nos permitem prever que, no futuro, esta corrente se alargará e aprofundará.

Uma enorme "ratoeira"!

*Não acha que o novo 'estatuto jurídico' dos mestiços na África do Sul — introduzido com a nova Constituição — possa representar uma quebra na unidade de luta contra o *apartheid*?*

E de facto uma ameaça, diria mesmo um complot contra a unidade da luta. Mas o povo em geral entendeu o sentido da medida e está a lutar para vencer o objectivo do inimigo. Porém, alguns dos líderes da comunidade mestiça, num primeiro momento, caíram na ratoeira, não se apercebendo que o objectivo da medida era dividir a população mestiça e criar uma situação de potencial divisão entre negros, mestiços e indianos.

Isso foi, no entanto, ultrapassado tendo-se verificado um movimento, como nunca se vira antes, no sentido da unidade, da consolidação dessa unidade. E mesmo aqueles que, num primeiro momento, apoiaram a medida começam a considerar que caíram em erro. Em vez de se empenharem em pequenos ajustamentos à Constituição, que apenas reforçam o regime, terão antes que começar a pensar seriamente sobre a exigência de um governo de maioria.

A ineficácia do Grupo de Contacto

Pensa que as conversações existentes entre os Estados da Linha da Frente e as autoridades de Pretória poderão vir a ter reflexos na luta no interior da própria África do Sul?

Não. A luta prosseguirá. As conversações entre os Estados africanos e o regime da África do Sul nada têm a ver com a luta no interior da própria África do Sul. Têm a ver antes com problemas que afectam esses Estados e que são provocados pela África do Sul.

Por nosso lado estamos certos que, nas negociações, os Estados africanos saberão defender as posi-

ços da luta — que terá que prosseguir — e não se volverão em nada que possa diminuir o desenvolvimento da luta de libertação na África Austral.

Em relação à questão da independência da Namíbia, o que pensa daquilo que tem sido a actuação do Grupo de Contacto?

O mínimo que se pode dizer é que o grupo tem actuado de forma ineficaz. Têm apoiado o regime sul-africano e têm-lhe servido de 'guarda-costas', facto que explica que a Namíbia não esteja já independente. É o caso dos EUA que não cumpre a resolução 435 das Nações Unidas.

O grupo foi criado com o objectivo de se ocupar exclusivamente da questão da Namíbia e pressionar a África do Sul; o que é facto é que mais não fizeram do que isolar a Namíbia da Comunidade internacional.

É motivo de preocupação o papel desenvolvido pelo Grupo de Contacto. É nossa sugestão que o Secretário-Geral das Nações Unidas se volte a ocupar deste assunto. Estamos convencidos que é altura de reconhecer que o grupo de Contacto não está em condições de resolver esta questão.

"O nosso povo não se amedronta..."

Oliver Tambo, uma última pergunta. A 9 de Dezembro último, o Lesoto foi cenário de mais um sangrento massacre lançado pelo exército sul-africano. A África do Sul nunca hesitou em raptar ou

assassinar membros do ANC nos Estados vizinhos independentes, com especial predilecção pelos dirigentes da luta anti-apartheid — ou aquilo que os porta-vozes de Pretória apelam de "peixe graúdo". E, no entanto, você foi a Maseru prestar uma verdadeira homenagem às vítimas. Qual o verdadeiro significado desse gesto?

Fui porque a nossa gente tinha sido barbaramente assassinado e era necessário que eu me deslocasse para lhes prestar essa última homenagem em nome do Congresso Nacional Africano e em nome também do povo da África do Sul.

Fomos, juntamente com muitos milhares de outros elementos, prestar uma última homenagem a todos esses jovens que foram massacrados... e cujo único crime era serem, ou suspeitar-se que seriam, membros do Congresso Nacional Africano.

Não há lugar algum que não seja perigoso nesta luta em que estamos empenhados — e não podemos estar longe dos Estados da Linha da Frente e, ao mesmo tempo, querer dirigir a luta.

Temos que ir aos sítios — mesmo que sejam considerados perigosos —; a luta é perigosa mas o nosso povo não se encolhe ou amedronta com a perspectiva da morte. Ela tem-nos acompanhado desde sempre — recordemos como os jovens de Soweto enfrentaram as balas com pedras, como improvisaram escudos com meras tampas de caixote do lixo.

Desde essa altura, tanto "peixe graúdo" como "peixe miúdo", continuam esse combate pela dignidade. Porque a luta continua! □

CÂMARAS FRIGORÍFICAS DESMONTÁVEIS E EQUIPAMENTO PARA SUPERMERCADOS

Gama completa de mobiliário para AUTOSERVIÇOS, SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, posta ao serviço por:



IRAL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTAÇÃO, S.A.

Sede e Complexo Industrial
3401 OLIVEIRA DO HOSPITAL CODEX • TELS 52460-52161-52193 • TELX 18761 IRAL OP
Serviço de Exportação
AV. SANTOS DUMOND, 47 R/C - 1000 LISBOA • TELS 779115-764652 • TELEX 14356 IRAL L



Paulo Jorge

"Sentimo-nos quase sós nesta batalha"

Em entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano realça a importância da Conferência de Lisboa e tece comentários sobre os "porquês" do impasse das negociações da Namíbia

LAMENTO que na base das manobras do fracassado boicote a esta Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente estivessem alguns que se deveriam identificar com a luta dos nossos povos, se quisessem ser coerentes com os princípios que proclamam. No entanto, o alto nível de muitas delegações, vindas de todos os lados, e que cobriam um vastíssimo leque político-partidário — e o próprio sucesso da Conferência — foram a melhor resposta a essas manobras que mais não revelam senão um espírito e interesses egoístas, sem terem em conta o nobre significado desta expressão de solidariedade", este o comentário a *cadernos do terceiro mundo* do ministro dos Negócios Estrangeiros angolano Paulo Jorge, ao referir-se às tentativas para fracassar a Conferência de Lisboa, exercidas praticamente até ao início dos trabalhos.

Tendo estado na origem do adiamento da Conferência prevista para Julho passado, essas tentativas partiram, fundamentalmente de três centros: Pretória (como não podia deixar de ser), Washington (o que é normal) e certos sectores da social-democracia europeia, particularmente da direcção do Partido Socialista português (o que causou perplexidade a muitos).

"É óbvio — prosseguiu Paulo Jorge — que qualquer iniciativa que tenha por finalidade apoiar os movimentos de libertação e os Estados da Linha da Frente, que constituem a sua retaguarda segura, deva sofrer por parte dos Estados Unidos e seus aliados, todo o tipo de sabotagens e pressões. Pressões exercidas sobre tudo e todos, sejam organizações, partidos políticos ou governos, porque se torna essencial para Washington que a sua sórdida política na região não seja desmascarada. Mas sem efeito desta vez: o papel nefasto que os Estados Unidos desempenham no contexto internacional foi claramente denunciado pelos participantes da Conferência. Conseguiu-se chamar as coisas pelo seu próprio nome."

Para o dirigente angolano, os documentos adoptados no termo da Conferência — a Declaração e o Programa de Acção — correspondem à expectativa dos Estados da Linha da Frente. "Caracterizam correctamente o nível das agressões do regime de Pretória contra os nossos países, consideram o *apartheid* um crime contra a humanidade que efectivamente é,



"O papel nefasto que os Estados Unidos desempenham no contexto internacional foi claramente denunciado pelos participantes da Conferência. Conseguiu-se chamar as coisas pelo seu próprio nome"

denunciam as conviências de certas potências ocidentais e Israel com o regime sul-africano e chamam a atenção sobre os perigos que a situação vivida na África Austral acarreta para a paz mundial. A questão que agora se põe, é de saber como concretizar essa solidariedade. Porém, se no regresso aos seus países de origem os participantes puserem em prática muitos dos aspectos contidos no Programa de Acção, será dado um contributo importante aos nossos povos, ajudando-os a ultrapassarem as dificuldades que encontram face à actuação de Pretória e ao apoio que lhe é prestado pelos EUA."

A Namíbia não é um problema exclusivo de Angola

Na medida em que a Namíbia está sob tutela das Nações Unidas, o secretário-geral da organização, Perez de Cuellar, já afirmou que a questão da antiga colónia alemã é um problema da ONU e da África do Sul. "Embora estejamos numa situação especial devido a uma casualidade geográfica de vizinhança, a Namíbia não é um problema exclusivo de Angola — sublinha Paulo Jorge — mas sim um problema de toda a comunidade internacional. Cada Estado membro da ONU tem responsabilidades em relação a esse território."

As negociações no quadro do Grupo de Contacto, que tem o mandato para encontrar uma solução para o problema namibio, estão num impasse. A responsabilidade desta situação cabe à administração norte-americana que tenta introduzir novos elementos nas conversações, como o chamado "linkage" que estabelece uma ligação entre o processo de independência da Namíbia e a presença das forças internacionais cubanas em território da República Popular de Angola. "Esta obsessão do governo norte-americano é a causa do impasse actual. A rejeição categórica do governo angolano a esta questão é muito clara e foi aliás incontestavelmente assumida pelo continente africano, na recente Cimeira dos Não Alinhados em Nova Deli e mesmo pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro último, que numa resolução adoptada recusou o "linkage". Mas apesar de todas estas claras posições, a administração norte-americana permanece indiferente, não hesitando em se colocar contra a opinião da comunidade internacional."

Segundo revela Paulo Jorge, a proposta actual do governo de Luanda é a de que o Grupo de Contacto se reúna a nível ministerial procurando resolver três aspectos para que se cumpra o plano da ONU conforme a resolução 435/78 do Conselho de Segurança: a definição do processo eleitoral na Namíbia, a composição final das tropas das Nações Unidas a serem enviadas para o território e o cessar-fogo. Uma vez concluídas estas fases, caberá ao Grupo de Contacto remeter o assunto ao secretário-geral da organização que o representará no Conselho de Segurança para a aplicação prática da resolução 435.

Impasse nas negociações Luanda-Washington

O "linkage" impede também qualquer progresso nas conversações bilaterais que, desde 1982, se desenrolam entre Luanda e Washington, na medida em que a parte norte-americana faz depender a normalização das relações dos dois países à presença das forças cubanas em Angola. "Não podemos aceitar nenhuma subordinação desse tipo. A normalização das relações entre países devem-se basear nos princípios universais de não ingerência e nunca partindo de condições prévias", considera Paulo Jorge.

A intransigência norte-americana dá, por sua vez, cobertura à atitude sul-africana nos dois encontros exploratórios com a delegação angolana efectuados

na ilha do Sal.

Com o governo caboverdeano a desempenhar o papel de intermediário, estes contactos foram propostos por Pretória para abordar o problema namibio. A primeira sessão de conversações deu-se em Novembro último; a segunda, em Fevereiro, não se chegou a realizar devido ao desnível na composição da delegação sul-africana. "Embora os resultados dessas conversações sejam muito, muito magros, permanece efectivamente uma porta aberta dado que os sul-africanos nos propuseram um terceiro encontro", diz Paulo Jorge.

"Estamos convencidos que mais cedo ou mais tarde, a África do Sul terá de largar a Namíbia. Mas para isso são necessários esforços conjugados, e aqueles que possuem meios de pressão sobre a África do Sul têm de intervir seriamente, recorrendo, inclusive, à aplicação de sanções obrigatórias. Refiro-me às potências ocidentais com relações muito estreitas com Pretória, não somente políticas, mas sobretudo económicas. E neste aspecto cabe um papel muito importante aos países que constituem o Grupo de Contacto", prossegue o ministro angolano que realça a actuação do governo socialista francês no seio do Grupo: "após Maio de 1981, a França desempenha um papel dinâmico e direi mesmo mais corajoso, no problema da Namíbia, dizendo abertamente que não partilha a obsessão dos Estados Unidos sobre o "linkage".

A obsessão absurda e ridícula de Bush

Uma outra obsessão recentemente expressa pelo vice-presidente norte-americano, George Bush, segundo a qual a África do Sul sentia-se ameaçada pelos seus "vizinhos negros" é considerada por Paulo Jorge como "absurda e ridícula": "Basta um mínimo de realismo para constatar que é a África do Sul que ameaça os Estados da Linha da Frente e não o inverso. São os nossos países que estão sob a permanente ameaça de enormes destruições pelo exército sul-africano, que chega mesmo ao ponto de atacar o pequeno reino do Lesoto".

"E torna-se dramático que as repetidas agressões armadas da África do Sul — exercidas na maior impunidade — contra a República Popular de Angola, República Popular de Moçambique, Zimbábue, Zâmbia ou o Lesoto, sejam vistas quase como acontecimentos normais e correntes da cena política mundial."

"No que nos diz respeito — conclui Paulo Jorge —, essas agressões de que somos vítimas desde 1975 totalizam cerca de uma dezena de milhar de perdas de vidas humanas, milhares de inválidos e prejuízos materiais na ordem dos 7,5 mil milhões de dólares. Face a uma certa passividade e indiferença com que reage largo sector da comunidade internacional a estes ataques do regime do *apartheid*, o povo angolano, o seu partido e o seu governo têm o sentimento de estarem a pagar um preço extremamente elevado pela independência da Namíbia. Sentimo-nos quase só numa batalha que não é apenas nossa, mas de toda a comunidade internacional". □

(Bernard Curet/Carlos Pinto Santos)

TRABALHO + CULTURA × LIVRO = = PROGRESSO



«Trabalho + Cultura × Livro = Progresso» é o nosso lema. Sabemos que, como fórmula matemática, é muito discutível. Temos porém a certeza de que, como ideia, está correcta em qualquer sociedade. Sem Trabalho nada se consegue. Se aliarmos ao trabalho a Cultura e a multiplicarmos pelo Livro como meio de divulgação estaremos a contribuir para o progresso das nações que usam a língua portuguesa.

Há 38 anos que editamos livros. Adquirimos já uma longa experiência. Desde o pequeno livro de bolso em formato e preço, mas grande em conteúdo, até à obra encadernada, luxuosa e cara, tudo publicamos. O manual de saúde e enfermagem ou o livro infantil estão nos nossos programas editoriais. O romance ou o livro técnico, também. Tanto o livro de culinária como o grande clássico da língua portuguesa ou da literatura universal também não são esquecidos. E mesmo os livros sobre desporto estão no nosso catálogo. Editamos cerca de 250 novos títulos por ano e a cada um deles dedicamos o melhor do nosso esforço e saber. Como a um bebé.

Somos conhecidos por *Publicações Europa-América*.
Os amigos designam-nos apenas por *Europa-América*.
A nossa morada é:

Apartado 8
2726 MEM MARTINS CODEX
PORTUGAL

Palestina

Uma cultura milenar ameaçada

Sob os auspícios da UNESCO e da ALECSO foi constituída uma associação internacional para a preservação do património cultural palestino, cujo presidente é o Prémio Nobel da Paz, Sean McBride

Beatriz Bissio

EM Março de 1982 surgiu no seio da UNESCO uma iniciativa — promovida por eminentes representantes da cultura universal — com o objectivo de constituir uma Associação para a Salvaguarda e Preservação do Património Cultural Palestino. Meses mais tarde, a invasão do Líbano com as destruições e os massacres de civis, evidenciavam em toda a sua trágica dimensão o quanto acertada havia sido essa medida: os dirigentes israelitas confirmavam uma vez mais a sua determinação de erradicar qualquer vestígio da identidade cultural do povo palestino.

“A cultura é a expressão de um povo e parte essencial da sua luta pela existência nacional”, assinala um documento editado pela Associação. “Salvaguardar a herança do passado (vilas, lugares históricos, monumentos, obras de arte, literatura e folclore) permite que esse povo continue ligado às suas raízes, e servindo igualmente de estímulo para o pensamento criativo e as realizações artísticas actuais. Esta Associação — continua o documento — pretende ir mais além: começar a catalogar o património ameaçado pelos objectivos sionistas que visam eliminar a herança cultural palestina. Esta Associação ajudará também a manter um contacto vivo entre o povo palestino e as realizações mais importantes da sua cultura, tanto as do passado como as que sirvam de

exemplo das aspirações contemporâneas do povo palestino e que visem conservar o seu património e o seu legado histórico”.

Alguns meses depois, entre 18 e 22 de Dezembro de 1982, reunia-se em Tunes, sob os auspícios da UNESCO e da ALECSO (Associação para a Educação e a Cultura da Liga Árabe, chamada a UNESCO dos países árabes), a Assembleia Geral constituinte da Associação. Foram aprovados nessa cidade os estatutos e eleito o Comité Executivo da Associação que será a autoridade máxima durante os recessos da Assembleia Geral. Foi confirmado na Presidência o irlandês Sean McBride, Prémio Nobel da Paz, com uma longa trajectória na ONU, — ex-Secretário-Geral Assistente e Alto Comissário para a Namíbia (1973-1977), — que vinha exercendo interinamente a Presidência da Associação, desde Março de 1982. Jornalista, preso em 1918, 1922 e 1930 devido à sua luta a favor da independência da Irlanda, membro fundador da Amnistia Internacional, secretário-geral da Comissão Internacional de Juristas (1963-1970), presidente do Comité Internacional pela Paz e Presidente da Comissão Internacional que estudou os problemas da Comunicação Social (chamada por isso “Comissão McBride”), Sean McBride é ainda presidente da Comissão Internacional de Investigação sobre as violações de Israel à Lei Internacional.

Uma perspectiva da mesa que presidiu aos trabalhos: ao centro Arafat, a senhora Burguiba e McBride



كما لأول للجمعية العالمية للحفاظ على التراث الثقافي
GENERALE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR LA SAU
SE EN VALEUR DU PATRIMOINE CULTUREL PALESTINI
INFERENCE OF INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR

A Assembleia Geral elegeu igualmente três vice-presidentes. Em representação da América Latina foi escolhido o chileno Juan Somavia, director do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET) e membro do Conselho Editorial de *cadernos do terceiro mundo*. Para o Comité Executivo, em representação da América Latina, foi eleito o nosso director Neiva Moreira. Foi ainda confirmado na função de secretário-geral da Associação, o representante palestino na UNESCO, Omar Massalha.

A Associação pretende formar comités regionais e nacionais e receber novas adesões entre os representantes da comunidade científica, técnica e cultural internacional, bem como abrir as suas portas a instituições e novos membros honorários.

Os testemunhos e as intervenções perante a Assembleia Geral de Tunes demonstraram a força da solidariedade e o interesse despertado pela Associação.

Entre as numerosas personalidades presentes na capital da Tunísia assinala-se Jean Paul Ichter, director da Casa da Cultura da França; Nadjm Ouddine Bammate, do Afeganistão, ex-director de Cultura da UNESCO; Cettina Darmania Brincat, membro do parlamento de Malta; Roberto Mesa, director-adjunto da Universidade de Madrid; Pedro Martínez, presidente da Universidade Independente, também de Madrid; o poeta francês Jacques Finet; Ramsey Clark, ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos; Marta Arjouna, directora do Património Cultural de Cuba; Roger Garaudy, escritor francês; Vera Penia, membro da Fundação Internacional Lelio Basso, da Itália; Trostein Rittun, director da Casa dos Artistas, da Noruega; Danilo Aguirre, da Nicarágua, secretário-geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas; Rafael Roncagliolo, do Peru, director do Centro de Pesquisas sobre as transnacionais da comunicação social; Martín Al Magro Bash, director do Museu Nacional da Espanha; Edward L. Palmer, presidente do "Black Press Institute", dos Estados Unidos; Ernie Ross, membro do

parlamento britânico; Kaul T.N., da Índia, membro do Conselho Executivo da UNESCO; Jan Bergman, professor da Universidade de Upsala, Suécia; Dieter Schinzel, membro do parlamento da República Federal da Alemanha; Marien M.E., arqueólogo belga; Príncipe Mohamed Ben Faiçal, da Arábia Saudita; professor Nassir Aruri (palestino), catedrático nos Estados Unidos; o poeta palestino Mahmoud Darwish; Kamal Naji, do Conselho Cultural do Egipto; o embaixador sudanês Bachir El-Bakri; Henda Khazaai, conselheiro cultural dos Emirados Árabes; Abdel Kader Hassan Ali, director do Centro de Arqueologia do Iraque; Hanna Nassir, director da Universidade de Bir Zeit (palestino); Daf Allah Al Hajj, do Sudão, presidente do Conselho Superior para Assuntos Religiosos; Abdel Hadi El Tazi, presidente do Centro de Pesquisas do Marrocos; Affif Bahnasi, director do Museu Nacional da Síria, entre outros.

As comissões

Depois do trabalho em plenário, onde foram feitas diversas intervenções, a Assembleia Geral nomeou duas comissões para aprofundar os trabalhos. A primeira, destinada a elaborar um plano de salvaguarda do património cultural palestino, que inclui um plano global, inventários e catálogos sobre obras e peças, avaliação das destruições, descrição das ameaças que pesam sobre esse património, além de medidas concretas para ajudar a preservar e a divulgar internacionalmente os objectivos da Associação, assim como a proteger os artistas e autores.

A Comissão II, presidida pelo professor T.N. Kaul, da Índia, estudou os aspectos administrativos e financeiros da Associação, analisando o papel que caberá aos países árabes, às nações islâmicas, ao Movimento de Países Não-Alinhados, à OLP, à UNESCO, à ALECSO e a outras fundações. Foram estabelecidos programas de estudo e de pesquisas a médio e longo prazo. □

Omar Massalha, secretário-geral da associação



A senhora Burguiba e Yasser Arafat: a solidariedade tunisina



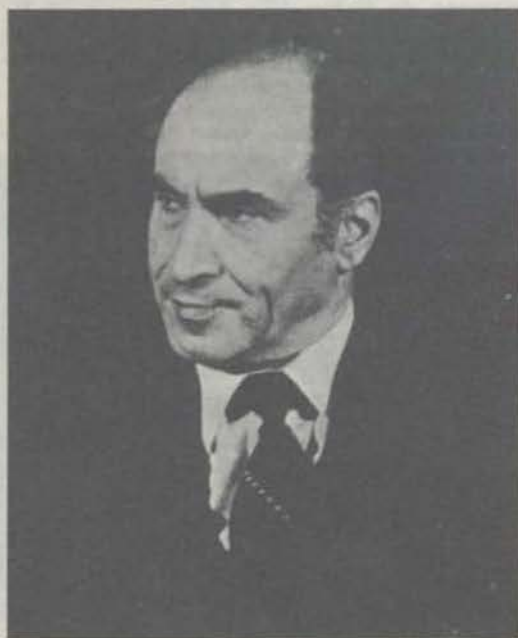
Mohamed Mzali: "assumir o desafio"

O primeiro-ministro tunisino falou em nome do presidente Burgiba

□ Quem no mundo (se pelo menos no nosso mundo a Justiça ainda consegue impor-se à força), quem dentre nós pode ficar insensível ao destino de um povo ameaçado nas suas próprias raízes? A acção metódica e determinada que o ameaça dia a dia, sem descanso e sem perdão, não tenciona apenas expulsá-lo das últimas terras da Palestina que ele possui ou torná-lo minoritário nesses locais, quando tiverem falhado todos os incitamentos ao exílio. A política do ocupante além da terra usurpada e do mapa de toda uma região remodelada, procura também — e principalmente — apagar definitivamente a Palestina e fazer desaparecer da memória dos homens até mesmo o seu nome. Dessa forma, nessa ponta da Palestina que lhes sobra, apesar de tudo, a oeste do Jordão, os palestinos são — na visão dos ocupantes — habitantes da "Judeia" e da "Samaria". Assim, Naplusa não é mais Naplusa e a maioria das cidades e das aldeias mudaram de nome na esperança de mudarem de cidadãos. Há mais coisas, porém.

Seria dizer pouco e mal, falar apenas de colónias recuperadas e de uma simples política de colonização. O ocupante reivindica a propriedade da terra como um direito soberano e tudo — mesmo o pior — é justificado em função desse dogma. Dessa forma, o colono que usurpa a terra é apresentado

Mohamed Mzali: recuperar a terra usurpada



como um proprietário "eminente e perpétuo" e a sua instalação como um exercício legítimo do "direito ao regresso". Nessa lógica, realmente diabólica, os palestinos acabariam por aparecer, por sua vez, aos olhos de uma história mistificada, como ocupantes e usurpadores!...

(...) Cabe, nessas condições, a uma "associação de salvaguarda" como a nossa, assumir o desafio, é necessário actuar rapidamente e com método! A juventude palestina espera dos seus irmãos mais velhos — e também da nação árabe assim como dos militantes pela Justiça no mundo todo —, ela espera que o essencial seja salvaguardado: ou seja, o Património Palestino.

Esse património é, primeiro, a terra que não pode ser abandonada a nenhum preço e em nenhuma circunstância. A batalha, metódica, sistemática, deve começar aí, na própria origem da história do povo palestino.

Nós devemos, vocês devem, vocês todos que estão aqui, reflectir sobre a organização de uma "campanha internacional de explicação e desmistificação". No mundo inteiro, em toda a parte onde a influência da propaganda sionista é exercida de forma perniciosamente eficaz, sabemos explicar e convencer. Sabemos ensinar a verdadeira história.

Depois da terra, o património é, evidentemente, tudo o que constitui a expressão da personalidade e, eu diria, do génio do povo palestino.

Mas, cuidado; há, de um lado, a tendência de querer limitar o património cultural ao passado e à herança histórica. Certamente, no passado estão as nossas raízes e o fundamento da nossa identidade. Sem dúvida, também, na nossa experiência histórica estão as nossas referências e o testemunho irrefutável da nossa especificidade. Mas num mundo em devir, o que é um passado que não tem futuro?

Por outro lado, há essa tendência para amputar o património cultural da sua dimensão "não-material". Não é necessário dizer que as manifestações mais expressivas que o passado nos legou são constituídas por vestígios monumentais, de sítios e paisagens. Mas pode uma cultura definir verdadeiramente um povo, se ela não compreende as suas tradições orais, os seus rituais e os seus costumes, as suas criações artesanais, os seus signos e símbolos e, finalmente, o eco do ritmo da vida ancestral?

Assim, em matéria de património cultural palestino, nós devemos ter cuidado para que nunca a salvaguarda da herança do passado e a valorização do presente sejam separados da criação do futuro. Ou seja, estabelecer uma unidade viva entre a Palestina do passado (da qual o sionismo gostaria de apagar a lembrança) e a Palestina do futuro — que a comunidade internacional, cada vez mais numerosa, nos exige e que o povo palestino está a construir com dor.

"Os livros não se podem defender"

Um trágico relato do saque ao Centro de Pesquisas Palestinas de Beirute. O fruto do trabalho de 80 pesquisadores durante 17 anos, carregado em camiões e transportado para Israel

AO longo dos seus 17 anos de existência, o Centro de Pesquisas Palestinas (*Palestinian Research Center*) — formalmente dependente da OLP — conquistou um enorme prestígio em todo o mundo árabe e em numerosos países europeus e do Terceiro Mundo pela sua tarefa no terreno da produção intelectual e da documentação, assim como pela sua importante biblioteca de mais de 25 mil volumes.

Inaugurado em 1965 — pouco depois da fundação da própria OLP — o Centro está destinado principalmente à pesquisa sobre a causa palestina e tudo o que lhe diz respeito, bem como a uma análise política, social, económica, cultural e até militar; dedicou-se ainda ao estudo do conflito árabe-israelita e às suas consequências.

O governo libanês concedera-lhe o estatuto diplomático com as mesmas imunidades que as demais missões estrangeiras. O Centro continuou a funcionar com este carácter depois da retirada dos militares palestinos de Beirute Ocidental. Apesar de todas as garantias recebidas da administração Reagan, esse Centro foi saqueado em Setembro de 1982 por tropas israelitas que demoraram quatro dias para completar o roubo de todos os materiais.

Faiçal Houram, escritor, artista plástico e encarregado da secção de estudos palestinos do Centro, e também director da revista "Assuntos Palestinos" (publicação mensal do Instituto), conversou longamente com *cadernos do terceiro mundo*, explicando os objectivos e as metas do Centro e dando o seu testemunho das destruições e do saque sofrido por parte das tropas insraelitas que ocuparam Beirute Ocidental.



Faiçal Houram: um depoimento dramático

em hebreu. Isto é, tudo o que se publicou sobre o tema dentro de Israel."

Havia outras secções, como por exemplo, a de pesquisa. Tabalhou-se particularmente na pesquisa de assuntos palestinos e assuntos árabes (nesse campo foram realizadas as pesquisas mais importantes do Mundo Árabe, já que se passou a tratar do conflito árabe-israelita a nível estratégico). Só de temas especificamente israelitas foram publicados 315 livros, praticamente tudo o que foi editado no Mundo Árabe sobre a sociedade israelita.

Na mira de Israel

"Desde que o Centro foi criado passou a constituir um objectivo na mira de Israel, empenhado em acabar com ele, em destruí-lo. Foi bombardeado por mísseis por agentes israelitas em quatro ocasiões. Também foram enviadas várias cartas-bombas ao director e a outros funcionários", assinala Houram, que parece sofrer ainda o impacto da experiência vivida em Beirute.

"Durante a última guerra e antes que Israel entrasse em Beirute, houve quatro tentativas sérias para destruir o Centro. A primeira foi com um automóvel carregado com 60 quilos de dinamite, estacionado próximo da nossa sede, em pleno bairro Hamra, no

Documentação e pesquisa

Todas as publicações do Centro são editadas em quatro línguas: árabe, hebreu, inglês e francês. "Uma secção era destinada aos documentos jornalísticos e outra às próprias publicações da OLP. Na secção de documentos de imprensa foram reunidos todos os artigos sobre o Médio Oriente dos principais jornais de todo o mundo, editados nessas quatro línguas. Além do mais, nesses 17 anos, foi criada uma biblioteca que com o passar do tempo se transformou na mais importante de todo o mundo árabe. Tínhamos conseguido reunir 25 mil livros, dos quais uns 5 mil



centro comercial de Beirute Ocidental. A segunda vez, também com um carro cheio de explosivos, e com cargas adicionais nas proximidades. Foi dado o alerta geral, os carros explodiram, mas só foi atingida a fachada do prédio."

Houram explica que os trabalhos não pararam durante a invasão israelita por causa do carácter do Centro e pela dedicação de todos os pesquisadores à sua tarefa. "Pelo contrário — assinala — trabalhou-se dia e noite com tanto ou mais esforço que em épocas normais."

Nas negociações para o cessar-fogo, destinadas a romper o bloqueio de Beirute e assegurar a saída dos palestinos, foi estabelecido que o Instituto devia permanecer aberto. Esse foi um dos requisitos exigidos pela parte palestina para assinar o acordo. "Esse ponto era fundamental para nós, porque o Centro tem um valor enorme."

Assim, o Centro de Pesquisas Palestinas foi incluído nos acordos internacionais prévios à evacuação, como um lugar que devia ter preservado. E mantinha as suas imunidades diplomáticas. As mesmas garantias foram concedidas a todas as insti-

tuições civis palestinas em Beirute. "Depois da evacuação dos militares palestinos, nós continuámos a trabalhar normalmente, a todo o vapor, como no primeiro dia", afirma Houram.

Com Sabra e Chatila

"Nós estávamos a trabalhar num daqueles dias — relata o director dos "Assuntos Palestinos" — e chegaram notícias confusas de que estava a acontecer alguma coisa (não se sabia exactamente o quê) nos campos de Sabra e Chatila. Depois desse alerta, começámos a tentar guardar o que fosse possível dos nossos trabalhos. Desde que Israel entrou em Beirute Ocidental nós não estávamos autorizados a circular com os nossos automóveis, tínhamos que andar a pé. Começámos a carregar à mão, clandestinamente, os documentos dos quais não tínhamos cópia. Só podíamos retirar, passando despercebidos, aqueles documentos insubstituíveis, originais. Mas todo o resto ficou lá: a biblioteca, o arquivo geral, o arquivo de imprensa. Tudo ficou lá."

Durante a matança de Sabra e Chatila os israelitas



Os soldados israelitas tomaram de assalto o Centro e jornalistas internacionais aproximaram-se deles para tentar evitar o saque (ao lado). Em vão: foi tudo carregado em quarenta camiões ou destruído



irromperam também no Centro.

"Invadiram de forma agressiva, tomando o Centro quase que de assalto. Enquanto eles entravam por uma rua, nós saíamos pela outra, deixando para trás todo o fruto do nosso trabalho durante quase duas décadas."

Ao fugirem, os pesquisadores refugiaram-se em casas próximas, a partir das quais alguns deles chegaram a presenciar o saque. Simultaneamente, trataram de entrar em contacto telefónico com a embaixada da França e, "através de terceiros, também com a embaixada dos Estados Unidos".

"Comunicámos o que estava a ocorrer, solicitando ajuda, dado que o Centro estava incluído nas garantias internacionais das quais os governos dos Estados Unidos, França e Itália foram intermediários. A única com que não conseguimos comunicar foi com a embaixada da Itália, pois estava com os telefones cortados."

Houram continua o seu relato: "Eles entraram no Centro com as suas próprias forças militares e com alguns membros do Mossad (o serviço secreto israelita). Camiões militares de carga começaram a

transportar absolutamente tudo o que encontravam no local".

"Os vizinhos das casas onde nós estávamos escondidos iam transmitindo o que viam. Era terrível estar tão perto e não poder fazer nada... Estávamos a presenciar a insanidade e o arbítrio, sem poder reagir. Houve alguns jornalistas estrangeiros que se aproximaram do local e começaram a discutir com os israelitas. Eles conheciam a importância do Centro, inclusive com relação a Israel. Segundo os próprios jornalistas contaram mais tarde, as respostas dos israelitas estavam carregadas de sarcasmo e até de ódio: "Trata-se de um Centro de Documentação, porque é que vocês estão a roubar todo o material?", perguntavam os jornalistas. A resposta era sempre do tipo 'os palestinos mentem, eles não têm cultura, nem sequer sabem ler. Nós estamos a carregar tudo isto para Israel, porque lá sim, há gente que sabe usar este material'.

"Levaram tudo o que podia ser utilizado. Tudo. Desde borracha e lápis, até laboratórios de microfilme. De equipamentos electrónicos a lâmpadas. De aparelhos telefónicos aos móveis mais novos, apare-

lhos de ar condicionado, cadeiras e estantes. Enfim, os vizinhos falam de 40 camiões militares grandes, que foram carregados de material, além de tudo o que foi destruído. Só deixaram papéis sem utilidade, espalhados pelo chão”.

Trágico demais para expressar em palavras

“Quando eles partiram — prossegue Houram — chamamos os jornalistas estrangeiros para entrarem connosco, para que eles próprios comprovassem o estado em que as coisas tinham ficado. Há fotos que documentam como encontrámos tudo quando entrámos. Para nós, é trágico demais para expressar em palavras: o trabalho dos 80 pesquisadores, durante 17 anos de total abnegação, espezinhado e destruído por uma bota militar... Ao longo do nosso exílio palestino vivemos muitas situações trágicas, mas neste caso estávamos a ver como o nosso direito à criação cultural tinha sido esmagado... E o Centro estava muito distante da acção militar directa. Era uma expressão do trabalho cultural de gerações.

“Eu leio literatura israelita. Pode ser que essa literatura seja contra mim, mas tenho capacidade de encontrar valores culturais no trabalho do inimigo. Posso estar em desacordo, mas não o humilha. Não vejo nele um valor inferior. O que aconteceu com o saque e o roubo do nosso Centro foi a humilhação, por parte do exército israelita, do mais sagrado que nós podemos admirar, que é o valor humano. O valor cultural. Eu interpreto essa acção como a expressão máxima do racismo político”.

Houram é enfático na sua condenação. “É como matar uma criança inocente: ela não se pode defender. Os livros também não.”

E daqui por diante?

— O nosso povo adquiriu uma experiência importante. Embora se trate de um desafio, já tomámos uma decisão: recomeçar o nosso trabalho, com a mesma dedicação e entusiasmo com que começámos há 17 anos.

De facto, os pesquisadores já começaram novamente as suas tarefas. “Reconstruindo o Centro, ao mesmo tempo que nos lançamos às ruas, nós integramo-nos na reconstrução geral”.

Três semanas depois do saque saiu o primeiro número da revista mensal “Assuntos Palestinos” e, quando fizemos a entrevista, Houram informou-nos que o segundo número já estava em circulação. “O terceiro circulará quando eu voltar a Beirute”, disse.

Apesar de os israelitas terem destruído todos os originais que estavam preparados para serem editados, o Centro também está a começar, novamente, a publicar livros. “Recomeçamos com as nossas edições quotidianas. Estamos a utilizar as bibliotecas — muito modestas — que existem em Beirute. Escritores palestinos, mesmo aqueles que antes não estavam integrados no nosso trabalho, agora aproximaram-se e ofereceram ajuda e colaboração. Estes gestos foram muito animadores, assim como os dos cidadãos comuns, que vieram nos seus carros para nos trazerem livros, os seus livros pessoais, para reconstruirmos a nossa biblioteca. Na realidade, a reconstrução não é

fácil, porque se tratava de livros especializados, de uma biblioteca científica. Mas o que interessa é o estímulo, é gratificante e dá-nos ânimo para seguir adiante”.

Houram conta que receberam mil livros de uma mulher palestina de Saída (Sídon), que entrou clandestinamente em Beirute, ela e os seus livros. “Estamos muito satisfeitos com essas atitudes”. Recabaram também duações das suas próprias publicações atrasadas que são enviadas anonimamente, para “ajudar a reconstruir o arquivo”.

A grande operação

“A grande operação chama-se agora ‘reconstruir o Centro na sua totalidade’. A infra-estrutura é fácil. O problema maior é a biblioteca, mas temos confiança no futuro. Nós, os pesquisadores, demos um prazo de um ano para a reconstrução. Durante esse ano, terá regressado à normalidade, inclusive com modernizações: vamos conseguir.”

Confia realmente?

— Claro. Quando chegou às nossas mãos o primeiro número da revista “Assuntos Palestinos”, os 80 pesquisadores do Centro começámos a dançar. E estando em Damasco, Arafat recebeu-a e congratulou-se consigo mesmo e com a direcção da OLP, com a qual estava reunido, porque esse número era a expressão da experiência de vida do nosso povo. Da sua capacidade para regenerar qualquer ferimento.

O exemplo também se deu a outros níveis. O acampamento de Al Helwi, próximo de Saída, foi totalmente destruído. Mas 20 mil palestinos estão a morar novamente em cima dos escombros das suas próprias casas, no mesmo acampamento.

Em Sabra e Chatila os refugiados voltaram à vida, as escolas estão a funcionar, há lojas. As mulheres saem de tarde e ficam às portas das casas. Voltamos a viver. Apesar da tragédia.

Pensa reflectir na sua obra essa tragédia vivida?

— O problema é esse. A tragédia é muito maior que a caneta, que o livro. Entretanto, há coisas que precisamos um pouco mais de tempo para serem assimiladas, para se poder escrever. Na literatura, o homem precisa estar fora do círculo de acção para poder reflecti-lo na sua obra. Mas, sem dúvida alguma, se continuarmos vivos, vamos pôr no papel todas essas experiências: eu quero reflectir essas vivências. Assim o espero. □



Saque da Biblioteca Nacional Libanesa

□ Biblioteca Nacional Libanesa foi saqueada durante os primeiros dias da invasão de Beirute Ocidental. O mesmo sucedeu à biblioteca do Congresso Nacional libanês. Na Faculdade de Ciências da Universidade Libanesa, os roubos e os saques incluíram laboratórios, transportados também para Israel em camiões militares.

O governo libanês criou uma Comissão Especial para tratar desse assunto. Mas as denúncias chamam actualmente a atenção para o perigo que

ameaçam as relíquias arqueológicas de Tiro e Sidon. A opinião pública mundial deve ser alertada para este sério desafio de preservar os tesouros arqueológicos romanos dessas antigas cidades da costa libanesa. Não só pelas pilhagens, que já ocorreram por parte dos militares israelitas, mas porque — dada a precária situação em toda a zona — comerciantes sem escrúpulos de obras de arte têm a possibilidade concreta de roubo, sem que haja uma fiscalização.

McBride: "Um acto ilegal e indefensável"

□ "A consciência pública mundial tomou agora conhecimento de que o genocídio (no Líbano) podia ter sido evitado", afirmou Sean McBride perante a Assembleia Geral da Associação.

"Não posso deixar de me perguntar se fizemos tudo o que era possível — inclusivé no mundo ocidental — para evitar os acontecimentos sangrentos no Líbano e se temos as forças necessárias para enfrentar a corrida armamentista.

"Quando esta Associação foi fundada — acrescentou McBride — ficámos orgulhosos ao conhecer o trabalho do Centro de Pesquisas Palestinas de Beirute e comprovámos que se estava a trabalhar de maneira construtiva na recompilação de manuscritos, peças, obras de arte, todos eles elementos do legado histórico do povo palestino. Nunca poderíamos ter desconfiado, na altura, que todo esse arquivo inestimável, que todo esse trabalho, era um dos alvos das forças israelitas que invadiram o Líbano alguns meses depois. No fim de Setembro de 1982, esse arquivo foi roubado ou destruído pelas forças israelitas. Isso constitui uma acto ilegal e indefensável, e que só se explica pelo empenho em destruir qualquer vestígio da origem da cultura palestina. Espero que os senhores compartilhem da minha opinião de que isso ilustra não só o desejo de dispersar os palestinos, como também de erradicar qualquer vestígio da sua cultura.

"E ainda mais — continuou McBride — quero chamar a atenção do mundo para um novo desafio: recentes acontecimentos no Líbano, no Lesoto, em Angola e em Moçambique, revelam que os refugiados se transformam agora nos principais alvos dos regimes opressores de Israel e da África do Sul. Não há lei que justifique essas agressões: mulheres, anciãos e crianças refugiados sendo alvo delas".

"Os refugiados tornaram-se nos principais alvos dos regimes opressores de Israel e da África do Sul", salientou o prémio Nobel da Paz



Assalto à arte e ao património

Uma colecção organizada durante 30 anos de trabalho, saqueada em cinco dias. Um acervo de 750 mil dólares, peças únicas da arte popular palestina, roubadas em Beirute ocupada

A Directora da Secção Arte e Património do Departamento de Informação e Cultura da OLP, Tamam Shamut, conhecida pintora palestina, apresentou um relatório minucioso à Conferência de Tunes sobre os saques sionistas de obras de arte e peças representativas da arte popular palestina, durante os meses da ocupação de Beirute.

Inicialmente, Tamam explicou que a Secção Arte e Património foi criada em 1965 no Departamento de Informação e Cultura da OLP, em Jerusalém. Em 1966, foi transferida para o Líbano. Com grande esforço conseguiram abrir um escritório em Beirute, no qual começaram a desenvolver uma série de actividades:

— *Uma secção de fotografias*, que chegou a reunir, ao longo dos anos, 27 mil fotos numeradas e catalogadas, sobre diferentes temas relacionados com a realidade do povo palestino. A colecção inclui fotos históricas, da luta de massas, de arqueologia e até aspectos da vida actual dos palestinos em plena década de 80. Todas as fotografias foram tiradas, reveladas e ampliadas como parte do trabalho dessa secção.

— *Uma secção de criação artística*, destinada a organizar bibliotecas artísticas informativas. A secção tem, inclusive, um arquivo de todos os *posters* ou cartazes que foram feitos ao longo dos anos sobre a Palestina, tanto a nível árabe como internacional. Trata-se de uma colecção absolutamente completa, com milhares de originais.

— *Um departamento de exposições*, encarregado de organizar exposições de artes plásticas e temas palestinos, tanto nos países árabes como a nível internacional. As obras exibidas são de artistas palestinos e de pintores e artistas solidários com a causa palestina. Esse departamento organizou uma colecção de desenhos de crianças palestinas no exílio, nos campos de refugiados e nos territórios ocupados (o trabalho serviu como estímulo para fomentar a criatividade dessas crianças).

Tamam explicou, através do seu relato à conferência, que uma colecção completa de vestidos e utensílios palestinos de grande valor histórico e material foi totalmente saqueada pelos militares israelitas.



Tamam Shamut na conferência de Tunes: um inventário completo da colecção roubada

Essa colecção já havia percorrido diversos países do mundo a partir de 1978. Nesse ano, no dia 5 de Julho, foi exibida pela primeira vez no Museu Albert Gamon de Berlim, República Democrática Alemã (RDA). A exposição era composta por mais de 682 obras de arte antiga cuja recompilação exigiu um grande esforço, e que incluía desde peças arqueológicas até expressões do património cultural actual.

Nessa altura, foi publicado um livro, em alemão, que fala da cultura palestina praticamente desde a origem do homem na região. Segundo estatísticas do próprio museu, a exposição foi visitada por mais de 100 mil pessoas.

Posteriormente, foi levada a vários museus de renome mundial: Museu de Arte Popular de Budapeste

(Hungria), Setembro de 1978; Museu de Artes Populares de Leipzig (RDA), Novembro de 1978; Museu Nacional Popular de Varsóvia (Polónia), Março de 1979; Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa (Portugal), Outubro de 1979; Museu de Artes Orientais de Moscovo (URSS), Novembro de 1979; Museu Nacional da Espanha (Madrid) Abril de 1980; Sala da Commonwealth de Londres, (Grã-Bretanha), Maio de 1981; Palácio Islâmico de Saragoza, (Espanha), Junho de 1980; Museu Nacional de Belas Artes de Las Palmas, (Ilhas Canárias), Setembro de 1980; Helsínquia, (Finlândia), Fevereiro de 1981; Sala n.º 1 do Palácio da UNESCO (Paris), 1981; Belgrado (Jugoslávia), e Aeroporto Internacional de Frankfurt (Alemanha Federal), Fevereiro de 1982.
Em Abril de 1982, a exposição voltou a Beirute.



Um património incalculável

Tamam Shamut permanece em Beirute, tendo ido a Tunes especialmente para levar o seu testemunho à Conferência.

A colecção foi avaliada — em termos materiais — em 750 mil dólares. “Mas muitas peças não tinham o valor calculado, porque eram originais e únicas”.

“Em primeiro lugar — explica Tamam — tínhamos 153 vestidos femininos, de carácter popular, cuja antiguidade oscilava entre os 200 e os 60 anos”.

A colecção começou a ser montada em 1954, por iniciativa individual de cidadãos palestinos e foi adquirindo posteriormente um carácter mais global, passando a receber o apoio do Departamento de Informação e Cultura da OLP e de outras instituições palestinas.

“Cada vestido — assinala Tamam Shamut — era acompanhado por um chapéu (enfeitado com moedas de prata originais, ou moedas de ouro), cinto e chinelos. Cada um deles pertencia a uma determinada região da Palestina, com os seus bordados e pormenores característicos. Tínhamos vestidos para ocasiões especiais, como casamentos, festas de gala, funerais, etc.

“Em segundo lugar, a colecção tinha 16 trajes masculinos completos, cuja antiguidade oscilava entre os 100 e os 25 anos; vestimentas típicas da faixa do litoral, da zona da montanha e do deserto do sul.

“Em terceiro lugar, tínhamos 250 peças únicas, como enfeites para vestidos de noiva, pequenas sacolas que as camponesas usam nas tarefas do campo, bolsas para tabaco (de homem), lenços para danças de quadrilha, lenços para a cabeça, cosméticos, pentes especiais de prata ou marfim. Essas peças eram todas originais e únicas e, portanto, insubstituíveis.

“Um quarto conjunto de peças únicas era constituído por enfeites para camelos e para cavalos, usados em cerimónias especiais, ou nas corridas, todos eles bordados à mão. Eram 22 peças.

“Isso era completado por três peças únicas de prata, para camelos, com 100 anos de antiguidade.

“A colecção incluía também 40 peças de palha (bandejas, etc.) de diferentes cores e decorações, usadas pelos camponeses; 500 peças de vidro de Hebron (‘Como vocês sabem — explica Tamam — o vidro foi inventado na Palestina e as fábricas mais antigas



O trabalho de bordado das mulheres dos campos de refugiados bem como vestidos antigos, desapareceram de Beirute





A violência israelita além dos massacres de refugiados procurou acabar com todos os vestígios da cultura milenar palestina

de vidro de toda a zona estão localizadas em Hebron); 400 peças de arte popular que os camponeses usavam para colocar nos burros e nos animais para lavrarem a terra; 100 peças de porcelana, desenhadas com poesia árabe e frases do Corão, com mais de 100 anos de antiguidade; 67 peças de madeira de oliveira, com diferentes aspectos da vida palestina, também com mais de 100 anos de antiguidade; 82 peças de cobre (panelas, chaleiras, cafeteiras, bandejas); e talheres, na sua maioria de prata; 13 instrumentos musicais palestinos, todos muito antigos, como alaúdes, flautas e tambores, feitos à mão; uma série de trabalhos modernos — bordados à mão — dos refugiados palestinos, realizados sob a coordenação da Samed (a instituição palestina dedicada à produção), incluindo 59 tapetes; e, finalmente, moedas e selos antigos com mais de 100 anos de antiguidade.

“Tudo isso — conclui Tamam — foi saqueado e roubado pelos israelitas quando entraram em Beirute, violando as garantias dadas aos palestinos para a evacuação da cidade.”

Os factos ocorreram a 15 de Setembro de 1982, quando foram invadidos os locais da OLP onde estava guardada a colecção: “Demoraram cinco dias para carregarem absolutamente tudo o que acabamos de pormenorizar. E começaram justamente um dia antes dos massacres de Sabra e Chatila”. □

"Que Deus o julgue..."

O bispo católico palestino Ibrahim Ayyad define-se como um patriota militante que actua no campo da divulgação e acusa os norte-americanos de serem hipócritas

D. Ibrahim Ayyad nasceu em Belém, Palestina, onde vivem ainda os seus irmãos e os seus sobrinhos. Quando criança, entrou para a escola grega (pertencente à Igreja Católica grega) e depois para o Seminário Latino de Jerusalém. Lá, diplomou-se em teologia, filosofia e direito canónico, dogmático e moral. Em 1937, foi ordenado sacerdote e posteriormente ingressou na Escola de Direito Civil de Jerusalém. A Palestina estava naquela época sob mandato britânico e a escola era uma dependência da Faculdade de Direito de Londres. Cinco anos depois, formou-se em direito civil.

Foi conselheiro do patriarca latino de Jerusalém para Assuntos Cívicos e Legais e presidente do Tribunal Eclesiástico Latino de Jerusalém.

Actualmente, Ayyad é membro do Conselho Nacional Palestino (Parlamento), e um militante da OLP. Ele foi um dos articuladores da visita de Yasser Arafat ao Papa João Paulo II, no Vaticano. Em Tunes, Ibrahim Ayyad desempenhou um papel activo avistando-se com numerosas delegações. Transcrevemos a seguir as declarações mais significativas aos enviados especiais de cadernos do terceiro mundo:

Não é muito comum vermos um bispo tão activo e militante. Gostaríamos de saber como chegou a assumir essas posições.

— É um dever de todo o palestino, de todo o patriota, defender a sua pátria e o seu povo. É algo natural.

Como vê o momento actual, na qualidade de bispo e de patriota palestino?

— A situação é complexa. Internacionalmente, a nossa causa é bem vista. O mundo está do nosso lado. Mas os israelitas não entendem nem querem ouvir a voz da razão, nem as exortações da comunidade internacional, nem a voz do Direito e da Justiça.

As Nações Unidas já adoptaram uma série de medidas a favor dos nossos direitos nacionais. Entretanto, os israelitas nunca as tiveram em conta. Israel está a ir por um caminho que viola abertamente o Direito Internacional.

Sabe-se que foi um dos artífices da aproximação entre o Vaticano e a OLP, que culminou com a visita de Yasser Arafat ao Papa João Paulo II. Como encara essa visita?

— Sem dúvida, ela contribuiu para esclarecer diante do mundo a justeza da causa palestina. Depois



Ibrahim Ayyad, um bispo patriota e militante

da visita de Arafat ao Papa, fui convidado por muitas instituições católicas para falar sobre a Palestina. Estive várias vezes na Itália, na França, na Alemanha. Falei também sobre a nossa causa na América Latina e nos Estados Unidos. A opinião pública católica começou a mudar.

Como são as suas relações com os cristãos de outros países do Médio Oriente?

— São boas, com excepção de alguns maronitas.

Porquê?

— Porque são aliados de Israel. Eles não defendem os direitos nem os interesses dos árabes, mas os de Israel. Durante a guerra civil de 1975/76, salvei a vida de muitos maronitas. Mas isso já não é tido em conta.

O senhor pretende manter a sua residência no Líbano?

— Sim, eu vou continuar a luta no Líbano. Prin-



Yasser Arafat e o papa João Paulo II no Vaticano

principalmente, trabalhando em informação. Sou membro do Conselho Nacional Palestino (Parlamento) e fui encarregado pela OLP de realizar missões especiais na Europa Ocidental e na América, principalmente a nível de divulgação. A minha tarefa é fundamentalmente informativa. Mas continuarei a viver no Líbano, onde desempenho também as minhas tarefas religiosas.

E as suas relações com a hierarquia católica?
— São boas, não tive problemas de maior...

O senhor não pode ser acusado de bispo guerrilheiro...

— Não, mas sou um militante no campo da informação.

Acha que, depois do alto custo da invasão israelita do Líbano, a paz no Médio Oriente está mais próxima?

— Espero que sim. Mas depende dos dirigentes norte-americanos que são uns hipócritas. Eles podem fazer muito pela paz no Médio Oriente mas não fazem nada... Estão sujeitos a interesses complexos. A causa do lobby sionista e a causa dos interesses eleitorais mesquinhos da administração norte-americana. Eles dizem-se católicos. Alexander Haig, por exemplo, diz-se católico, mas é um criminoso.

Daqueles que vão para o inferno...
— Cabe a Deus julgar.



Mário Schemberg, ao centro: assumir a defesa dos palestinos

A solidariedade dos judeus

O professor Mário Schemberg, destacado físico nuclear brasileiro, foi um dos participantes na Conferência de Tunes e partindo da sua condição de judeu fez uma acirrada defesa do património cultural palestino.

A sua posição — de apoio à luta palestina — ainda é minoritária dentro da comunidade judaica. Acha que agora com os excessos e os desmandos do governo Begin as coisas poderão mudar?

Depois do massacre nos campos de Sabra e Chatila, muitas pessoas, inclusive dentro de Israel, começam a contestar a política do primeiro-ministro Begin. Entretanto, hoje em dia, uma grande parte da população de Israel é formada por judeus que foram expulsos dos países árabes depois da guerra dos Seis Dias. É gente muito atrasada e estão ressentidos. Ao efectuarem essa represália contra o regime de Israel, os países árabes estavam, no fundo, a favorecer as posições "ultras" como as do actual primeiro-ministro e do ministro da Defesa, que passaram a contar com um importante contingente migratório que deu um novo alento à sua política agressiva.

Na realidade, tudo isso teve uma vítima: o povo palestino, que está a receber um tratamento repulsivo, inumano, por parte de Israel, na sua tentativa de expulsá-lo da sua própria terra. Estou em desacordo total com o projecto Begin (agravado depois da invasão do Líbano) e por isso procurei, de diversas maneiras, assumir uma posição contra ele.

É esse o motivo da nossa presença numa Conferência — promovida pela UNESCO e por outras instituições de prestígio — na qual historiadores, arqueólogos, estudiosos do mundo inteiro, se reúnem para discutir medidas práticas visando evitar a destruição da cultura milenar do povo palestino.

As raízes históricas do sionismo

Se hoje fossem vivos, nem o rei David, nem Salomão, nem Saul seriam considerados judeus no Estado de Israel

Roger Garaudy *

DEFENDER a cultura palestina não significa tomar partido a favor de uma comunidade contra outra comunidade, mas trabalhar pela vitória da civilização do Universo, contra a negação e o desprezo do outro, contra o racismo que tem caracterizado todas as formas de colonialismo.

Na terra que é hoje a Palestina, na encruzilhada de três continentes, no centro vital do "Crescente Fértil", juntaram-se, para se confrontar várias vezes, as mais antigas civilizações do mundo: a da Mesopotâmia e a do Egípto.

A da Mesopotâmia, que criou para o homem a epopeia de Gilgamesh, cujo herói ousa responder ao deus Shamash, que o acusava de querer tentar o impossível: "Se não querias que eu me arriscasse a esta aventura, por que puseste no meu coração o desejo inquieto?"

A do Egípto, que contribuiu com o "Livro dos Mortos" e o primeiro monoteísmo, o de Akheton. Ambas as civilizações inauguravam as primeiras interrogações da história sobre o sentido da vida e o sentido da morte.

Desde o terceiro milênio (a.C.) floresceram em Canaã as primeiras grandes civilizações urbanas, semelhantes à de Mohenjo-Daro, a leste da Índia, ou à de Creta e dos povos do mar Mediterrâneo. Os nômadas que afluem no fim do terceiro milênio, vindos da Transjordânia, da Mesopotâmia e da Arábia, tomam dessa alta civilização a língua, a cultura e os cultos religiosos. Essa terra foi, pois, o lugar onde se deu o primeiro diálogo entre as culturas. Então, nessa terra, onde todas as grandes civilizações deixaram os seus vestígios, eclodiu a centelha: ela tornou-se, como disse Yasser Arafat, a "terra das mensagens divinas".

Ali onde já se haviam reunido as sabedorias da Índia e da Grécia, apareceram as revelações que iluminam a razão: a fé de Abraão, a de Moisés, a de Jesus e a de Maomé.

Constituiu um empobrecimento irrisório da cultura e do homem o não reter, desses cinco mil anos de história, senão os episódios em que os hebreus tiveram um papel: a emigração, entre tantas outras, de Abraão; o reino, entre tantos outros, de David; as



Roger Garaudy afirma que o Estado judeu se inscreve na tradição colonialista e racista da divisão, do exclusivismo, da negação e do desprezo do outro: eis a essência do sionismo

insurreições, entre tantas outras, dos macabeus ou de Bar Kochba. Trata-se de mais de dois mil anos de história antes de Salomão e mais de dois mil anos de história depois dele. A meu ver, uma das nossas primeiras tarefas é esta desmistificação da história, pois a falsificação desta tornou-se a ideologia fundadora do sionismo político. Essa falsificação está centralizada no tema da promessa feita a Abraão, segundo a Bíblia, da terra de Canaã. É esse o mito fundador do sionismo.

Os exegetas puderam constatar, por um lado, que não existia, salvo na própria Bíblia, nenhum texto

* Historiador e pensador francês.



Jerusalém ocupada: o sectarismo dos sionistas levou-os a falsificar a história

ou nenhum vestígio arqueológico que permitisse confrontar ou controlar os textos bíblicos. Os historiadores puderam demonstrar que entre os povos do Médio Oriente, principalmente os hititas, se encontram as mesmas promessas de uma terra e de uma descendência.

É, portanto, através de uma interpretação tribal da Bíblia que se quer pretender impor a todos os povos as consequências de uma promessa feita à nossa tribo sem levar em conta as promessas feitas às tribos vizinhas.

De acordo com os próprios textos bíblicos, a promessa da terra de Canaã apresenta-se sob três formas:

1) A promessa, feita a nómadas em migrações periódicas, de uma terra onde eles pudessem levar uma vida sedentária;

2) A justificação, a seguir, das diversas conquistas territoriais do rei David;

3) O anúncio, feito pelos profetas, principalmente por Isaías, de um reino de Deus, de uma justiça suprema, para o qual seriam convidados "todos os clãs da terra", isto é, toda a humanidade.

Só em consequência de uma profunda falsificação da história é que os próprios israelitas, num rompi-



mento radical com o judaísmo, puderam adoptar teses do sionismo político, que não é produto do judaísmo — é fruto do nacionalismo e do colonialismo ocidental do século XIX.

Com a criação do chamado Estado de Israel, o sionismo tornou-se tão sectário que, de acordo com as actuais leis fundamentais desse Estado, nem Saul, nem o rei David, nem Salomão poderiam beneficiar

da "lei de retorno". Nenhum dentre eles seria considerado hoje em dia um judeu: Saul, porque sua mãe era cananéia; David, porque sua avó, Ruth, era moabita; e Salomão porque erguia templos para os deuses das suas concubinas politeístas.

Os palestinos nunca invocaram esses direitos considerados "históricos" sobre uma terra onde eles, no entanto, vivem há cinco mil anos.

A chegada dos árabes à Palestina, no século VII, não é um fenómeno racial, como se uma raça ou uma etnia tivesse varrido ou expulsado uma outra.

Os árabes chegaram no século VII em pequeno número. Não exterminaram nem expulsaram ninguém. Trouxeram a fé religiosa, uma língua — portanto, uma cultura —, e misturaram-se com a população que haviam convertido. Isto é, a presença árabe na Palestina não é um facto racial ou étnico, mas um fenómeno cultural.

Um dos vestígios que expressa a rica mensagem humana e divina dos árabes é a Mesquita da Rocha evocada pelo primeiro-ministro tunisiano Mzaii. A sua arquitectura é uma jóia da arte bizantina, e os seus mosaicos um testemunho do esplendor da arte síria. A fé que ela evoca é a fé fundamental de Abraão, da qual Moisés, Jesus e Maomé foram profetas e mensageiros.

Essa unidade fraternal na fé de Abraão só foi rompida duas vezes: primeiro pelas Cruzadas, que foram um sionismo cristão, e depois pelo sionismo político, que é uma cruzada judaica.

É preciso recordar que quando os cruzados, chamados cristãos, invadiram Jerusalém, massacraram ou expulsaram os muçulmanos e os judeus; enquanto o chefe muçulmano Salah Eddine (Saldin), ao conquistar Jerusalém aos cruzados, ouviu os conselhos do seu médico e amigo Maimónides, o maior filósofo judeu de todos os tempos, e reabriu o acesso de Jerusalém aos judeus e aos cristãos.

O que distingue o estado sionista de Israel é que ele se inscreve na tradição colonialista e racista da divisão, do exclusivismo, da negação e do desprezo do outro. Como todos os colonialistas, a sua preocupação constante é negar e destruir a cultura autóctone.

Esse é o motivo pelo qual a causa palestina tem hoje em dia uma significação universal. Salvar o seu património cultural e as suas possibilidades de um novo florescimento, é defender, contra o colonialismo e o racismo, a civilização universal, a unidade da tradição abrahâmica, judia, cristã e muçulmana, e preservar a esperança, a esperança de criar, com todos, um futuro de face humana e divina. □



CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1983



•INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY•, 1979-1980-1981-1982
•INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT•, 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES

EXPORTADOR PARA

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.
TELEF. 73804/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

"Um Hamlet sem Hamlet"

O ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos, Ramsey Clark, compara a situação palestina com o genocídio contra os índios americanos e afirma que para alcançar a paz no Médio Oriente, os principais protagonistas — os palestinos — não podem ficar ausentes das discussões

UMA das figuras mais destacadas da conferência de Tunes foi o ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos, Ramsey Clark. No Plenário, Clark fez uma intervenção veemente e significativa. Comparou a situação actual do povo palestino com o genocídio do qual foram vítimas as culturas indígenas do continente americano. Afirmou ainda que, tal como no caso palestino, o massacre contra os índios americanos teve um objectivo mais amplo que a própria destruição física desses povos: liquidar a sua cultura. E lembrou o testemunho de um jovem índio maia, que diante da repressão da qual o seu povo foi vítima, afirmou: "Querem destruir a cultura maia porque enquanto ela existir não nos poderão dominar".

"Observamos através de todo o mundo tentativas de destruição de culturas, com propósitos de dominação", afirmou Clark. "Essa é — declarou — a história do colonialismo e do imperialismo".

O ex-procurador foi também muito enfático ao criticar a corrida armamentista, à qual "assistimos passivamente, vendo pela televisão toda uma tecnologia voltada para conseguir instrumentos mais sofisticados, com maior capacidade de destruição."

"Hoje em dia o nosso desafio é reconhecer que uma cultura é uma coisa viva e que para resgatar a cultura palestina temos de salvar primeiro o povo palestino", afirmou Clark. "O nosso esforço para salvar a cultura palestina leva-nos necessariamente à procura de um território para esse povo. Isso é possível e a nossa obrigação é ajudar a transformar esse sonho em realidade".

Conversando com *cadernos do terceiro mundo*, Ramsey Clark lembrou que a sua luta dentro dos Estados Unidos começou vinculada aos movimentos de defesa dos Direitos Humanos. "Eu militei em movimentos pacifistas durante a guerra do Vietname — quando o nosso país tinha assumido uma posição errada — e em movimentos de defesa dos direitos civis. Actualmente, estou muito preocupado com a situação dos Direitos Humanos no mundo", assinou.



Ramsey Clark com o nicaraguense Danilo Aguirre e o nosso director, Neiva Moreira, em Tunes

Clark disse que se dedica principalmente à defesa das liberdades públicas nos casos do Chile, da África do Sul e do Paquistão, ("muito particularmente durante o processo contra Ali Butho"), tanto visitando directamente esses países como "através da minha actuação nos Paramentos dos Estados Unidos".

Como nasceu o seu compromisso com a causa palestina?

— A questão palestina é crucial para a Humanidade. A sobrevivência do povo palestino está hoje ameaçada pelos interesses políticos e económicos das potências ocidentais e particularmente pelos Estados Unidos, na sua ambição de dominar o resto do mundo. Eu procuro ajudar a preservar o nosso país

e a nossa sociedade da destruição, ao mesmo tempo que tento ajudar outros povos a conquistarem a sua independência e autodeterminação. E esse sentimento aproximou-me do problema palestino.

Acha que a guerra do Vietname, que marcou tão profundamente a sociedade norte-americana, foi uma experiência frutífera por ter questionado essa aspiração de domínio dos Estados Unidos?

Acho que a guerra do Vietname funcionou bem em dois sentidos. Para uns, foi uma lição no sentido a que você se refere: anti-intervencionismo. Mas existem outras pessoas — e acho que o Presidente Reagan está entre elas — que depois da derrota do Vietname sentem uma tremenda fraqueza. Porque os Estados Unidos perderam a guerra e foram mandados de regresso para casa. Essa corrente acusa os que, seguindo eles, não souberam perseverar.

Então, trata-se agora de ganhar uma guerra a qualquer custo. Precisamos demonstrar que temos capacidade de vencer. Essa atitude é mito perigosa, principalmente para a América Central.

Poderiam tentar conseguir uma vitória, que é aparentemente mais acessível...

— Sim, e seria o caso de provocar uma situação que justificasse uma intervenção. Há algo de *machismo* em tudo isso. Essa é a razão pela qual acho que o papel de todos os demais países é tão importante neste momento. O destino do mundo não pode ser entregue às duas superpotências, porque nesse caso vamos sentir-nos afortunados se conseguirmos sobreviver.

Acho que no continente americano, o papel de nações como o México, Venezuela e Brasil — especialmente o Brasil, que possui a maior população do hemisfério depois dos Estados Unidos — é fundamental para exigir a autodeterminação da região, de todos e de cada um dos países da área.

E em relação ao Médio Oriente como encara as soluções tentadas até agora para o problema palestino: Camp David e as iniciativas actuais?

— Eu acredito na autodeterminação dos povos, porque de outra forma eles nunca estarão satisfeitos. Benito Juárez disse que o respeito pelo direito dos demais assegura a paz. Se o direito dos palestinos no Médio Oriente for respeitado, haverá paz.

Da mesma forma que na América Central, se os direitos dos povos salvadoreño e nicaraguense forem respeitados, haverá paz.

Vejamos o que aconteceu com a tentativa de paz em Camp David. A solução estava viciada desde o início, porque excluía as principais personagens da obra. É como o Hamlet sem Hamlet.

Se quisermos fazer um acordo de paz no Médio Oriente não podemos deixar de falar com os palestinos. Porque é a sua luta — uma luta justa — que provoca grande parte da inquietação dessa zona.

Eles deveriam ter sido chamados desde o início. Eles existem. Como Cuba também existe e teria que ser chamada para as conferências sobre as Caraíbas.

Apesar dos desejos do governo norte-americano...



Para Clark o acordo de Camp David esteve viciado desde o início porque excluía os principais personagens, os palestinianos

— Os povos dominados não querem continuar dominados. Eu acho que aquilo de que o Médio Oriente necessita é a mesma coisa que a América Central precisa: fórmulas no plano político e económico que garantam os direitos dos povos. Um pouco na mesma linha do pensamento de José Martí. A América Central foi uma federação entre 1823 e 1838. Esse exemplo histórico pode ser uma fonte de inspiração: porque não poderá haver uma federação no Médio Oriente? Poderíamos chegar a acordos de cooperação regional visando uma melhor e mais racional utilização dos recursos fluviais, minerais, agrícolas e petrolíferos. As potencialidades da área seriam exploradas de maneira conjunta e em benefício de todos os povos da área. E cada indivíduo, cada povo, sentiria que está a participar na decisão dos destinos dessa área. Não teríamos mais razão para suportar o pesadelo sangrento que é o Médio Oriente hoje em dia. As Caraíbas e a América Central também chegariam a ser zonas de paz. Temos de acabar com todos esses sofrimentos.

David e Golias

Aparentemente, a opinião pública norte-americana estará a mudar a sua forma de pensar em relação a Israel, principalmente desde a invasão do Líbano. Essa apreciação é correcta?

— Acho que, de 1948 a 1982, a opinião pública norte-americana tem sido muito mal informada sobre o apoio indiscriminado dos Estados Unidos ao Estado de Israel.

Existem vários motivos para isso. Um deles é que os norte-americanos aprendem na escola desde pequenos que a terra onde nasceu Jesus pertence ao povo de Israel. Outro, é que a Segunda Guerra Mundial e o holocausto judeu criaram uma consciência de culpa em relação a esse povo. E o terceiro, porque os norte-americanos — influenciados pelos meios de comunicação social — ainda acham que Israel é um país pequeno, fraco, dedicado à paz e a fazer florescer o deserto, cercado de nações árabes

poderosas e hostis.

Mais isso seria no passado...

— Bem, pode dizer-se que até à invasão do Líbano, que por ter sido tão sangrenta, tão violenta, começou a gerar uma certa consciência crítica.

Mas não é verdade que os norte-americanos entendam que os palestinos são um povo deslocado da sua pátria. Os norte-americanos acreditam que Israel foi fundado sobre uma terra deserta, uma terra sem dono, sem população.

Então eles ainda consideram que palestino é sinónimo de terrorista?

— Claro, os palestinos para eles são todos terroristas. Essa visão simplista ainda permanece e não acho que haja uma verdadeira preocupação em mudá-la. Entretanto, Begin e Sharon são vistos como violentos e arbitrários.

A lei é sempre violada

Um grupo de cidadãos nicaraguenses, alguns deles mutilados de guerra, apresentaram uma acusação contra a administração Reagan ne sequência das suas agressões à Nicarágua. Trata-se de um mecanismo previsto na Constituição dos Estados Unidos, através de um Departamento de Vigilância da Constituição. (As agressões clandestinas estão proibidas pela Constituição nos Estados Unidos). Como ex-procurador-geral da Justiça, acha que esse tipo de acção judiciária surte algum efeito?

— A administração Reagan não é a primeira a cometer esse tipo de agressões. Eu participei na administração Kennedy e na administração Johnson. Conheço o problema por dentro.

Actualmente, a administração Reagan viola a Constituição dos Estados Unidos nas suas operações encobertas contra a Nicarágua. É uma contradição que um país que se diz democrático possa agredir um outro através de campanhas de desestabilização económica e política, subvertendo a ordem interna de um país vizinho. Isso é ilegal.

Contudo, a possibilidade prática de usar mecanismos legais para deter essa campanha é muito remota.

O nosso povo dispõe de mecanismos legais para enfrentar essas violações à Constituição, mas nunca foi suficientemente esclarecido a respeito deles nem participou da política do país para os poder utilizar.

Ninguém tentou usá-los?

— Durante a guerra do Vietname eu tentei. Trabalhei pessoalmente nisso. E continuo a trabalhar. Actualmente estou a procurar usar instrumentos que a lei coloca nas nossas mãos, para parar a corrida nuclear.

Mas o senhor demonstra um cepticismo que parece indicar que não confia muito nesse caminho que a lei oferece...

— Sei, por experiência, que a Lei é sempre violada. □

SOGUIPAL (ex-ACTIMESA)

**Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL**

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P

R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85

Arafat: "queremos a paz na Palestina"

O presidente da OLP, Yasser Arafat, abriu a Conferência de Túnis com um discurso emocionado. "Os sionistas e os racistas — disse ele — procuram, na base da força, da lei do mais forte, matar o idealismo dos povos. Mas os povos que têm tradição de luta recusam-se a submeter-se a esta lei. O meu povo tem o compromisso de lutar para conseguir um lugar ao sol para os seus filhos, para viver com eles em liberdade, como os outros povos independentes, que vivem em paz nas suas terras. Nós queremos a paz na Palestina".

Mais adiante Arafat afirmou: "Os sionistas conseguiram expulsar da sua terra, das terras dos seus pais e avós, mais de 60% dos filhos do meu povo. Não só nos roubam a terra como também a água e até a vida das nossas crianças. Na última guerra, o Líbano serviu de cobaia para os mais modernos armamentos — fornecidos pelos norte-americanos — que apesar de mundialmente proibidos foram usados contra o povo libanês e contra as nossas famílias e crianças. Nós, palestinos, junto com os nossos aliados libaneses, tivemos mais de 70 mil mártires, feridos e desaparecidos e mais de 15 mil prisioneiros que estão reclusos em campos em condições terríveis".

"E o massacre de Sabra e Chatila — prosseguiu Yasser Arafat — foi perpetrado em Beirute quando os seus heróis, os que lutaram para defender a cidade, entregaram a sua custódia às forças conjuntas libanesas, norte-americanas, francesas e italianas. Esse massacre, que foi cometido contra as nossas crianças, mulheres e velhos, indefesos, foi o mais bárbaro crime das últimas guerras. E nós acreditá-

Arafat é abraçado por dois compatriotas: lutar pela pátria

vamos que Philip Habib honraria o seu compromisso! A quebra desse compromisso — sentenciou o presidente da OLP — ficará para sempre como uma mancha na honra militar".

Referindo-se aos roubos de obras de arte palestinas, assinalou Arafat: "Esses crimes completam a violação das nossas tradições. Os sionistas usurpam o nosso património cultural e profanam os nossos lugares sagrados. Nós, os palestinos, sabemos o valor do nosso património cultural, que é o que nos dá a alegria de viver. É a nossa vida e por isso nos dói muito assistir à usurpação dessas tradições."

"O nosso património cultural — afirmou Arafat — foi sempre um ponto de referência para as civilizações do mundo inteiro. Na Palestina nasceram três religiões; a judaica, a cristã e a muçulmana. Essas religiões, juntas, influenciaram as demais e delas resultou a civilização humana. Nós, os palestinos que vivemos nessa terra sagrada da Palestina, terra de civilização, das mensagens divinas (não há nenhum profeta ou mensageiro de Deus que não tenha nascido ou passado por lá), nós, os palestinos, sabemos que esses profetas e civilizações deixaram 'algum sa!', alguma semente, que lá está até hoje. Isso foi-se constituindo no nosso património cultural, hoje ameaçado".

"Mas para nós, palestinos — que fazemos parte inseparável do mundo árabe — é uma questão de honra defender esse património cultural, e fá-lo-emos com a ajuda dos intelectuais de todos os continentes, que aqui vieram solidarizar-se conosco."



"Construir um futuro de rosto humano"

Declaração final da primeira conferência da Associação Internacional para a Salvaguarda e Preservação do Patrimônio Cultural Palestino

Livros queimados, obras de arte destroçadas, manuscritos preciosos pilhados ou destruídos. Era o dia 15 de Setembro de 1982, em Beirute ensanguentada pela invasão israelita no mesmo momento em que, no México, por ocasião da Conferência Mundial da Unesco, todas as delegações, excepto as de Israel e Estados Unidos, afirmavam a identidade cultural do povo palestino e proclamavam a necessidade de preservar o seu patrimônio cultural, tal como o de todos os povos.

Os clarões dos disparos que ultimavam, à noite, os massacres de Sabra e Chatila, revelaram a milhões de homens e mulheres do mundo aquilo que os dirigentes israelitas queriam apagar da história: a existência do povo palestino, de sua cultura e a tragédia da sua destruição.

A Mesquita da Rocha, em Jerusalém, é expressão de uma simbiose cultural, ao reunir os estilos bizantino e oriental. Nessa cidade santa, Abraão ofereceu o seu sacrifício, Jesus lançou a sua mensagem e Maomé incorporou o seu Deus.



A cultura cinco vezes milenária da Palestina, como depois as grandes cidades cananeias, nasceu da fecundação recíproca do Oriente e do Ocidente, da Índia à Grécia, da fusão, no "Crescente Fértil", das mais antigas civilizações, da Mesopotâmia e do Egípto. No ponto de encontro das suas sabedorias, das suas indagações sobre o sentido da vida e da morte surgiu uma centelha: a da Revelação.

A lógica implacável do sionismo israelita, gerado não pela grande religião do judaísmo, mas pelo nacionalismo do século XIX, exige tomar conta da terra, expulsar o povo que lá vivia e destruir-lhe a cultura.

O aniquilamento cultural prolonga o massacre: a Mesquita de El Aksa profanada, toda a cidade de El Quods (Jerusalém) exposta aos especuladores imobiliários, os poetas palestinos, os professores, os artistas, os pesquisadores presos, perseguidos ou condenados ao exílio. Todo um povo, a sua história e a sua alma viva, clamam por nós.

A responsabilidade de salvá-los cabe a cada um de nós. Tal é a conclusão a que chegou a primeira conferência da Associação Internacional para Salvaguarda e Preservação do Patrimônio Cultural Palestino, que lança um apelo à comunidade internacional:

Judeus que não querem ver a sua fé ou a sua grande tradição intelectual universalista maculada aos olhos do mundo para ocultar a qualquer preço o militarismo dos dirigentes israelitas e os seus crimes.

Cristãos da Igreja de Roma, a quem o Papa João Paulo II apelou para reconhecerem o direito do povo palestino a ter a sua pátria.

Conselho Ecuménico das Igrejas, que trava uma luta ardente contra o *apartheid* e todas as formas de discriminação racial.

Muçulmanos, para os quais El-Quods-Jerusalém constitui uma referência espiritual essencial e a quem a Organização da Conferência Islâmica chamou à solidariedade activa com o povo palestino.

ONU, cujas resoluções sobre a Palestina traçaram a voz da paz.

Unesco, que a 15 de Dezembro de 1981 decidiu inscrever Jerusalém na lista do Patrimônio Mundial em perigo.

Alecso, que tomou a iniciativa de criar a nossa Associação para Salvaguardar o Patrimônio Cultural Palestino.

Cruz Vermelha Internacional e outras organizações humanitárias, que acudiram em socorro das vítimas da repressão israelita e cuja ajuda não se estende somente aos corpos que sofrem mas ao espírito que se mata, juntamente com os homens e as obras que eles criam.

Jornalistas, cujo testemunho fiel sobre os massacres despertou a consciência do mundo.

Humanistas, cuja fé no homem se indigna com a violação dos direitos desse homem e da sua cultura, e que vêm no expansionismo de Israel, que goza há longo tempo do apoio incondicional dos Estados Unidos, na encruzilhada de três continentes, uma ameaça à paz do mundo.

Preservemos, na Palestina, a esperança de ali se construir, em paz, um futuro de face humana.

VII Cimeira dos Não-Alinhados

Paz e justiça para o Mundo

*Os Não-Alinhados voltaram
a mostrar-se unidos
quanto aos grandes
problemas que afectam
não só o Terceiro
Mundo como toda
a Humanidade*



A importância do desarmamento para a preservação da paz no Mundo e os conflitos na América Latina, África Austral e Médio Oriente foram as quatro grandes questões debatidas em Nova Deli, durante a VII Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Com a participação de 101 chefes de Estado e de governo, delegações de 18 países e organizações na qualidade de observadores e 26 como convidados, a VII Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados, que decorreu entre 7 e 12 de Março, denunciou inequivocamente a política seguida pelos Estados Unidos, Israel e África do Sul, condenando, a um outro nível, os países capitalistas industrializados que, de um modo ou de outro, permitem a manutenção dos conflitos existentes no Mundo.

Após longa discussão sobre os problemas do momento, a paz foi considerada a questão fundamental. A ela é atribuído destacado relevo nos diversos documentos aprovados, salientando-se na "Mensagem de Nova Deli", "o

carácter talvez crucial do ano de 1983" e convidando-se as potências nucleares a concluírem uma convenção internacional com o objectivo de proibir o recurso ou a ameaça de recurso às armas nucleares. A Cimeira expressou ainda o seu total apoio à campanha mundial lançada no âmbito das Nações Unidas, para o desarmamento e apelou com carácter de urgência para a necessidade de impedir um holocausto nuclear.

Relativamente ao caso da Namíbia, a Cimeira reiterou a sua solidariedade com o povo daquele país e o seu apoio "à luta heróica que a SWAPO dirige, única, autêntica e legítima representante do povo namíbio". Comprometendo-se a prestar "ajuda material, financeira, militar, política, humanitária, diplomática e moral à SWAPO para que intensifique a luta em todas as frentes, especialmente a luta armada para obter a libertação da Namíbia", a Cimeira exprimiu ainda a sua grande preocupação ante a incapacidade do Grupo de Contacto ocidental em separar a independência da Namí-

bia, da retirada de tropas cubanas de Angola, considerando-as como questões diferentes.

Várias resoluções foram igualmente aprovadas relativamente ao Médio Oriente. Depois de concluírem que a situação vivida actualmente no Médio Oriente só é possível graças à cobertura prestada pelos Estados Unidos a Israel, os Não-Alinhados condenaram claramente a política dos EUA na região e o apoio prestado a Israel em diversos campos, especialmente nos político e militar, o que "prejudica as relações e os interesses que unem os Não-Alinhados, por um lado, e os Estados Unidos, por outro". Os Não-Alinhados consideraram ainda, como fundamental a adopção do plano árabe de Fez, que prevê a criação de um Estado palestino independente, no âmbito de um acordo global para a região; formularam um pedido à Comunidade Internacional para que constitua um tribunal que julgue os crimes de guerra cometidos por Israel contra os palestinos desde 1948 e pediram a retirada das tropas israelitas do território libanês,



seguidas de todas as tropas não libanesas.

A América Central foi outra questão largamente discutida, tendo a Cimeira concluído que as mudanças que se têm efectuado não são consequência de um confronto ideológico Este-Oeste, mas sim das estruturas económicas ali existentes geradoras de pobreza, exploração, desigualdade e miséria. A Cimeira denunciou a situação de ingerência na Nicarágua, as violações do território e espaço aéreo daquele país e apelam para os Estados Unidos e as Honduras no sentido de adoptarem uma posição construtiva para que a paz e o diá-

logo sejam instaurados na região. Os Não-Alinhados acusaram o regime guatemalteco de prosseguir uma política repressiva, expressaram preocupação pela situação que se vive em El Salvador e alertam os Estados Unidos para que ponham termo aos actos de agressão e ameaça bem como ao bloqueio económico contra Cuba.

O Afeganistão, o Kampuchea, o Sara Ocidental e o Oceano Índico foram outras quatro questões sobre as quais incidiram os documentos finais, defendendo nos dois primeiros casos a retirada das tropas estrangeiras de ambos os territórios e nos outros a negociação pacífica

dos conflitos. Finalmente, a VII Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados manifestou a sua maior preocupação pelas informações que referem a criação de uma "Organização do Tratado do Atlântico Sul", entre diversos países da América Latina e a África do Sul e expressou inquietação pela cada vez maior colaboração entre o regime racista da África do Sul e a "entidade sionista na Palestina", pedindo a todos os países que fazem parte do Movimento, que rompam relações, em toda e qualquer esfera, com os regimes referidos, no sentido de os votar ao total isolamento. □

Indira Gandhi sucede a Fidel Castro na presidência dos Não-Alinhados



Indira Gandhi

"Sem a paz, todos os sonhos se convertem em cinzas"

A humanidade está à beira do colapso do sistema económico mundial e da sua aniquilação pela guerra nuclear. Se estas tragédias se produzem, poderá algum de nós, grande ou pequeno, rico ou pobre, do Norte ou do Sul, do Oeste ou do Este, esperar livrar-se da catástrofe? Nós, países do mundo em desenvolvimento, não temos margem de segurança. Seremos os primeiros e os que mais sofreremos qualquer colapso económico. No mundo interdependente actual, em que não se pode 'agitar uma flor sem perturbar uma estrela', nem sequer os países mais ricos estão imunes a essas perturbações".

(...) "O desenvolvimento, a independência, o desarmamento e a paz estão estreitamente relacionados. Pode haver paz juntamente com armamentos nucleares? Sem a paz, dizia o meu pai, todos os sonhos de desenvolvimento se convertem em cinzas".

(...) "Antes de mais proclamemos novamente a nossa convicção de que a independência, o desenvolvimento, o desarmamento e a paz são indivisíveis e reafirmemos a nossa incessante fé nos cinco princípios que são a base do Não-Alinhamento: a soberania e a integridade territorial, a não agressão, a não ingerência, a igualdade e o benefício mútuo e a coexistência pacífica. Reafirmemos o nosso apoio aos povos heróicos da Palestina e da Namíbia e a todas as vítimas dos actos agressivos de Israel e da África do Sul e comprometamo-nos a reforçar as Nações Unidas e a designar o ano de 1985 para esse fim".



Samora Machel

O Apartheid é o nazismo do nosso tempo

O que nos identifica são os ideais de liberdade, independência, paz e progresso. O Não-Alinhamento é, por definição, anti-colonialismo, anti-Apartheid anti-sionismo, anti-fascismo, anti-imperialismo. O Não-Alinhamento opõe-se a todas as formas de dominação, opressão e exploração do povo. O imperialismo pretende, sistematicamente, esvaziar o conteúdo do nosso Movimento. Tenta reduzir o Não-Alinhamento à simples não pertença a blocos militares. Eles promovem o conceito do chamado 'Não-Alinhamento genuíno'. Por meio desse suposto conceito eles procuram mudar 'Não-Alinhamento' para 'equidistância' e 'neutralidade'. A questão é uma vez mais pertinente: equidistância entre quem e quem? Neutralidade entre quem e quem? Não-Alinhamento nunca foi, nem é, uma mera definição negativa de não participação num bloco militar. Não-Alinhamento sempre foi, e é, uma luta activa e militante, empenhada no triunfo da liberdade, independência, paz e progresso da humanidade".

(...) "O 'apartheid é o nazismo do nosso tempo. Ontem, quando a besta nazi de Hitler levantava a sua assustadora cabeça na Europa e ameaçava escravizar o mundo, a humanidade inteira levantou-se e lutou sem esmorecer até à destruição completa do monstro. Hoje, quando a besta nazi-fascista levanta a cabeça na África Austral e ameaça os Estados africanos independentes, apenas se vê o silêncio culpado de muitos países ocidentais. Porquê?"



José Eduardo dos Santos

Contra as ingerências em Angola

A adesão crescente de países libertados do jugo colonial, da opressão fascista e da exploração do homem pelo homem em todos os continentes, desde a Conferência de Belgrado, torna o nosso Movimento a corrente de opinião maioritária no mundo que defende de forma desinteressada e construtiva a liberdade, a democracia, a segurança, a estabilidade e a paz internacionais".

(...) "A questão da Namíbia está entregue pela comunidade internacional às Nações Unidas, a quem cabe administrar legalmente o território. Não é um problema de Angola. O nosso povo e governo oferecem a sua solidariedade indefectível e internacionalista à SWAPO, como parte integrante da comunidade das nações, apoia as resoluções pertinentes da ONU e do seu Conselho de Segurança. Por essa razão não pode haver argumentos que justifiquem a ocupação de uma parcela do nosso território pela África do Sul. Certos países ocidentais, do chamado Grupo de Contacto, especialmente os Estados Unidos da América, omitem deliberadamente essa ocupação ilegal e preferem intrometer-se em assuntos internos de Angola. Em vez de exigirem a retirada imediata e incondicional das forças invasoras sul-africanas de Angola, distraem a comunidade internacional com uma grosseira manobra de diversão e chantagem, condicionando a independência da Namíbia à retirada das forças internacionalistas cubanas de Angola.

(...) "Nós rejeitamos esta ingerência nos nossos assuntos internos. A presença das forças internacionalistas em Angola diz respeito aos governos de Angola e Cuba, os quais reafirmaram já, que essas forças não ficariam eternamente em Angola e que se retirariam nas condições acordadas soberanamente pelos nossos governos respectivos em 4 de Fevereiro de 1982".



Fidel Castro

Como é que se pode matar um exemplo?

TENHO a certeza de que todos compreendemos que para nós, nesta reunião de Nova Deli, não há outra tarefa mais urgente, que a de colocar ao serviço imediato da paz, todas as forças que representamos na política mundial, na qual constituímos a maioria dos países da comunidade internacional".

(...) "O perigo de guerra, está a ameaçar-nos como cidadãos do Mundo, mas também nos diz respeito, como povos que aspiramos a afirmar ou a conquistar, segundo os casos, a nossa independência nacional e a desenvolver as nossas economias maltratadas. Porque a mesma política que se inspira em pretensões insensatas de supremacia militar, é a que origina no Médio Oriente, na África do Sul, na América Central, situações contra as quais o Movimento teve de elevar a voz durante os anos dos quais estou a prestar contas à Reunião Cimeira".

(...) "O aventureirismo execrável dos Begin e dos Sharon só existe como fruto de uma aliança estratégica repudiável e declarada entre Israel e os Estados Unidos. Perante este trágico massacre, o Movimento não podia assumir uma atitude de espectador impassível".

(...) "Igualmente na África do Sul, como já o esperávamos, foi preciso exercer a solidariedade permanente com o povo da Namíbia e com a sua organização representativa a SWAPO. O governo de Pretória está a competir com o de Israel, pelo facto de se destacar como um dos mais vergonhosos da política internacional".

(...) "Querem obrigar o mundo a acreditar que o que aconteceu na Nicarágua e o que está a acontecer no Salvador e na Guatemala, não é o resultado de décadas de protesto crescente e de lutas interrompidas nas quais os povos esfomeados, as repúblicas bananeiras, assim chamadas de modo depreciativo, cansados de tanta tirania, exploração e humilhação, os camponeses sem terras, os homens e as mulheres



Sob a presidência de Fidel Castro e Indira Gandhi, a Cimeira de Nova Deli reuniu 101 chefes de Estado ou de Governo

esfomeados e sem trabalho e até os adolescentes sem escolas, se erguem num clamor de justiça, seria a consequência dos desígnios tenebrosos com que Moscovo, através de Cuba, manipularia esses povos".

(...) "Os imperialistas consomem-se de ódio e de impotência, face a um país pequeno, laborioso, de vida humilde e digno, como Cuba. Como é que se pode matar um exemplo? Como é que se pode destruir uma força moral? Como é que se pode arriar uma bandeira que tem resistido já à hostilidade de sete administrações norte-americanas?"

(...) A nossa revolução não depende de homens, depende de ideias, e estas não podem ser assassinadas. Apesar de querermos a paz na região e de trabalharmos para ela, não capitularemos perante qualquer género de ameaças. Podemos garantir à VII Cimeira, que os revolucionários salvadorenhos, não poderão ser derrotados militarmente, podemos expressar-lhes a nossa convicção de que a Nicarágua não poderá ser dominada e, po-



demo afirmar-lhes categoricamente, que Cuba poderá ser exterminada, mas nunca intimidada nem vencida. Como dissemos há já 30 anos: "Primeiro afundar-se-á a ilha no mar, antes que consintamos em ser escravos de alguém."

A cor das lentes com que o Vaticano olha a América Central

*As homílias do Sumo Pontífice,
com as suas ênfases e omissões, criam
expectativas junto das elites
governantes e incerteza
entre a massa de fiéis*

Micaela Ramada

“QUE estranhos desígnios de Deus inspiraram o papa João Paulo II à determinação imprevisível de visitar o inferno da América Central?”, pergunta o escritor colombiano Gabriel García Márquez. E reflecte: “Não parece provável que os informadores do papa sejam os melhores” (com respeito ao drama que vive essa região do mundo).

Essas apreensões em relação aos objectivos e motivos reais da visita são compartilhadas por milhares de cristãos e não-crentes de todo o continente, preocupados com a manipulação que a presença do pontífice pudesse merecer dos seus anfitriões em cada país.

Embora El Salvador fosse o país no qual podiam surgir maiores problemas — pelo menos do ponto

de vista da segurança de João Paulo II — foi na Nicarágua que se produziram os factos mais significativos, fornecendo algumas chaves para a interpretação das interrogações suscitadas pela visita.

Os nicaraguenses receberam o papa ainda sob o impacto causado pela morte de 17 jovens sandinistas caídos em combate com ex-agentes somozistas no departamento de

Foi na Nicarágua que se tornaram evidentes as contradições entre a hierarquia eclesiástica e a Igreja empenhada nas transformações sociais



Matagalpa. Alguns dos mortos tinham apenas 14 anos. No discurso que proferiu no aeroporto "Augusto Sandino", de Manágua, o dirigente da junta de governo, Daniel Ortega Saavedra, deu as voas-vindas ao papa em nome do governo revolucionário, exortando-o à contribuição para que se consiga a paz na América Central e o fim das agressões contra a Nicarágua. "Desejamos que o senhor fale da paz no nosso país agredido pelo governo norte-americano", afirmou o dirigente sandinista, que disse mais adiante que "na Nicarágua respeita-se e respeitar-se-á a liberdade religiosa".

Durante a sua homilia na praça 19 de Julho (data da vitória contra o somozismo) o papa não só não correspondeu às expectativas do povo nicaraguense de uma condenação das agressões incentivadas pelos norte-americanos como, por outro lado, deu algum realce ao tema que mais divide hoje o governo sandinista e a hierarquia eclesiástica: o da fidelidade dos sacerdotes e religiosas à Igreja e à exigência de não participarem na responsabilidade da gestão governamental. Exortou os sacerdotes a "fortaleceram a unidade entre vós e com os vossos bispos", pondo-se nitidamente ao lado da hierarquia, empenhada em que os religiosos abandonem os cargos públicos, e não acordou em rezar pelos jovens mortos pelos somozistas, pedido que lhe foi feito por numerosas mães de mártires.

A missa foi várias vezes interrompida pela multidão — calculada em cerca de 500 mil pessoas — que aos gritos fazia coro com a palavra-de-ordem "Queremos paz", "Não passarão", "Poder popular".

A atitude do papa foi idêntica em León, segunda cidade do país na qual atacou o governo, ao criticar severamente a educação "ateísta e cientificista", conceitos cunhados nos últimos meses pela hierarquia eclesiástica na sua polémica contra o Estado.

Tão definitiva foi a divergência de pontos de vista e de posições entre o pontífice e o governo da Nicarágua que, segundo a revista *Time* da mesma semana, citando a frase de um missionário, "o papa está a obrigar a Igreja a cometer o suicídio. Não foi o governo que rompeu

com a Igreja, mas sim a Igreja que rompeu com o governo. É uma declaração de guerra".

Outra atitude em El Salvador e Guatemala

A fria e inflexível atitude do papa em relação ao governo de Manágua contrastou com a sua posição frente aos governos de El Salvador e Guatemala.

Em El Salvador, o pontífice teve uma entrevista de carácter privado durante cerca de 20 minutos, com o presidente Álvaro Magana na residência oficial e, embora se tenha referido às consequências da guerra civil ("Quantos lares destruídos, quantos refugiados, exilados, quantas crianças órfãs, quantas vidas nobres, inocentes, truncadas cruel e brutalmente...") deu o seu apoio ao projecto de eleições antecipadas anunciado pelo presidente Magana, poucos minutos antes do discurso papal. Sabe-se que a proposta nasceu no seio do governo norte-americano, que enviou o conselheiro presidencial Richard Stone a El Salvador para apoiar o anúncio.

A convocatória para as novas eleições é exigência de amplos sectores do Congresso dos Estados Unidos para votar as novas remessas de ajuda militar ao governo salvadoreño. O papa exortou para o apoio às eleições para que "contribuam para ordenar o pacífico progresso da sociedade".

O aval que o pontífice deu ao projecto norte-americano para El Salvador levou o embaixador dos Estados Unidos, Deane R. Hinton, a declarar: "Para mim, a visita do papa foi maravilhosa. Ele apoiou os planos do governo" (...) "e abriu novas perspectivas".

Até mesmo a visita ao túmulo de monsenhor Romero esteve cercada de um desejo explícito de não dar lugar a interpretações equívocas. Quando foi avisado de que poderia ser utilizada por alguns grupos radicais que planeavam ir ao seu encontro nesse momento, João Paulo II decidiu mudar o percurso e dirigir-se directamente do aeroporto à catedral, onde repousam os restos do arcebispo assassinado pela extrema-direita

enquanto celebrava missa. No aeroporto, o pontífice já se tinha entrevistado brevemente com o major D'Aubuisson, presidente da Assembleia Constituinte salvadoreña, acusado por muitos sectores de ser o mentor do assassinato do arcebispo.

Na Guatemala, o papa chegou a meio do clamor centro-americano condenando a decisão do presidente Ríos Montt de fuzilar seis supostos guerrilheiros, horas depois de o nuncio apostólico lhe ter solicitado uma audiência para lhe transmitir o pedido de clemência de João Paulo II. A nunciatura apostólica guatemalteca emitiu um comunicado deplorando o fuzilamento e o governo proibiu a sua divulgação nos meios de comunicação social. Por seu turno, a Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR), que congrega 180 mil membros, repudiou a "horrenda execução de jovens guatemaltecos".

A Guatemala foi um dos países em que a repressão dos governos militares mais vítimas fez entre os religiosos. "Há um bispo no exílio, monsenhor Juan Gerardi; 20 sacerdotes e freiras foram assassinados ou sequestrados; 91 sacerdotes num total de 620 foram obrigados a abandonar o país, assim como 78 freiras. Oito casas para formação de religiosos foram fechadas, outras duas destruídas, cinco pastores evangélicos assassinados, assim como centenas de catequistas. Existem 70 paróquias sem sacerdotes e duas emissoras da Igreja foram fechadas, sendo a Bíblia sistematicamente queimada pelo exército em operações "anti-subversivas", segundo denúncias das próprias entidades religiosas do país.

Apesar desses antecedentes, João Paulo II não modificou a sua rota nem alterou o seu programa de visita à Guatemala depois dos fuzilamentos. O papa visitou Ríos Montt na residência oficial, tendo este aproveitado a oportunidade para exortar o pontífice a afastar os sacerdotes da política.

Alguns dias antes da chegada de João Paulo II, a União Nacional Revolucionária Guatemalteca — aliança de quatro organizações guerrilheiras — havia anunciado uma trégua para que os "cristãos se pudessem manifestar sem

medo”.

Nos discursos papais não houve nenhuma referência directa ao caso dos fuzilamentos, embora o tenha feito em relação ao problema genérico dos Direitos Humanos.

Justiça sim, violência não

A tónica geral das homílias e intervenções da rápida visita de uma semana, resumem-se numa proposta ideal, mas dificilmente viável no vulcão centro-americano: que a região procure a redistribuição da riqueza, a justiça social através do diálogo e o respeito pelo inimigo, sem luta de classes nem reacções armadas.

“Não podeis deixar-vos arrastar pela tentação da guerrilha armada ou da luta egoísta de classes. Esse não é o caminho pelo qual transita a Igreja”, afirmou João Paulo II no Panamá, durante uma reunião com camponeses.

No entanto, não houve ênfase semelhante, nem veto, relativamente à violência praticada pelo Estado. João Paulo II exortou os dirigentes a “actuem rápido e em profundidade. Têm que se pôr em prática soluções audaciosas e profundamente inovadoras”, declarou, ao mesmo tempo que sentenciava: “A Igreja continuará a reivindicar a supressão das injustas desigualdades”.

Mesmo antes, ainda na Costa Rica, o hierarca máximo do catolicismo tinha afirmado que “os povos têm direito à paz e à justiça e vêm-se sacudidos pela luta desumana, pelo ódio, pela vingança; as pessoas honestas perderam a tranquilidade e a segurança”. E exigiu “dos responsáveis pelos povos um crescente sentido de justiça distributiva dos encargos e deveres entre os diversos sectores da sociedade”. Nenhuma resposta à pergunta que pairava no ar: “Qual a alternativa válida que resta aos despossuados se os causadores das injustiças sociais não aceitam pôr-lhes fim pacífica e democraticamente?”

Com toda a razão, pois, se interrogava García Márquez — que havia sido recebido por João Paulo II, em Roma, numa audiência especial pouco depois de este iniciar

o seu pontificado — que tipo de informações sobre a América Central manipularia o papa polaco?

O ministro da Segurança da Costa Rica, Angel Edmundo Solano afirma que a mensagem papal tem que ser ouvido pelas classes oligárquicas e proprietárias de terras e coincide com os camponeses que no Panamá assinalaram a João Paulo II a injusta distribuição da terra como uma das causas da violência que martiriza a região.

Porém, na verdade, não é só um problema de ampliação da mensagem papal aos ouvidos dos latifundiários. O Papa sabe muito bem que estão implícitos na violência que se expande da fronteira sul do México ao Canal do Panamá, a

questão do poder, dos interesses económicos nacionais e internacionais e as considerações geopolíticas.

Embora a posição da Igreja não seja fácil, nem se possa resumir maniqueísticamente na frase que escutou João Paulo II de alguns jovens panamianos: “Com os povos ou com as ditaduras”, não deixa de ser verdade que, enquanto nas suas posições retóricas apelou aos direitos dos povos, nas suas atitudes concretas a maior parte das vezes agradou mais aos governantes que aos governados.

“Não foi com El Salvador nem com a Guatemala que o Vaticano teve mais reticências, mas sim com a Nicarágua, cujo governo não

João Paulo II na sua homília na Nicarágua. Ao fundo um cartaz de Augusto Cesar Sandino





matou ninguém e conta, além disso, com a colaboração activa de sacerdotes católicos a níveis muito elevados e com o apoio do clero popular", escreveu García Márquez.

E lembrando a sua entrevista com João Paulo II, o escritor colombiano destaca: "Na ocasião tive uma agradável e muito grata impressão. Contudo, também me chamou a atenção um certo e compreensível condicionamento mental que lhe impedia entender uma situação em qualquer parte do mundo; ele só entende a Europa Oriental".

Os motivos ou interpretações da conduta de João Paulo II na sua viagem à América Central podem ser diferentes. Mas o que conta é a semente que ele plantou.

Para o bispo de Cuernavaca (México), D. Sergio Méndez Arceo, pertencente à ala mais radical da Igreja do seu país, a colheita não será fecunda para o povo nicaraguense. Disse ele: "O enfrentamento da Igreja com a revolução sandinista transcendeu, polarizou-se e a administração Reagan vai usar esse facto". Lembrando que no passado o Vaticano condenou os sacerdotes Miguel Hidalgo e José María Morelos, próceres da independência do México, o bispo de Cuernavaca concluiu: "Deus guarde o papa e a Igreja de erros como esses".

Alguns comentários nos meios de comunicação social apressaram-se a prognosticar que da visita papal poderá surgir um cisma na igreja latino-americana. Não parece provável, pois o aprofundamento das divisões ao ponto de ruptura, não favoreceria nenhum dos dois projectos em confronto. Em compensação, porém, é previsível uma etapa de perplexidade para as bases sociais da Igreja — maioritariamente bases camponesas, trabalhadoras e marginalizadas — que tinham incorporado a palavra-de-ordem de que "entre cristianismo e revolução não há contradição". A resolução dessa crise dependerá em muito da capacidade desses mesmas bases para conseguir em fazer ver ao Papa a realidade mundial, através de um prisma razoavelmente mais complexo que aquele que só reflecte os problemas do Leste europeu. □

A técnica da "terra arrasada"

O governo militar do general Ríos Montt aplica nas regiões camponesas as técnicas genocidas utilizadas pelos Estados Unidos no Vietname: povoações inteiras foram destruídas e imediatamente engolidas pela selva, enquanto os seus habitantes procuram refúgio no México

Roberto Bardini

A vida é dura aqui na montanha. Estamos muito pobres, não temos alimentos, nem roupa, nem cobertores, nem sapatos para as crianças. Para conseguir um pouco de milho é preciso andar quatro horas para ir e outras tantas para voltar. Quando há feijão, comemos feijão. E se não, sal puro. Salzinho puro com água."

Assim fala Julio García, que mora há um ano num acampamento de camponeses em plena montanha guatemalteca, e é ex-habitante do que era — porque foi totalmente arrasado pelo exército da Guatemala — o povoado El Arbolito, hoje engolido pela floresta em El Petén, próximo da fronteira com Belize. García, como numerosas famílias que se encontram nas montanhas, sofreu as consequências da política de *terra arrasada* aplicada pelos norte-americanos no Vietname e posta em prática actualmente na Guatemala pelas forças armadas do general Efraín Ríos Montt.

As pessoas aproximam-se lentamente, com uma mistura de curiosidade e desconfiança em relação ao jornalista. Pouco a pouco, rompe-se a barreira e depois todos querem falar: têm a intuição de que o seu testemunho é importante.

Pedro Gómez, por exemplo, tem a seu cargo 44 dos 113 *patojos* (crianças) que há no acampamento: "O paludismo e a disenteria estão a acabar com eles; a maioria morre de subnutrição", relata a *cadernos*

do terceiro mundo entrevista "Juan", um dos responsáveis pelo acampamento, que explica:

Nós viemos para cá por causa da perseguição do exército. Estão atrás de nós simplesmente porque somos pobres, porque conseguimos entender que a vida de injustiça da maioria dos guatemaltecos não é obra do destino, mas deve-se à exploração dos ricos. E quando a gente reclama começam a perseguir-nos. E se não reclamamos é a mesma coisa. Então temos que procurar segurança... e só a montanha nos dá segurança."

Como é que o exército se comporta quando chega às aldeias?

— Na matança mais recente, nas aldeias Los Montesinos, entraram com tanques à uma hora da madrugada. Incendiaram casas, massacraram a população que dormia, degolaram crianças. No dia seguinte obrigaram os poucos sobreviventes a enterrarem os mortos. Trouxeram máquinas para cavar fossas e lá enfiaram os cadáveres. Foi por isso que esse lugar ficou vazio. Depois acusaram os guerrilheiros de terem cometido o massacre.

No vosso caso, como foi que chegaram a este lugar?

— Soubemos que o exército vinha na nossa direcção e fugimos na hora certa. Só de raiva, eles



queimaram o vilarejo, destruíram as plantações de feijão e mataram os nossos escassos animais. Existem povoados que desapareceram do mapa e foram engolidos pela floresta.

E qual é a causa dessa perseguição?

— O problema é que o general Ríos Montt acha que todos os camponeses são guerrilheiros. Por isso é que nós agora resolvemos lutar, por isso é que não nos vamos entregar como gado que vai para o matadouro.

"Para merecer é preciso sofrer"

E o que pensam fazer agora? Vão ficar na montanha ou irão para outro lugar?

— Refugiámo-nos na floresta mas acho que será só por uns tempos. Não há outra coisa a fazer senão passar à clandestinidade com as nossas famílias e integrar-nos na luta. Acho que precisamos de nos organizar para contribuir com o nosso grão de areia e conseguir o derrube definitivo deste sistema. O tempo e o sacrifício que tudo isso exige não têm importância. Enquanto não atingirmos isso, os ricos continuarão a ser ricos e nós, os pobres, continuaremos a ser pobres. Chegámos à floresta não

"Hoje, nenhum grupo vive na sua comunidade de origem: todos andam a correr"



só para fugir mas para procurar outras formas de luta. Dizem que "para merecer é preciso sofrer": é por isso que nós achamos que todos os sofrimentos por que estamos a passar servirão para que a Guatemala seja algum dia um país livre.

Rosalinda, a *patoja* de nove anos, aproxima-se e pergunta se no lugar onde o jornalista mora as crianças têm sapatos e vão à escola.

Nicolás Balam, agricultor de 21 anos de idade, pertence à etnia *cakchiquel* e viveu a vida toda na região de San Miguel, em Chimaltenango, no planalto guatemalteco. No momento em que o entrevistámos ele estava — segundo nos declarou — há dez meses a correr permanentemente e a morar em covas.

Juntamente com os outros 300 habitantes do lugar, Balam tinha ouvido falar que haviam sido cometidos massacres em certas zonas. Mas devido ao isolamento da região e à falta de comunicação as notícias eram contraditórias: alguns diziam que os autores dos massacres pertenciam ao exército e outros que eram guerrilheiros. Na quarta-feira 17 de Março de 1982, às 8 horas da manhã, os habitantes da comarca de San Miguel esclareceram qualquer tipo de dúvida. Naquele dia, 50 *kaibiles* (corpo especial de contra-insurreição) surgiram nos morros que cercam a localidade e metralharam-na durante duas horas seguidas, gri-

tando: "Onde estão os comunistas? Que saiam se forem machos!"

No dia seguinte, destruíram as plantações de milho e de feijão, mataram os animais que não conseguiram carregar e queimaram as choupanas. Nicolás Balam, que nunca havia presenciado actos de violência, observava tudo a partir do seu refúgio: "Degolavam os cadáveres e esfaqueavam os corpos; o sangue corria formando riachos no meio do milharal", conta.

Escaparam da matança 20 famílias. Conseguiram apanhar algumas coisas e começaram a caminhar. Acampavam em covas e na margem dos rios, sem paradeiro fixo, mudando constantemente de lugar. E, apesar das dificuldades, da falta de víveres e medicamentos, da desnutrição e da mortalidade infantil, começaram a organizar-se: formaram comissões, elegeram autoridades e criaram grupos de auto-defesa.

Depois de três mil dias de êxodo por florestas e montanhas, Nicolás Balam chegou ao México para dar o seu testemunho: "A política de 'feijão e espingardas' do general Ríos Montt foi um fracasso. Nós não queremos morar em aldeias estratégicas que são reservas indígenas para serem visitadas por turistas. Hoje, nenhum grupo mora na sua comunidade de origem: toda a gente anda a correr".

300 massacres colectivos

Fontes vinculadas à Comissão de Dirteitos Humanos da Guatemala explicaram a *cadernos do terceiro mundo* que só entre Abril e Junho do ano passado foram assassinadas mais de 8 mil pessoas pelo exército, pela polícia e por organismos de segurança. "Nesse período, foram perpetrados mais de 300 massacres. Cidades inteiras foram arrasadas. Mais de 8 mil pessoas foram assassinadas, indiscriminadamente, entre homens, mulheres, crianças e anciãos. Centenas de corpos estavam em tal estado de mutilação que em muitas ocasiões não foi possível reconhecê-los, sendo enterrados em valas comuns. O pior de tudo foi que as matanças colectivas de camponeses indígenas, as



"Todo este sofrimento servirá para fazer da Guatemala um país livre"

torturas, desaparecimentos, sequestros e assassinatos a sangue frio, foram cometidos pelas forças de segurança governamentais contra pessoas que não tinham compromissos com actividades de oposição ao regime".

Os refugiados no México

O fenómeno da emigração da Guatemala para o México não é uma novidade. Historicamente, ele deu-se por causa da proximidade geográfica, da facilidade de penetração dos camponeses guatemaltecos e da necessidade mútua durante o período da colheita de café.

No estado de Chiapas, no sudoeste mexicano, houve décadas de "livre passagem" para os jornaleiros provenientes da Guatemala, que representavam mão-de-obra barata e eram explorados por fazendeiros de origem alemã na região de Soconusco.

Até cinco anos atrás não havia praticamente nenhum controlo de imigração na fronteira para os trabalhadores braçais que chegavam à procura de trabalho. Existia um acordo tácito entre os camponeses e as autoridades de imigração. Segundo versões colhidas por *cadernos do terceiro mundo*, quando se tratou de impedir a entrada desses trabalhadores registaram-se quedas pronunciadas na

colheita do café. Por esse motivo, houve épocas em que havia entre 50 e 60 mil camponeses guatemaltecos no lado mexicano.

Com o agudizar da crise económica e a política de extermínio maciço praticada pelo governo do general Efraín Ríos Montt, as cifras anteriores aumentaram. Actualmente, existem em Chiapas 36 campos de refugiados localizados a um quilómetro da fronteira. Em Agosto de 1982, havia 12 mil refugiados instalados provisoriamente em 16 comarcas. Deles, 2400 eram mulheres — 102 viúvas — 7 200 crianças e 4 800 adultos. Actualmente esse número é superior a 20 mil pessoas.

Solidariedade camponesa

Os jornais de Chiapas realizam campanhas contra os refugiados centro-americanos — sobretudo guatemaltecos e salvadoreños — acusando-os sistematicamente de tudo o que acontece na zona. Os camponeses mexicanos da região, pelo contrário, actuam solidariamente, o que se explica por eles compartilharem um tronco étnico comum, problemas similares de marginalização e, em certas ocasiões, relações de parentesco que remontam a muitos anos.

No dia 22 de Julho de 1980, por acordo presidencial, foi criada a Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados. A finalidade desse organismo é estudar as necessidades procurando encontrar meios de protecção para os refugiados estrangeiros no país, com a colaboração de organizações nacionais ou internacionais que perseguem objectivos similares.

"Apesar do México não integrar a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto de Refugiados de 1951, o governo ofereceu garantias que vão mais além das recomendadas pela Convenção", asseguram porta-vozes da Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados. Enquanto isso, no país vizinho, a técnica de terra arrasada aplicada pelo "sacristão massacrador" — como é normalmente chamado o general Efraín Ríos Montt — continua cada vez mais dramática. □



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

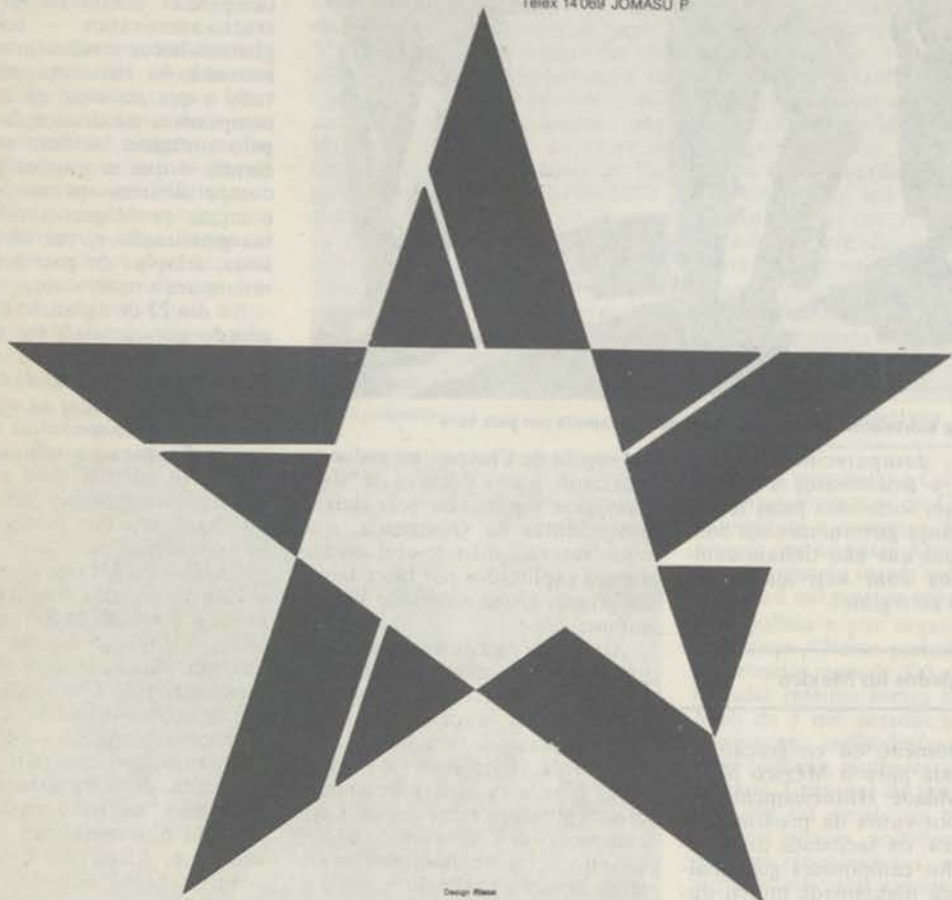
Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.
1000 LISBOA Portugal

Telets. 731123 | 731323 | 731423
Telex 14069 JOMASU P



Design: Rêson

O Canto Livre de Angola



SE não estivesse envolvido na produção do espectáculo e com a direcção, diria que foi a mais importante apresentação já realizada no Brasil em termos de África”.

Esta opinião do compositor Martinho da Vila, responsável, juntamente com Júlio Silva, pela direcção artística do espectáculo “O Canto Livre de Angola”, é compartilhada por outras pessoas “insuspeitas” que assistiram à primeira apresentação de um grupo de música e dança angolana no Brasil (Sala Cecília Meireles de 7 a 9 de Janeiro passado), entre eles António do Espírito Santo e demais integrantes do grupo Visungo, além do consagrado compositor popular Elton Medeiros e ainda muitos espectadores anónimos que esgotaram a plateia nos três dias de apresentação no Rio de Janeiro.

O único aspecto a lamentar foi o tempo curtíssimo, três dias de *tourné* e mais uma apresentação no dia 21 de Janeiro, no Rio de Janeiro, na sala de ensaios da Escola de Samba Império Serrano, que ganhou o Carnaval carioca de 1982. “O Canto Livre de Angola” apresentou-se também na capital de São Paulo e Salvador, Bahia.

Mas a receita para a continuidade de apresentações do género, seja de angolanos, moçambicanos e outros povos africanos de língua portuguesa, é muito simples, se-

A perfeita simbiose entre espectadores brasileiros e músicos angolanos demonstrou a irmandade entre os dois povos e as suas origens culturais comuns

Mário Augusto Jakobskind



gundo Martinho da Vila:

“Fazer. Vontade de fazer. Seria formidável se viessem também representantes de outros países. Moçambique, por exemplo, tem uma música riquíssima e que, se apresentada no Brasil, seria uma maravilha”.

Uma temporada mais longa de “O Canto Livre de Angola” resultaria sem dúvida, segundo Elton Medeiros, num sucesso de bilheteira e possibilitaria também uma maior troca de informações culturais entre brasileiros e angolanos. O passo está dado, resta agora que o retorno aconteça o mais breve possível, assinalaram os compositores João do Vale e Elton Medeiros.

Vibração

Mais de três mil pessoas assistiram ao “Canto Livre de Angola” e saíram “surpreendidas”, segundo muitos, com a alta qualidade do espectáculo visto pela primeira vez. Durante as três noites, a plateia não escondeu a vibração, aplaudindo de pé e pedindo “bis”, cantarolando, acompanhando os acordes musicais com o corpo e, os mais extrovertidos, saindo até das cadeiras para dançar ao som do conjunto “Semba Tropical” no final da primeira parte da apresentação. Houve quem chorasse de emoção, conforme testemunhou o



Apesar da guerra, o espectáculo angolano mostra toda a alegria e beleza da cultura negra

compositor Mauricio Tapajós.

No final do espectáculo, com muita emoção, João do Vale, Elton Medeiros, Nara Leão, Djavan, Paulo César Pinheiro, Alcione, Mauricio Tapajós, António do Espírito Santo, Paulinho da Viola, Clara Nunes e muitos outros nomes da música popular brasileira, no meio da plateia, cantarolaram com os 39 elementos de "O Canto Livre de Angola", sem nenhum instrumento, o refrão "Cê menino, posso morrer, já vi Angola independente", por mais de cinco minutos.

Apesar das agressões dos racistas da África do Sul em Angola que resultam em perdas humanas e prejuízos materiais incalculáveis, "O Canto Livre", para usar as palavras do compositor e responsável pela Direcção Nacional de Massificação Cultural, André Mingas, veio ao Brasil cantar "a nossa música e sorrir como todo o mundo".

Assim se explica a "surpresa" de muitos espectadores que não esperavam um espectáculo tão alegre, emocionante e de alta qualidade apresentado por um povo em luta permanente na defesa da sua independência e liberdade.

Dos 39 "embaixadores" de Angola que integram o grupo(1), al-

guns são marceneiros, outros ferreiros e os restantes funcionários das diversas Secretarias de Estado, além de André Mingas (Direcção Nacional de Massificação Cultural) e compositor Filipe Mukenga, director da Empresa Nacional do Disco, representando três gerações dos 18 aos 72 anos de idade. Nenhum deles é profissional de música ou dança. O mais velho, Mestre Geraldo, rei do Carnaval em Angola, veio ao Brasil com o seu grupo de dança para apresentar a *Rebita* (dança de quadrilha com quatro casais, os homens de fato e gravata e as mulheres vestidas tradicionalmente e com o penteado para cima) uma dança, segundo André Mingas, cujo significado é muito importante em Angola.

Depois de revelar o seu entusiasmo em conhecer "o país amigo Brasil" e contar algumas passagens do Carnaval em Angola ao longo do tempo — Carnaval que se assemelha à Congada no Brasil — Mestre Geraldo apresenta para os jovens "a dança dos nossos avós e pais como eu conheci, para manter a tradição. Tento ensinar o que aprendi em matéria de dança e música ao longo da vida". A *Rebita* de Mestre Geraldo foi um dos números mais aplaudidos.

Entre irmãos

Já no início do espectáculo aconteceu uma perfeita integração entre os espectadores e os artistas angolanos, quando o apresentador Arlindo Macedo disse que os integrantes do "Canto Livre se sentiam entre irmãos. "Não seria de estranhar se encontrássemos algum parente na plateia".

De facto, a apresentação dos angolanos despertou grande interesse na comunidade negra do Rio de Janeiro, presente em massa na Sala Cecília Meireles. Portanto, a observação foi das mais pertinentes, uma vez que no Rio de Janeiro predomina entre os negros a ascendência angolana.

Diferente da primeira parte do espectáculo, a segunda mostra as manifestações culturais menos

(1) Além de André Mingas e Filipe Mukenga, "O Canto Livre de Angola" é formado por mais cinco cantores, entre os quais, Dina Santos, Zé Fininho e Elias Kimuzo. O resto do grupo é composto por 12 dançarinos, sendo cinco mulheres e sete homens e os restantes são instrumentistas.

afectadas pela colonização, resultantes de uma luta de preservação da cultura do povo, o que, segundo André Mingas, "reflecte o que nós somos de facto e para onde caminhamos".

O *Kalundu*, dança de evocação dos espíritos, apresentado por duas mulheres e um homem (em trajes tradicionais) e os tocadores de tambor, é uma amostra da resistência cultural a que se refere Mingas. Da zona sul de Huíla, "O Canto Livre de Angola" mostrou um tocador do instrumento *tchihumba* (citarra feita de madeira leve) cantando em dialecto da região, entre outras, a história da procura do amigo de infância que mais tarde vai para a frente de combate e morre.

Além do folclore do "Semba Tropical", ao som de ritmos que se assemelham aos antilhanos, caribenhos e brasileiros, "O Canto Livre de Angola" mostrou ainda os compositores Filipe Mukenga e André Mingas, à viola, talvez os maiores expoentes da música moderna angolana, muito apreciada por vários compositores da música popular brasileira e que de certo modo começa já a ser conhecida pelo público através de alguns intérpretes como Alcione e o próprio Martinho da Vila, este último uma espécie de representante da música angolana no Brasil.

André Mingas, aliás, era procurado pelo compositor carioca Maurício Tapajós para terminar uma parceria iniciada em Outubro de 1981, quando da realização do I Congresso da Juventude do MPLA-Partido do Trabalho em Luanda. Empolgado com a apresentação de "O Canto Livre de Angola", — "é a raiz da música da América Latina, nós somos filhos deles" — o autor de "Estou Voltando" e "Mudando de Conversa" considera-se um entusiasta de Angola. Durante a sua estada em Luanda em 1981, compôs um samba gravado em produção independente pelas cantoras Cris e Cristina, em homenagem aos angolanos: "Prazer conhecer você/ Visitar sua casa/ Vir à sua festa/ Ver suas flores nascendo, seus amores crescendo/ Lembrando a esperança que ainda resta/ Esteja onde estiver/ Faça o tempo que fizer/ Haja a imensa distância que houver/



Além de consolidar os laços entre o Brasil e Angola, o "Canto Livre" mostrou as raízes comuns: "nós somos filhos deles"

/Nossa amizade continua/A felicidade é certa e a minha casa é sua."

A curta temporada dos angolanos foi uma "retribuição" do projecto Kalunga (que levou músicos e compositores brasileiros para se apresentarem em Angola em 1979) e serviu não só para consolidar os laços culturais e promover o reencontro de amigos — amizade iniciada a partir da independência de Angola —, como também para mostrar ao público as raízes comuns entre brasileiros e angolanos.

Dentro de algumas semanas será lançado no Brasil e em Angola um disco sobre "O Canto Livre de Angola". A qualidade artística e a dedicação dos elementos do grupo angolano foram elogiados pelo di-

rector Martinho da Vila.

"Eles comportaram-se artisticamente dentro do maior gabarito. Sempre que lhes falávamos numa ou outra forma de se colocarem no palco, eles faziam-no imediatamente com um perfeição incrível. E você sabe que não são profissionais do palco".

Resumindo o que pensa sobre Angola de uma forma muito poética e que reflecte bem o panorama actual deste país, do qual os brasileiros acabaram de ver uma pequena mostra, Clara Nunes afirmou:

"Em Angola havia iates, carros, discotecas por todo o lado, mas o negro estava por baixo. Agora, os iates, os carros, muitas dessas coisas estão no fundo do mar, mas o negro está por cima". □

Reconstruindo a evolução cultural de dois povos irmãos

A discussão, o intercâmbio de ideias e projecções para o futuro são sempre salutares, uma vez que se trata sobretudo de dois povos culturalmente tão próximos como o brasileiro e o angolano. Esta possibilidade tornou-se concreta durante a estadia no Rio de Janeiro dos elementos de "O Canto Livre de Angola". Aconteceu numa manhã, e pôde ser testemunhada por *cadernos do terceiro mundo*, um desses encontros que resultou num frutífero debate sobre as experiências em Angola e no Brasil relacionadas com temas culturais e com a criatividade popular.

Dois consagrados compositores nos seus respectivos países, André Mingas (Angola) e Elton Medeiros

André Mingas: O nosso grupo é composto fundamentalmente por trabalhadores. De uma maneira geral, exercemos actividades profissionais e dedicamo-nos também à actividade cultural, sem carácter profissional. Porquê a caravana? Por causa de toda uma série de aspectos culturais que acreditamos ter relação com o que se faz no Brasil. A intenção é saber até que ponto vão, de facto as nossas afinidades.

No espectáculo apresentámos três planos: o *semba*, o folclore e a música moderna, uma via nobre para o desenvolvimento da música angolana, representada pelo som de Filipe Mukenga e pelo meu. Em suma: uma tentativa de levar o conhecimento da nossa música e cultura a um círculo mais amplo. Há uma parte do espectáculo referente à música e outra ao folclore, onde a influência da colonização portuguesa não se faz sentir, como na dança do *Kalundu*, de evocação dos espíritos, onde aparecem os tocadores de tumbas (tambores), duas senhoras e um homem. É, por assim dizer, uma luta de preserva-



(Brasil) encontraram-se por acaso na presença do repórter e a discussão fluiu naturalmente. Elton, compositor popular desde os 8

anos de idade, e fundador de algumas Escolas de Samba no Rio de Janeiro, onde nasceu, e André Mingas, que além de compositor é o responsável pela Direcção Nacional de Massificação Cultural, fizeram uma pequena radiografia cultural dos dois países. Mingas explicou também algumas passagens da apresentação de "O Canto Livre de Angola", destacando-se o sucedido durante a exibição da *Dança da Evocação dos Espíritos*. Face a um fenómeno científico para alguns, e místico para outros — um espírito baixou, numa das participantes da Dança em plena Sala Cecília Meireles — o leitor ficará a saber como a problemática é encarada em Angola pelo MPLA — Partido do Trabalho.

ção da cultura de um povo. Reflecte o que nós somos de facto e para onde caminhamos.

Apesar de ter havido uma grande penetração da cultura ocidental, houve áreas que resistiram, nas zonas sul, leste e oeste, excluindo a capital Luanda.

No "Canto Livre" há um tocador do instrumento *Tchihumba*, de Hulla, na zona sul, que canta histórias do povo. Um dos temas fala do amigo que cresce e canta com ele, mas depois perde o contacto. O amigo teve que ir para a frente de combate — Hulla foi muito atacada pelos sul-africanos —, onde morreu. Em dado momento, o tocador começa a procurar o amigo fazendo o som "zzzzz", que significa a procura no meio da mata até ao desespero. A outra é uma história de amor.

Outro quadro mostra uma dança tradicional angolana (*Rebita*), que ao longo do tempo sofreu uma certa influência do colonizador. Uma dança típica da zona de Luanda, muito utilizada pelos colonizadores para ser mostrada aos turistas. Embora tenha havido

sempre resistência no sentido da preservação, algumas coisas foram impostas pelo colonizador, como o facto dos homens terem de aparecer usando fato e gravata e das mulheres com o penteado para cima, significando sempre a imagem da pessoa que dança. É uma dança de significado muito importante no meu país. Nós trouxemos a *Rebita* assim como é dançada porque contávamos com a observação da causa do uso do fato.

A colonização é um fenómeno do qual não nos podemos isolar. É por nós negada profundamente, mas é algo que está em nós. Deixou marcas e influenciou a nossa atitude para com o mundo.

A música feita por Filipe Mukenga e por mim resulta de uma certa ampliação da visão musical. Consideramos importante o facto de não estarmos isolados do contexto universal. Todas as conquistas da ciência no domínio musical, e a todos os níveis, são nossas também. As conquistas do homem são nossas. Dentro do possível, nós utilizamo-las no sentido do enriquecimento daquilo que é nosso.

Daí cantarmos em línguas tradicionais, utilizando uma técnica universal, o que dará uma dimensão diferente àquilo que nós fazemos.

Como foram as apresentações do primeiro grupo angolano aqui no Brasil?

Mingas: Melhor do que esperávamos. Desde Angola, a partir da própria Embaixada brasileira, que sentimos um calor muito grande. À chegada, no aeroporto, tivemos uma recepção muito boa. Desde o primeiro ensaio sentimos o calor do público. Daí para a frente foi uma força muito grande.

O grupo já esteve noutros países?

Mingas: Não. Foi a primeira vez. Há uns três anos tinha ido a Angola um grupo de artistas brasileiros, o projecto Kalunga. Achámos que deveria vir ao Brasil um grupo com o mesmo espírito. Ninguém recebeu *cachê*.

Como superar as marcas negativas do colonialismo?

Mingas: Hoje, como resultado da política traçada pelo MPLA-PT, voltamos toda a actividade para a nossa realidade cultural. Colhemos os aspectos positivos que nos trouxe o processo de colonização e negamos os que de facto prejudicaram o nosso desenvolvimento. Trabalhamos hoje para a libertação de toda essa influência colonial. É um processo longo que exige uma reeducação das mentalidades. Todo o trabalho está coltado para a pesquisa da nossa cultura tradicional. Daí a orientação do Partido para o desenvolvimento do intercâmbio com todos os países do mundo, particularmente com aqueles com quem temos afinidades culturais africanas, como no caso do Brasil, Cuba e uma parte da América Latina, além, claro, de países africanos. Neste contacto com o Brasil vamos descobrir muita coisa importante para nós.

Élton Medeiros: A recíproca é verdadeira.

Mingas: Há coisas no Brasil que foram muito preservadas, porque o processo de colonização foi diferente, mas que nós perdemos. Este intercâmbio, este reencontro, vai permitir a renovação das coisas, tanto para nós como para vocês.



André Mingas: pela preservação da cultura do seu povo

A nossa ida, por exemplo, à Nigéria, ao Zaire ou ao Gabão vai permitir o reencontro noutro sentido, isto é, uma maior aproximação da relação entre nós e o que é realmente a nossa realidade cultural africana.

Élton: O André quis dizer que o contacto de Angola com o Zaire, Nigéria ou Gabão é muito mais autêntico, por ser uma cultura a nível continental e até no carácter das raízes tribais. Uma pureza que nós brasileiros não temos. O relacionamento com o Brasil é ao nível da cultura transplantada do continente para o nosso país devido à escravidão. Essas manifestações culturais foram deformadas aqui pelo colonizador, mas sofreram uma certa resistência de alguns grupos, assim como outras culturas foram deformadas pelo colonizador em Angola, na Nigéria, no Gabão, no Zaire ou em Moçambique. Angola está hoje a fazer um trabalho de recomposição de toda a cultura do mundo negro, o que é da mais alta importância. Estou certo no raciocínio?

Mingas: É importante para que a próxima geração tenha uma afirmação cultural muito maior que a actual.

Élton: Como brasileiro e negro entristeço-me muito em não saber as minhas origens. Tu conheces as tuas. Sou um negro brasileiro que por tradição oral desconfio ser de

origem angolana, mas posso estar enganado. Tu não sabes quanto isso é triste para os negros brasileiros. A maior preocupação do colonizador no Brasil era misturar negros de Angola com os da Nigéria, Daomé, de tribos diferentes, para evitar a comunicação e uma reacção frente às acções do colonizador.

Mingas: Disseste coisas muito importantes. Da última vez que estive no Brasil foi possível observar como os Tincoans cantavam músicas cujo ritmo temos em Angola. O Élton disse-me há pouco que na Bahia houve influência da cultura Iorubá. Mas eles tocaram em ritmo...

Élton: Mas há também influência angolana na Bahia. A capoeira, por exemplo. Uns dizem que nasceu em Angola, outros afirmam que não é de Angola e sim criada por negros de origem angolana na Bahia. A influência maior é da Nigéria.

Mingas: O ritmo dos Tincoans, que ouvi aos baianos na casa do Martinho da Vila, o *Kilapanga*, é uma forma de identidade.

Élton: A manifestação do negro brasileiro, a não ser o samba, o côco, a capoeira e a própria religião herdada da Nigéria, o candomblé, nós fazemos por intuição.

Mingas: Eles tocaram a tal música e diziam que a língua era *kimbundo*. De facto, era uma lin-

...e o canto escravo do Brasil

A mais forte sensação provocada pelo contacto com os fantásticos artistas do grupo "O Canto Livre de Angola" durante a sua apresentação no Rio de Janeiro, foi um misto de alegria e angústia. A cultura libertada de Angola é muito semelhante à brasileira em riqueza e intenções, mas angustia-nos o facto de sabermos estar a cultura brasileira tão escravizada e reprimida por contar exactamente esta mesma intenção de liberdade, herdada por nós da África com a escravidão.

A plateia extasiada que esgotou nos três dias de apresentação do grupo, na sua maioria teve uma boa oportunidade de reflectir sobre a enorme barreira que a sociedade brasileira, estruturada socialmente de forma diversa da angolana, cria para a manutenção e a sobrevivência da nossa cultura popular.

As elites, monopolizadoras dos meios modernos de transmissão cultural (rádio, televisão, imprensa, teatro etc.), possuem uma compreensível aversão pela cultura tradicional brasileira. A mesma aversão das elites coloniais portuguesas na Angola pré-revolucionária. Um intercâmbio efectivo entre a cultura dos dois países esbarraria sempre neste impasse fundamentalmente político.

Escamoteada, distorcida por razões que hoje já se começam a compreender, a cultura brasileira tradicional possui, em muitos exemplos, uma enorme identidade com a angolana. No caso da música e dança, por exemplo, a identidade chega a ser impressionante.

A estrutura da banda "Semba Tropical", que executa o que poderíamos chamar de "Semba Urbano", próprio para bailes populares, não é diversa da das bandas de gafieira brasileiras ou mesmo, dos conjuntos de baile suburbanos, que fizeram uma deliciosa adaptação do *swing* e do *jazz* orquestral norte-americano, (também de origem idêntica) a ritmos brasileiros; prova incontestável de que a música africana é um ciclo evolutivo constante, ainda mais quando sabemos ser esta característica comum à cultura urbana do negro em todas as Américas.

O *ungo* angolano, nada mais é do que o *berimbau* brasileiro outrora chamado de *urucungo*, associado à dança e à luta da capoeira que, sob a forma específica de dança, existe em Angola com o nome de *kimuala*. Segundo o angolano Mestre Geraldo (em tudo idêntico a um típico mestre de Congada do Brasil), o carnaval angolano é animado por grupos que desfilam com reis e rainhas coroadas, segundo a mais pura tradição oriunda do tempo do antigo império do Congo, exactamente a mesma forma e inspiração dos reinados de Congo em Minas Gerais.

Inspira a *Rebita*, dança tradicional da província de Luanda, passos de dança da aristocracia portuguesa mesclados a passos e intenções do Semba, dança nacional. A própria *Rebita*, por ser uma dança comandada, pode, segundo Mestre Geraldo, ser chamada de *Quadrilha*. Geraldo citou também o *Kalundu* que nos leva, irresistivelmente, ao *Calundu*

brasileiro (lundu para os íntimos), dança de escravos brasileiros que está na raiz do maxixe e de algumas das danças populares de salão e terreiro, entre as quais a também chamada, no Brasil, "Quadrilha".

Outra impressionante constatação é que o Semba tradicional a que Mestre Geraldo chama *Massembe*, da roça, do interior de Luanda, parece ter as mesmas marcações coreográficas do mais puro *Jongo*, dança também de escravos brasileiros encontrada até hoje, no interior do Rio de Janeiro e Espírito Santo, às vezes com o nome de *Caxambu*.

Seguindo o mesmo encadeamento de ideias, o nome de tambores do *Jongo* nesta região do Brasil é "angoma", termo da língua *kimbundo*, de Angola, que quer dizer mesmo tambor (*ngoma*).

O angoma maior do *Jongo* chama-se "Caxambu" o menor "Candongueiro", que deve vir do *kimbundo Ka-ndengo* (o menor, o mais novo).

A escala musical da cítara *tchihumba*, do Lubango, Sul de Angola, possui o sétimo tom rebaixado, característica fundamental da música popular brasileira, produzindo acordes de terça e arpejos, características dos seus braços arqueados, próprios para vibratos. A *tchihumba* (diz-se "Tirumba") produz assim sons e efeitos semelhantes às nossas violas do interior de Minas Gerais e do Nordeste. A *tchihumba* é o instrumento próprio para cantadores viajantes aos quais as cantigas aludem, que podem ser comerciantes (*tchihumba* de oito cordas) ou pastores (cinco cordas). Paulo Kaita, músico de instrumento, citou como instrumentos típicos da sua região (Huila) o berimbau de boca, os angomas, a puíta (cuica), o reco-reco e a própria *tchihumba* todos, pelo som e/ou pela forma, por demais comuns ao instrumentalismo popular brasileiro.

A extrema carência de pesquisa de campo profunda (poucos pesquisadores estão ligados intimamente à cultura que estudam e, de certa forma, não a compreendem) impede que se tenha no Brasil uma bibliografia credível na área da cultura tradicional. Os equívocos têm-se acumulado há anos, pois existe a prática de se especular sobre a cultura popular em gabinetes, sem ouvir a palavra e a opinião popular, a única capaz de transmitir verdades científicas, num país onde o pensamento popular, por força da colonização cultural, para resistir, assumiu grande complexidade. Não podemos esquecer que, entre outras coisas, alguns estudiosos da elite podem ser agentes da dominação cultural como foram tantos na África Colonial.

Actualmente em Angola, a julgar pela música e a dança apreciadas no Brasil, a cultura popular está a ser chamada a sedimentar a liberdade, varrendo do seio da sociedade a alienação e a ignorância que, de forma sistemática, ainda sobrevivem no Brasil, originando que a cultura seja mesmo sinónimo de libertação.

ANTÓNIO DO ESPÍRITO SANTO
Músico do Grupo Vissungu

gua com grandes afinidades com o *kimbundo*. Eles não sabiam o que diziam, mas ouvi e consegui traduzir a ideia pela aproximação da linguagem. Acho que deve haver pessoas na Bahia que falam aquela língua.

Elton: Na Bahia tu não vais encontrar gente a falar Iorubá, a linguagem do candomblé. Pena é, que as tuas vindas ao Brasil sejam tão rápidas. Tinhas que ir uns dias a Santo António de Pádua, no norte do Estado do Rio de Janeiro. Levá-te-ia ao terreiro da Dona Maria Segunda, de 120 anos. Lá falam *kimbundo*, porque são jongueiros. O jongueiro só fala em *kimbundo*. Misturam o dialecto africano com o português. O grupo tinha que ficar no mínimo um mês. Muita coisa aconteceria.

O que aconteceu durante uma das apresentações da dança de evocação dos espíritos na Sala Cecília Meireles?

Mingas: Desceu um espírito numa das dançarinas. Quando o espírito desce, ela fica possuída. Enquanto houver batucada no ar o espírito fica com ela e manifesta-se. Não é ela que está ali. Como já sabiam da ocorrência, os restantes elementos do grupo foram dando cobertura para facilitar a saída da senhora do palco. Não podiam fazer mais nada para afastar o espírito porque não sabiam como. A que recebeu o espírito sentou-se ao lado de Dona Sofia, para afastar o espírito. É curioso que antes eu perguntara: camarada Sofia, quando o espírito vier como vai ser? Respondera que não teria problema, porque o espírito está mentalizado. Sabe que está no espectáculo e não permitirá que ela faça escândalo.

Elton: Essa religião de origem, congoleza e angolana foi muito perseguida aqui no Brasil?

Mingas: Realmente, durante o tempo colonial era reprimida. Após a independência imaginávamos que tais manifestações acabariam. Mas não. Há pouco tempo percebemos que grande parte das pessoas têm um tratador.

Elton: Aqui a gente diz "trabalha no santo".

Mingas: É a protecção. Tu trabalhas em determinado local e ocupas uma posição invejada. En-



Elton Medeiros: "conhecer as origens do negro brasileiro"

tão a pessoa recorre ao tratador.

Elton: Fecha o corpo.

Como encara o MPLA-PT essas manifestações? Há estímulo, indiferença ou evita-se abordar a questão?

Mingas: Não é estimulado. Partimos do princípio que todas essas manifestações têm uma explicação científica. Esses misticismos tiveram um papel fundamental para a divisão e facilitaram a dominação colonial.

Elton: Ajudaram a dominação?

Mingas: Pelo seguinte: o colonialista utilizou-se bastante da ideia da religião, do pecado.

Elton: Pecado é religião católica.

Mingas: Exacto. Ligaram muito esse tipo de manifestações à religião católica. Em determinado momento, após o desencadear da luta de independência, passaram a disseminar a ideia de que participar na luta contra eles era um sacrilégio, negar Deus. Ia-se para o Inferno. Atrofiaram de tal maneira essas manifestações tradicionais, confundindo-as com a religião católica, que exerceram um papel negativo na participação das pessoas no processo revolucionário. Daí a necessidade desse sentimento religioso. Houve toda uma série de aspectos que foram desaparecendo. Por exemplo, há uma manifestação importante em relação ao mar. Uma festa improtante, a festa da ilha. Em determinada altura do ano, durante as *calemas* (ressacas do mar), por falta de protecção, as águas atravessavam a estrada e

vinham tomar conta das casas dos pescadores. Os pescadores da ilha de Luanda levavam então comida e roupa para oferecer ao mar. Ficavam na praia comendo e dançando.

O intermediário entre os pescadores e o mar recebia as oferendas dirigindo-se ao ponto mais alto da praia e fazendo a entrega dos produtos ao mar numa linguagem específica. Durante muito tempo ficou a ideia de que era necessário esse processo para evitar que as águas viessem. De facto, essa manifestação é de uma riqueza cultural muito grande e deu origem inclusive a manifestações importantes e que hoje são estudadas.

A realidade é que as águas não invadem porque o mar está zangado ou porque lá tenha uma sequeia. As águas causam prejuízos porque não são criadas condições de defesa para evitar que elas passem. Hoje, não combatemos esse tipo de manifestação dos pescadores. Fazemos o trabalho de base, ao nível da escola, explicando às crianças a razão da passagem das águas e o que é necessário fazer para evitar que isto ocorra. Todos os anos a festa se realiza normalmente. Vamos enriquecendo a festa sob o ponto de vista cultural. Estimulamos e estudamos a dança, trazendo-a para a escola, dando técnica e apresentando-a nas salas de espectáculo.

A festa é resultado da criação do povo. Aproveitamos isso. O Departamento Nacional do Folclore faz o estudo das manifestações



"Quando o povo cria, está a defender os seus valores"

populares que vão surgindo. Um outro departamento ocupa-se do ressurgimento e revitalização de algumas tradições desaparecidas, estimulando-as de modo que a juventude possa cultivá-las. Levamos estas manifestações para a escola. Na época da festa da ilha, a juventude também comparece. Com o domínio da técnica vão dançar com os pescadores a mesma dança. As pessoas vão à festa não para evitar a invasão das águas, mas em função da manifestação cultural.

Élton: Tenho os meus receios. Vou colocar a questão das Escolas de Samba. O samba é uma manifestação da cultura angolana ou congolês, dentro do dialecto *kimbundo*. Uma coisa que vocês trouxeram para cá. A chamada raiz está em África. Escola de Samba é uma manifestação brasileira a partir de uma cultura que vocês nos deram. Vou chegar onde o Mingas estava. A Escola de Samba tem sofrido um processo evolutivo a partir das necessidades da classe iniciadora dessa cultura. Os cidadãos que inventaram as Escolas no bairro do Estácio eram pessoas de poucos recursos, operários, lustradores de móveis, músicos populares, que na época eram considerados vagabundos, não artistas. Criaram um lazer barato. A

Escola de Samba atingiu o apogeu sob o comando dessa classe. Os mais favorecidos começam a perceber que Escola de Samba era um veículo de prestígio social. O nome e a cara saíam nos jornais e na televisão. Essas pessoas começaram a interferir nessa cultura e a afastar os homens da classe baixa (predominantemente negra), a tomar a directoria das Escolas, a comprar terrenos, a impingir os seus valores a pretos e brancos das classes baixas. Os autores e criadores das Escolas passaram a ser empregados. O medo que eu tenho é que a imposição, não por pessoas de uma classe mais abastada financeiramente, mas por uma inteligência maior que conduz os destinos da cultura e da educação, possa afastar os pescadores. E que, a partir deste momento, essa juventude com mais cultura e instrução que os pescadores venha deformar essa cultura em detrimento da informação histórica e cultural do povo angolano. Estou a fazer o papel de "advogado do diabo" porque no Brasil aconteceu algo próximo.

Mingas: Pessoalmente acho que não há esse perigo. Esta juventude não está isolada do povo. O Departamento que faz o trabalho de ressurgimento de algumas manifestações tradicionais já desaparecidas age em colaboração com o

departamento de artistas amadores, que tem a função de massificar as várias manifestações artísticas. Portanto, assegurar o aumento da actividade artística amadora a todos os níveis. Há regularmente um intercâmbio cultural entre escolas, universidade, fábricas e o campo, o que possibilita a essa juventude criar uma aproximação muito grande em relação àquilo que são de facto esses valores culturais. Quer dizer: deixam de existir barreiras entre o pessoal das cidades, os estudantes, e o do campo. Há uma perfeita integração. Mas todo esse trabalho de massificação é complementado por uma informação política sobre a necessidade de preservação das nossas manifestações culturais e sobre a importância da criatividade popular. Temos em conta a preocupação de não deformar a criatividade popular, que é a fonte. Quando levamos a dança para o palco, vamos dar técnica. Mas a dança na sua essência é ela mesmo.

Ainda sobre a questão do misticismo. Essas manifestações actuaram sempre como forma de resistência do povo à penetração da colonização. A preservação delas terá um papel importante na defesa da identidade cultural. O colonizador, apercebendo-se disso, agiu, não como com as Escolas de Samba, mas utilizando-se da religião, tentando confundir-la com as nossas manifestações tradicionais, dando-lhes um carácter antipolítico. Utilizou-se o misticismo para combater o processo revolucionário no nosso país.

Élton: Claro que a cabeça do angolano é uma, a do brasileiro outra. O angolano tem uma visão muito mais política sobre o problema cultural que o brasileiro, que vê cultura meramente como lazer. O brasileiro aproxima-se para deformar e até servir uma ideologia que é contrária aos nossos interesses. Acredito piamente, apesar dos meus temores iniciais, que vocês angolanos estão a seguir um caminho que impede a destruição da essência de tudo isso. No Brasil as pessoas aproximaram-se dizendo que iam, entre aspas, melhorar as Escolas de Samba. Quem melhora é o iniciado, através das necessidades que sintam, e não importando uma imagem "hollywoodiana". A



Reco-reco, tumba e berimbau: os instrumentos angolanos revelam a identidade cultural brasileira

mancira de receber informação em Angola é totalmente diferente da nossa. A nossa rádio está podre: 75% das músicas são norte-americanas e o restante nacional. Em Angola é outro som: músicas angolanas, brasileiras e centro-americanas.

Mingas: Todas essas manifestações têm um carácter político. Repara que o trabalho no sentido da preservação tem necessidade de ser político, porque vai redundar na nossa maior afirmação e personificação como africanos. A visão, portanto, dessa actividade tem que ser sempre política. Quando o povo cria, está em atitude de defesa. Precisamos alimentar isso. Não destruir, mexer ou ir lá dizer como é que é ou não é. O povo é quem sabe como deve ser feito. Vamos lá buscar a riqueza deles para levar a um outro público com outras exigências. Todo o trabalho de recuperação no sentido de uma maior aproximação da nossa cultura tem que ser feito assim. A técnica ocidental e uma certa concessão daquilo que é dança.

Ao fazermos esse trabalho de recuperação das nossas danças

tradicionais e trazendo-as para o palco com uma técnica diferente, chegamos a pessoas que viviam diariamente com o colonizador, o poder. Todos os dias lhes impingiam coisas pela televisão, rádio, jornais e nas escolas.

A chamada batalha ideológica...

Mingas: Foram inclusive perdendo a língua regional. Não a falavam porque era considerada feia. Na escola começaram a interiorizar: é feio falar, dançar, rir de cara aberta. Foram perdendo toda a naturalidade. Hoje são homens formados mas afectados por todo o processo de colonização, pela cultura ocidental do colonizador.

A recuperação, portanto, não pode ser brusca. Não podemos chegar e agarrar a dança como ela é. Vai ser negado. Temos então que fazer um trabalho de recuperação, a ser começado necessariamente assim.

Élton: É preciso que se faça um confronto. Pegas num dicionário de folclore do Câmara Cascudo, aqui no Brasil, falando sobre a dança tal, de mau gosto. Quer dizer: na óptica da elite a que ele pertence. Um intelectual conside-

rado estudioso de culturas populares conceitua no dicionário que certas manifestações são de mau gosto ou dança primitiva. Expressões que não dignificam a cultura popular, só têm sentido pejorativo. Essas pessoas assim predispostas têm que ser realmente conquistadas por um processo bem pensado.

Mingas: O grande obstáculo é mesmo a guerra. O facto de sermos um país muito rico e cobiçado pelo imperialismo resulta em ataques aéreos dos sul-africanos. Os funcionários, trabalhadores, os cidadãos que acreditam na possibilidade de serem homens livres de verdade, em determinadas zonas do país vão para o trabalho sabendo que a qualquer momento os sul-africanos podem lançar bombas dos aviões. Em algumas zonas as crianças mobilizam-se e vão ajudar na luta. Por isso é que somos assim. Com os sul-africanos às nossas portas viemos aqui ao Brasil cantar a nossa música e sorrir como todo o mundo. E lá em Angola, nas áreas bombardeadas, as pessoas falam calmo, ninguém se põe a correr.

(M. A. Jakobskind)

Poesia ao serviço
da memória
e do futuro

Francisco Rui Moniz Barreto que, desde cedo, adoptou o pseudónimo de Rui Nogar e cujo trajecto literário vem de *Itinerário e Brado Africano*, passando por *Notícias do Bloqueio* até à actualidade, é um dos poetas moçambicanos mais comprometidos desde sempre com a realidade moçambicana. Militante da Frelimo desde 1964, experimentou, como muitos dos resistentes, as dificuldades de um encarceramento pela Pide.

Conhecido em Portugal desde o início, Rui Nogar nunca havia recolhido em livro os seus poemas. Este *Silêncio Escancarado* é, assim, o primeiro livro do autor, em forma de antologia, que abrange poemas desde 1956 até 1976 numa longa travessia poética, formal e de conteúdo, que o situam, inicialmente, na escola do neorealismo português ao momento, bem claramente definido pelo seu comprometimento político e revolucionário. Grande parte destes poemas são reflexões do tempo da sua prisão às ordens do colonialismo e alguns atingem uma intensidade dramática comovente e, ao mesmo tempo, libertadora. Os poemas da actualidade são, acima de tudo, de esperança e de incitamento ao trabalho e ao socialismo. Voz da liberdade e da libertação, voz do homem, seja ele branco ou negro, voz da verdade e da vontade, toda a poesia de Rui Nogar ultrapassa também o simples panfleto político, em certas alturas quicá necessário. Uma voz que se conhecia pouco e que *Silêncio Escancarado* veio trazer a outros leitores.

O.L.

« SILÊNCIO ESCANCARADO »

Autor: Rui Nogar
Editor: Edição 70
Coleção: Autores Moçambicanos
Lisboa, Março de 1982

82 terceiro mundo

AUTORES MOÇAMBICANOS

ORLANDO MENDES

PORTAGEM



Um pioneiro
da literatura moçambicana

Na época da primeira edição, em plena guerra colonial, a difusão do livro de Orlando Mendes foi difícil e pode dizer-se que, ao nível de Portugal continental, ele foi conhecido apenas por um reduzido número de leitores, sobretudo especialistas.

E compreende-se porquê.

A história da vida do mulato João Xilim e, sobretudo, a dramática existência de miséria, sofrimento e degradação do protagonista e de muitos dos comparsas do romance (especialmente, sua mulher Luísa) correspondia plenamente a um retrato simultâneo de duas realidades socio-políticas de então. Em primeiro lugar, a opressão exercida pelo branco, detentor do poder, sobre o indígena, não lhe dando a mínima oportunidade de sobrevivência para além da pobreza ou do crime. Em segundo lugar, o drama da vida de um mulato então ainda considerado ser marginal pelo branco e, também em muitos casos, pelo negro impreparado.

O texto de Orlando Mendes, em pinceladas breves, de estilo sincopado e rápido, coloca ao leitor este duplo drama. João Xilim, filho de patrão branco (que sempre o repudiou) e de mãe negra, embora criado junto do pai e em convivência com a filha branca do patrão, cedo se apercebe da sua situação de intolerado. E, apesar da amizade, mesmo incestuosa, que



lhe tributa a irmã branca, João Xilim vai atravessar a via sacra da sua raça, submetido a toda a espécie de humilhações pelos brancos e mesmo por alguns negros. A pungente história de João Xilim e de Luísa, sua companheira fiel-infiel, é um dos quadros mais dolorosos e exemplares do colonialismo branco. Por isso mesmo, *Portagem* não poderia ter tido entre nós a divulgação que merecia e que teria feito, na época, grande impacto junto de uma maioria de leitores brancos continentais conscientes da realidade política de então.

Mas *Portagem* é, ainda, se bem que hesitante, dado o tempo em que foi escrito (1950) e publicado (1965) uma das primeiras obras onde se fala do aparecimento da resistência negra contra o branco e da tentativa que, já então, se fazia para organizá-la. Um dos capítulos do livro, muito rápido por razões que se compreendem, foca exactamente a figura de Abel Matias um aliciador e um mentor da liberdade africana. O capítulo tem ainda a curiosidade de colocar, cruelmente, a nu, a impreparação dos negros da época para a luta que começa, mostrando como deve ter sido difícil retirar o homem negro do pavor que o branco exercia sobre ele. Abel Matias é ridicularizado pelos seus irmãos de raça que não compreendem a verdade e a justeza das suas palavras.

Estes dois aspectos —, a tentativa de trazer ao leitor todos os meandros da alma negra e do seu sofrimento sob um regime social violento e o esboço das primeiras iniciativas para levar o negro a reagir — são, quanto a mim, dois momentos altos de *Portagem* e constituem, outrossim, a originalidade e a coragem da obra. Res-salvado certo tom fatalista que cai sobre João Xilim, compreensível face à época em que a história se passa, *Portagem* pode ser considerado um dos clássicos romances pioneiros da literatura africana, em

especial da moçambicana. E se não encontramos em João Xilim a imagem do negro em busca da sua liberdade interior e nacional, o que se tem de aceitar, encontramos, sim, na figura de sua avó, a velha Alima, um dos mais belos desenhos humanos da liberdade, ainda inconsciente mas nem por isso menos poderosa, do povo negro de Moçambique.

Esta segunda edição que vem pôr *Portagem* ao nosso alcance é, assim, uma iniciativa editorial de enaltecer. Espere-se que, em Portugal e Moçambique, o livro venha a ter, a nível de divulgação e de estudo, o destino que a sua escrita, a sua dramaticidade e o seu carácter de pioneiro bem merecem.

O.L.

«PORTAGEM»

Autor: Orlando Mendes
Editor: Edição 70
Coleção: Autores Moçambicanos
Lisboa, Novembro de 1981

Voar em liberdade

Orlinda Amarilis que se revelara já em "Cais-do-Sodré Té Salamansa" (Centelha, 1974) uma prometedora contista, publica agora este livro de contos, em que nada perde do seu espírito observador e da função poética da linguagem, antes ganha na dimensão da escrita, isto é, naquilo que Barthes chamaria, a "estratégia da subversão", que nada tem a ver com o moralismo político ou o conformismo cultural, mas elaborada no interior da tradição e do mito, desconstruindo-se, actua dentro das instituições, dos discursos estereotipados e das finalidades aparentes.

"Luisa filha de Nica", talvez o conto mais perturbante desta obra, aparentemente a história de uma rapariga doente, um caso entre o sonho e a loucura, onde as velhas superstições e o misticismo se entrelaçam, muito mais do que isso, é a alienação dos sistemas do Mundo, exteriores ao próprio meio de Cabo Verde que não permitem ao homem cabo-verdeano voar sobre o ilhéu dos pássaros. Voar, cumprindo-se dentro da sua terra, em todas as potencialidades. Voar em liberdade, dançando o ritmo do seu próprio corpo.

Assim, o voo que empreendem é a tragédia do emigrante, o racismo europeu, a injustiça do mais forte, a solidão do mal acolhido.

Ficará, contudo, o olhar preso no ilhéu, sentinela de vigília dos que ficam e dos que partem.

E.R.S.

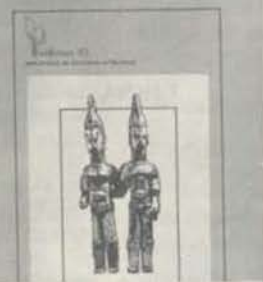
"ILHÉU DOS PÁSSAROS"

Autor: Orlando Amarilis
Editor: Plátano
Lisboa, Dezembro, 1982

Desmistificar as bases falsas do apartheid

APARTHEID, PODER E FALSIFICAÇÃO HISTÓRICA

MARIANNE CORNEVIN



Se a condenação do apartheid, como sistema explorador e repressivo não merece sequer discussão, é importante colocar ao alcance de todos os povos a argumentação científica que combate as mentiras e as falsificações históricas de que a África do Sul se tem servido para se auto-justificar.

Por isso, a UNESCO decretou, a partir de 21 de Março de 1978, o Ano Internacional Contra o Apartheid apoiando uma série de iniciativas entre as quais o patrocínio de programas de estudos sobre o tema.

Um desses estudos é o trabalho agora editado pelas Edições 70, na sua Biblioteca de Estudos Africanos, da autoria de Marianne Cornevin e intitulado precisamente "Apartheid. Poder e falsificação histórica".

A sua originalidade e eficiência

são indiscutíveis.

Como se sabe, a África do Sul, o único país do mundo que inclui o racismo na sua Constituição e também a única nação em que a cor da pele determina, inelutavelmente, a categorização dos cidadãos na hierarquia social, recorre, sistematicamente, a especulações de natureza pseudo-histórica no sentido de fazer crer que foram os brancos os primeiros a habitar aquele espaço geográfico, tentando, deste modo, lançar poeira nos olhos dos que aceitam a História como elemento ordenador das sociedades. Servindo-se de falsos conceitos e mesmo de dados falsos, de mitos que ela própria inventou e fez proliferar, a África do Sul tem resistido à condenação mundial e à evidência mais que provada da mentira dos seus argumentos (no que, evidentemente, é apoiada pelas forças reaccionárias).

Ora é exactamente nesse terreno que Marianne Cornevin estriba o seu livro, debatendo e destruindo, com grande cópia de exemplificações e de documentação histórica, a hipocrisia e a falsidade das teses sul-africanas.

Analisando e pulverizando todas as justificações dos defensores do apartheid, de modo científico irresponsável, a autora desmistifica inteiramente as falsas razões dos defensores do racismo.

Este carácter divulgador e esclarecedor da obra de Marianne Cornevin tornam-na um trabalho a merecer a mais ampla e larga difusão junto de todos os públicos e, em especial, daqueles que, por ignorância ou ingenuidade, se deixam convencer por argumentos, só aparentemente consistentes, das forças retrógradas do mundo. Um fenómeno que, infelizmente, ainda se passa hoje em dia, apesar de a História nos ter já explicado na carne o mesmo tipo de falsidades aquando da vigência do regime nazi na Alemanha ou do regime salazarista em Portugal.

O.L.

"APARTHEID, PODER E FALSIFICAÇÃO HISTÓRICA"

Autor: Marianne Cornevin
Editor: Edições 70
Coleção: Biblioteca de Estudos Africanos
Lisboa, Setembro de 1982

A abertura chinesa



Seis anos após a morte de Mao Zedong, a China reaparece no cenário internacional. Este ressurgimento vem acompanhado de uma série de mudanças internas e de novos posicionamentos diplomáticos. A reorientação é profunda e altera toda uma imagem que os países do Terceiro Mundo ainda têm deste país do Extremo Oriente. Um projecto económico radicalmente novo que dá prioridade ao consumo. Uma nova

Orientação política baseada na negação de tudo o que possa lembrar a "revolução cultural". O reinício dos contactos com a União Soviética. A reaproximação com a África. O conflito com o Vietname. Estes são alguns dos pontos principais da nova abertura chinesa. Uma abertura que procura negar os erros e excessos do passado. Mas que ainda é demasiado recente para ser avaliada em carácter definitivo.

Carlos Castilho (Enviado Especial)

A China e o Terceiro Mundo

A nova política chinesa — iniciada após a morte de Mao Zedong, em 1976 —, nas suas relações com a África, a própria Ásia e as nações latino-americanas

QUANDO no final do ano passado, os chineses reiniciaram discretamente os contactos com a União Soviética, em quase todo o mundo surgiram indagações sobre o que estava a acontecer em Beijing. Por um lado, alguns perguntavam se a equipa de Deng Xiaoping havia abandonado de vez o maoísmo e aderido abertamente ao outrora tão criticado revisionismo. Por outro, e neste lado estão os norte-americanos, o restabelecimento dos contactos entre Moscovo e Beijing causou um grande alarme, porque ameaçava a "estratégia dos três pólos" (1), criada por Richard Nixon e Henry Kissinger em 1972. As mudanças ocorridas na cúpula do governo chinês desde a morte de Mao Zedong em 1976, amadureceram durante seis anos e começam agora a ter repercussões fora da China.

Os graves conflitos internos surgidos durante os dez anos da revolução cultural fizeram com que a China ficasse quase inteiramente voltada para dentro, deixando de ter uma presença diplomática activa. No Terceiro Mundo essa ausência tornou-se especialmente notada na África e na Ásia, continentes em que os chineses procuraram exercer uma forte influência política e económica. Na América Latina, a presença da China sempre se fez de forma indirecta, através dos grupos políticos radicais, que encontravam no maoísmo e na revolução cultural um amparo ideológico e estratégico, que na maioria das vezes foi — por eles — mal interpretado.

Entre 1960 e 1976, a política externa chinesa foi orientada basicamente pela oposição a tudo o que lembrasse a linha soviética, o revisionismo e a coexistência pacífica. Na pressa de encontrar aliados para a disputa ideológica com Moscovo, o PC chinês caiu frequentemente no oportunismo e na ingenuidade. A busca a qualquer preço de um reconhecimento internacional para o maoísmo levou muitos dos seus adeptos a apoiarem grupos rivais de movimentos de libertação nacional com uma longa tradição de luta. Os chineses, por exemplo, deixaram de dar apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o mais forte grupo nacionalista angolano na época da luta pela independência, porque o MPLA recebia apoio logístico da União Soviética. O mesmo aconteceu com vários outros movimentos africanos de libertação, que passaram a ser vistos com desconfiança porque procuravam apoio em Moscovo.

O preço da revolução cultural

Essa política levou Beijing a cometer muitos erros diplomáticos que acabaram por lhe custar muito caro, tanto em prestígio como em dinheiro. A ferocidade dos duelos ideológicos, políticos e militares com a União Soviética chocou frequentemente os dirigentes revolucionários do Terceiro Mundo, que lamentavam o conflito dos dois grandes do socialismo, num momento em que muitos movimentos enfrentavam períodos críticos na luta contra o colonialismo. O resultado foi o de muitos líderes africanos, asiáticos, sul-americanos ou do Médio Oriente passarem a

(1) A política criada pelo Departamento de estado norte-americano com o objectivo de ameaçar a União Soviética através de uma possível aliança com a China e vice-versa.

Deng Xiaoping: agora revisionista



procurar não se envolver na disputa sino-soviética.

E quem acabou por perder neste retraimento foi a China. A União Soviética, por não ter problemas de luta interna, por estar numa posição económica e militar muito mais avançada e devido à habilidade dos seus diplomatas, conseguiu consolidar as suas alianças políticas na África, na América Latina e até na Ásia, onde a influência chinesa sempre foi muito forte.

A rigor, quando Mao Zedong morreu em 1976, a diplomacia chinesa estava na defensiva no Terceiro Mundo e só rompeu esse isolamento graças à bem sucedida abertura em relação aos Estados Unidos. Na época, a Casa Branca pôs em prática a estratégia de procurar uma aproximação com Beijing para ameaçar Moscovo com uma suposta aliança EUA-China. E a tão falada abertura chinesa para o Ocidente foi mais um artifício publicitário do que propriamente um recuo político-ideológico. O isolamento chinês não foi uma atitude deliberada, mas o resultado do cerco imposto pelos Estados Unidos por causa do general Chiang Kai-Chek e da guerra da Coreia.

Quando a procura de uma chantagem contra Moscovo se tornou prioritária, Richard Nixon decidiu ir a Beijing, em 1972. Mas os chineses só retribuíram a visita quando Deng Xiaoping foi a Washington em 79, quase quatro anos depois da derrota norte-americana no Vietname. E todos os esforços foram feitos para criar a impressão de que eram os chineses que estavam a fazer concessões, quando na verdade o maior interessado na aproximação com Beijing era a própria Casa Branca. E a ideia da abertura chinesa para o Ocidente servia para reduzir as resistências dos meios mais conservadores dos Estados Unidos ao projecto de aproximação com a China.

Do lado chinês, o relacionamento com os Estados Unidos só mudou depois de Washington ter retirado, em 1971 o veto sistemático à pretensão chinesa de substituir Taiwan nas Nações Unidas. E no momento em que a Casa Branca passou a colocar o governo de Taipé num disfarçado ostracismo diplomático, é que a República Popular da China passou a aceitar como normal um diálogo diplomático. É evidente que Beijing também tinha e tem os seus objectivos na aproximação com os Estados Unidos. Existe o interesse de jogar com Washington contra Moscovo, assim como existe a necessidade de encontrar tecnologia sofisticada para acelerar o desenvolvimento económico interno.

A nova diplomacia chinesa

O realismo político dos chineses não chegou a mudar drasticamente as relações entre Beijing e Washington durante a fase crítica da revolução cultural e os desdobramentos posteriores à morte de Mao Zedong. A grande mudança na diplomacia chinesa começou a acontecer no final de 1981 e ganhou corpo no último trimestre de 1982, quando após uma série de cuidadosos movimentos de bastidores, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Leonid Ilytchev, foi a Beijing para encontros diplomáticos com o seu homólogo chinês Qian Qichen. O

primeiro contacto entre os dois deu-se no dia 8 de Outubro. Uma semana depois, chegava à capital chinesa o secretário geral do PC francês, George Marchais, numa visita oficial. Marchais, seguiu sempre a política antichinesa de Moscovo sem qualquer restrição. E quase na mesma época, o primeiro-ministro Zhao Ziyang anunciava uma visita a dez países africanos, a primeira de um chefe de governo chinês ao continente desde a viagem de Chou En Lai, há 19 anos.

Simultaneamente, Beijing abriu uma nova frente diplomática ao anunciar que retomará a colónia britânica de Hong Kong em 1997, quando expirar o acordo assinado com a Inglaterra em 1898. E também endureceu as exigências para que o governo norte-americano reduza ainda mais o apoio económico e militar ao regime de Taiwan. Este aumento das pressões sobre uma ilha que a China considera parte do seu território, coincide com o agravamento das tensões comerciais entre Washington e Beijing motivado pelo proteccionismo norte-americano.

Embora os próprios chineses reconheçam que a sua nova diplomacia está apenas no começo, surgem já indícios claros capazes de defini-la. O grande divisor de águas já não é a batalha ideológica com Moscovo, mas a luta contra as hegemónias. Os grandes aliados já não são apenas os inimigos do Kremlin, não importando se são comunistas ou anticomunistas. O que Beijing passa a considerar como amizades prioritárias são as do Terceiro Mundo. O método para estabelecer alianças e exercer influência já não é o da pressão e do oportunismo, mas o da lenta e cautelosa aproximação.

Ao colocar o problema da hegemonia como um dos pontos básicos da sua política externa, a China manteve a distância em relação a Washington e Moscovo acusando-os de propósitos expansionistas. Os Estados Unidos são responsabilizados pelo chamado imperialismo económico e militar enquanto a União Soviética é atacada pela sua acção no Afeganistão e no sudeste da Ásia, especialmente no Kampuchea. A crítica às duas superpotências recebeu todo um impulso novo — que se apoia na rejeição da hegemonia, como uma prática prejudicial à convivência pacífica e à autodeterminação dos povos. Trata-se de uma posição bem mais compreensível para países do Terceiro Mundo do que a polémica teórica em torno do marxismo-leninismo.

Mas, ao condenar as hegemónias, a China procura também o seu interesse próprio. Com uma fronteira extensa com a União Soviética — hoje intensamente militarizada — e vendo no seu flanco sul crescer a influência do Vietname, o seu ex-aliado, o governo chinês tenta abrir um novo espaço vital. Por isso, Beijing apoia a nova coligação antivietnamita no Cambodja, hoje Kampuchea. Essa aliança reúne desde membros do deposto governo de Pol Pot, até o príncipe Sihanouk.

É uma coligação heterogénea, cujo grau de unidade não foi ainda testado. Os diversos grupos da aliança — já deflagraram uma guerrilha contra o governo de Heng Samrin. A frente política do príncipe Sihanouk conta com as simpatias de regimes anticomunistas da Ásia, como a Tailândia, Malásia e Indonésia, to-

dos interessados em diminuir a influência exercida pelo Vietname em toda a Indochina.

O caso do Kampuchea é talvez o exemplo mais flagrante dos erros cometidos pela diplomacia chinesa. Na ânsia de conseguir aliados e ganhar posições de força, Beijing apoiou o regime de Pol Pot e com isso acabou por se envolver em todos os excessos e interpretações equivocadas do maoísmo feitos pelo primeiro regime independente do Kampuchea.

O caso de Hong Kong

A outra frente de luta aberta pela diplomacia chinesa tem como alvo a colônia britânica de Hong Kong. Os mil quilômetros quadrados da colônia foram outrora parte integrante do território chinês. Em 1842, após a derrota chinesa na primeira Guerra do Ópio, a Coroa assumiu o controle da ilha de Hong Kong. A nova derrota chinesa na segunda Guerra do Ópio incorporou às possessões britânicas a parte continental de Kowloon. E em 1899, os ingleses arancaram das dinastias chinesas um arrendamento por 99 anos, dos chamados Novos Territórios, que formam quase 60% da área actual da colônia. O arrendamento termina dentro de 15 anos, e a China já anunciou que não o renovará. Beijing afirma também que os tratados de 1842 e 1860 foram impostos pela força e que o governo chinês considera seu todo o território da colônia.

O tratamento diplomático da questão de Hong Kong revela alguns dos pontos essenciais da nova atitude chinesa nas questões internacionais. A Inglaterra tentou baralhar o jogo, aceitando negociar os Novos Territórios ao mesmo tempo e que mostrava uma total intransigência em negar a devolução da ilha aos chineses. Na época da "revolução cultural", isso teria sido o bastante para que Beijing deflagrasse uma violenta batalha verbal, ao mesmo tempo que começaria, a nível de massas, uma série de manifestações antibritânicas.

O novo governo da China manteve, pelo contrário, uma aproximação firme mas cautelosa do problema. Rejeitou as alegações britânicas, apegou-se ao texto dos tratados e começou a mostrar que não estava disposto a concessões no fundamental. A questão de Hong Kong é complicada, não pela situação legal da colônia mas pela sua realidade social e económica. Hong Kong tem todos os problemas de uma área superpovoada, com uma população subempregada, onde existe um altíssimo grau de exploração da mão-de-obra estrangeira. A indústria de Hong Kong sobrevive graças a essa exploração, o que torna os custos de produção muito baixos e altamente lucrativas as exportações para a Europa e Estados Unidos.

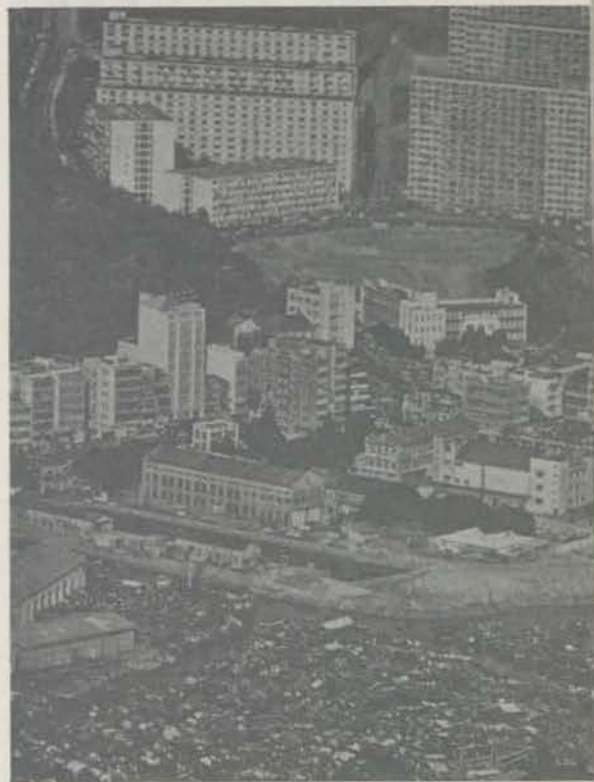
Mas o forte da colônia britânica é o seu centro financeiro, uma vez que a ilha tem o estatuto de "paraíso fiscal" para os grandes consórcios internacionais de bancos. Antes da normalização das relações da China com o resto do mundo, Hong Kong era o escaudouro natural de toda a produção industrial e agrícola dos chineses. Hoje, esse papel está muito reduzido, mas é ainda considerável.

Se a China resolvesse tomar conta imediatamente da colônia teria que absorver uma população que há

mais de trinta anos está submetida a uma violenta campanha anticomunista. Obviamente, haveria um desemprego em massa resultante da fuga de capitais estrangeiros e do fim do "paraíso" fiscal. Esse fenómeno ficaria agravado pela existência de mais de meio milhão de imigrantes vindos de outros pontos da Ásia, atraídos pela publicidade consumista. Trata-se, portanto, de uma enorme população cujos hábitos não serão mudados do dia para a noite através da pressão ideológica vigente na época da revolução cultural, nem pelo radicalismo da remoção pura e simples para o campo, posta em prática por Pol Pot no Kampuchea.

O programa chinês para reabsorver Hong Kong não foi ainda definido completamente. Mas, segundo tudo indica, ele terá como base a necessidade de dar um estatuto próprio à região no momento em que ela for reincorporada. Isso garantiria condições especiais para o funcionamento de empresas capazes de assegurar uma alta taxa de emprego. No sector financeiro, as autoridades chinesas evitariam uma intervenção drástica, mas certamente aumentarão, se for o caso, o controlo e a participação nas operações realizadas na região. Isso implica dizer que, a princípio, não deve haver uma mudança radical nas leis do "paraíso fiscal", mas a médio prazo ele estará com os dias contados.

Nas últimas semanas de 82, os dirigentes da Hong Kong: uma questão complexa que revela aspectos essenciais de nova diplomacia chinesa



comunidade empresarial e financeira de Hong Kong colocaram num segundo plano as resistências britânicas e começaram a ir até Beijing para saber pormenores da posição chinesa sobre a colónia. Pelo menos quatro delegações fizeram o mesmo roteiro e, na volta, tornaram público que "o diabo não parecia tão feio", como disse um empresário têxtil.

Embora, em princípio, a estratégia chinesa pareça correcta, ela é ainda muito recente para que se possa garantir o seu sucesso.

A ofensiva africana

No caso de África, só agora as autoridades chinesas começam a esboçar uma nova linha diplomática. Desde o início da década de 60 a região foi considerada como prioritária em termos de aliança política. Até meados dos anos 70, a China destinou 60 a 80% da sua ajuda externa à África. Apesar de significativa, em termos chineses, essa soma era de apenas 5% da ajuda total recebida pelos africanos da Europa, Estados Unidos e União Soviética. É claro que as condições financeiras para essa ajuda eram muito mais favoráveis do que as dadas pelas antigas potências coloniais, porque era isenta de juros e com pagamento a longo prazo. Quarenta por cento da ajuda chinesa aos africanos destinava-se a projectos de infra-estrutura, como estradas, caminhos de ferro, portos e sistemas de radiodifusão. Vinte cinco por cento para a agricultura e o resto para a indústria ligeira. Foram raros os financiamentos dados para o sector da indústria pesada.

No terreno diplomático, a África foi o continente onde maiores foram os erros cometidos até agora pelos chineses. Presos ao anti-sovietismo, deram apoio à UNITA sem prestar muita atenção às duvidosas relações do movimento com a PIDE (polícia política portuguesa) e com a África do Sul. Beijing também namorou a FNLA cujo líder, Holden Roberto, era teleguiado por Mobutu e um elemento de confiança da CIA, num momento em que o MPLA se empenhava com todas as suas forças na luta pela independência. Na Guiné-Bissau, a China aproximou-se da titubante FLING só porque o PAIGC tinha boas ligações com Moscovo. Na África do Sul, as simpatias chinesas foram para o PAC (*Pan-Africanist Congress*), num momento em que a ANC (*African National Congress*) tinha reconhecidamente a melhor tradição de luta contra o *apartheid*. E em Marrocos, a diplomacia da China não se pronunciou até há bem pouco tempo na questão do Sara Espanhol, para manter os interesses económicos com o rei Hassan II.

Em rigor, os dois únicos países onde os chineses não erraram tanto foi no Zimbábue e na Tanzânia. Nesses dois, o êxito da aproximação foi mais uma consequência da personalidade de políticos como Robert Mugabe e Julius Nyerere, do que de um cálculo diplomático. Nyerere procurou sempre manter as distâncias prudentes na questão do conflito sino-soviético, além de ser um líder que pelas suas características pessoais conquistou um enorme prestígio na África e no seu próprio país. Por outro lado, Mugabe foi muito influenciado pelo apoio dado pela

União Soviética a Joshua Nkomo, ao mesmo tempo que o seu longo exílio em Moçambique lhe ensinou a desconfiar de apoios imediatistas. A China deu armas e dinheiro a Mugabe, mas este, politicamente, esteve sempre mais próximo de Moçambique.

A recente viagem do primeiro-ministro Zhao Ziyang à África procurou restabelecer contactos directos a nível de chefes de governo interrompidos há quase duas décadas. Ziyang foi a países que não são considerados modelos de acção revolucionária, como Egipto, Zaire, Marrocos e Quênia. Com esses países, a China tem relações comerciais que datam dos anos 60 e, pela análise dos discursos feitos pelo primeiro-ministro no Cairo, Kinshasa, Rabat e Nairóbi, ele foi muito prudente nas referências aos respectivos regimes. De resto, criticou as desigualdades crescentes no sistema económico mundial, condenou as hegemónias e reiterou o apoio chinês aos países do Terceiro Mundo. Mas, o facto do primeiro-ministro da China se ter encontrado com personalidades controversas como Hosni Mubarak, Mobutu Sese Seko, Daniel Arap Moi e o rei Hassan II, não dissipou as dúvidas e ressentimentos de outros governantes africanos que no passado tiveram problemas com a diplomacia da "revolução cultural".

Zhao Ziyang foi mais efusivo com os dirigentes da Argélia, Congo, Zâmbia, Zimbábue e Tanzânia e isto certamente lhe valeu alguns pontos na tentativa de reabrir caminhos diplomáticos na África. No final da visita do primeiro-ministro chinês, os seus assessores qualificaram o balanço geral como promissor. Mas, no resto da África, ainda reticente por causa dos erros do passado, a nova diplomacia chinesa é vista como um processo a ser consolidado. O facto de Ziyang não ter aparecido na África trazendo verdades definitivas ou fórmulas teóricas salvadoras, trouxe-lhe, sem sombra de dúvidas, algumas simpatias e uma expectativa geral.

Na América Latina, a influência de Beijing sempre foi fraca e prejudicada pelas interpretações equivocadas do maísmo. Em geral, a posição chinesa esteve sempre associada com o aventureirismo ou a transposição mecânica de fórmulas implantadas pela revolução cultural. Nas conversas que tive com dirigentes chineses, a impressão recolhida é a de que eles procuram agora uma aproximação que não se limite aos níveis protocolares, de governo a governo. A nova liderança chinesa tem boas informações sobre o continente, mas admite ter dificuldades para entender o processo político na maioria dos países. As relações com o regime do general Pinochet, no Chile, ainda são um resíduo da época da revolução cultural. Mas os esforços mais recentes de reaproximação, têm por objectivo principal a Argentina, Equador, Colômbia, Brasil e Venezuela.

Tanto no caso da África como da Ásia, as relações da China com a América Latina estão marcadas pelo peso dos erros do passado. As mudanças ocorridas na política interna chinesa desde a morte de Mao Zedong despertaram uma grande curiosidade nesses três continentes. Uma curiosidade que aumenta na medida em que a China coloca hoje a aliança com o Terceiro Mundo como a sua meta prioritária na diplomacia mundial. (C.C.) □

O mercado livre na economia chinesa

Uma experiência limitada de comercialização, lucros e investimentos, à escala doméstica principalmente nas áreas rurais

SHANGAI. Terça-feira. Nos arredores da cidade, centenas de camponeses convergem para um descampado. Não chega a ser uma praça e nem há qualquer prédio perto. Alguns chegam de bicicleta, outros vêm a pé equilibrando dois enormes cestos na ponta de uma vara de bambu apoiada nos ombros. Outros puxam carrinhos de duas rodas. Todos falam muito. Há uma pilha de cenouras num lado, do outro um grupo de camponeses discute em torno de outro monte de repolhos. Mais adiante uma mulher expõe peças de artesanato feitas com pedaços de bambu, um adolescente vende um sofá forrado de plástico rosa e um velho vende peixinhos vermelhos em saco de plástico. O aspecto é igual ao de uma feira livre num país capitalista. E na verdade é uma feira livre.

Trata-se de uma das mais radicais inovações do novo programa económico implantado desde a ascensão de Deng Xiaoping ao poder. Após o longo período da Revolução Cultural em que tudo o que era privado era visto com muita desconfiança é considerado quase um crime, surge agora na China um sistema de comércio que escapa ao âmbito estatal e introduz, em escala reduzida, o lucro individual.

O mercado livre chinês só pode funcionar na periferia das cidades e nele o camponês só pode vender o que produziu, criou ou construiu nos 14 metros quadrados de uso pessoal, a que tem direito como membro de uma comuna agrícola. Os preços no mercado livre são um pouco acima dos cobrados pela Cooperativa Central de Distribuição, existente em quase todas as cidades chinesas. E variam de acordo com a velha lei da oferta e da procura. Quando existe uma grande produção os preços caem, tanto na feira livre como no mercado oficial. Mas quando ocorre a escassez, em geral no sistema de livre troca o preço sobe, enquanto que no oficial a tabela de preços impede a especulação. Ao mesmo tempo, a maior oferta atrai os compradores que eventualmente iriam à feira.

Hoje em dia, as autoridades chinesas admitem que apenas um ou dois por cento da produção agrícola do país é comercializada através do sistema de livre comércio. Se, a nível global, a prática deste tipo de transacção tem pouco significado em termos de volume de dinheiro, para o camponês, representou uma mudança muito grande de comportamento.

Durante uma conversa com os redactores do *Diário dos Camponeses*, em Guangzhou (Cantão), eles contaram-me que existem famílias que duplicaram o seu

rendimento graças ao sistema de livre comércio. Houve até o caso de uma família que em seis meses conseguiu comprar três aparelhos de televisão, um frigorífico, quatro aparelhos de rádio e construir mais uma casa de dois andares. Tudo isso porque passou a dedicar o seu tempo livre à lucrativa criação de peixes ornamentais, um artigo muito procurado em toda a China.

O sistema de livre comércio, como é limitado à periferia das cidades, é basicamente dirigido aos próprios camponeses que nele encontram a possibilidade de trocar a sua produção privada. No mercado livre que visitámos, os comerciantes regateavam o preço e depois faziam pura e simplesmente a troca de produtos pelo valor acertado. O dinheiro raramente intervinha nas negociações e só aparecia em caso de diferença de valor. Para o morador urbano, o mercado livre tem uma importância secundária.

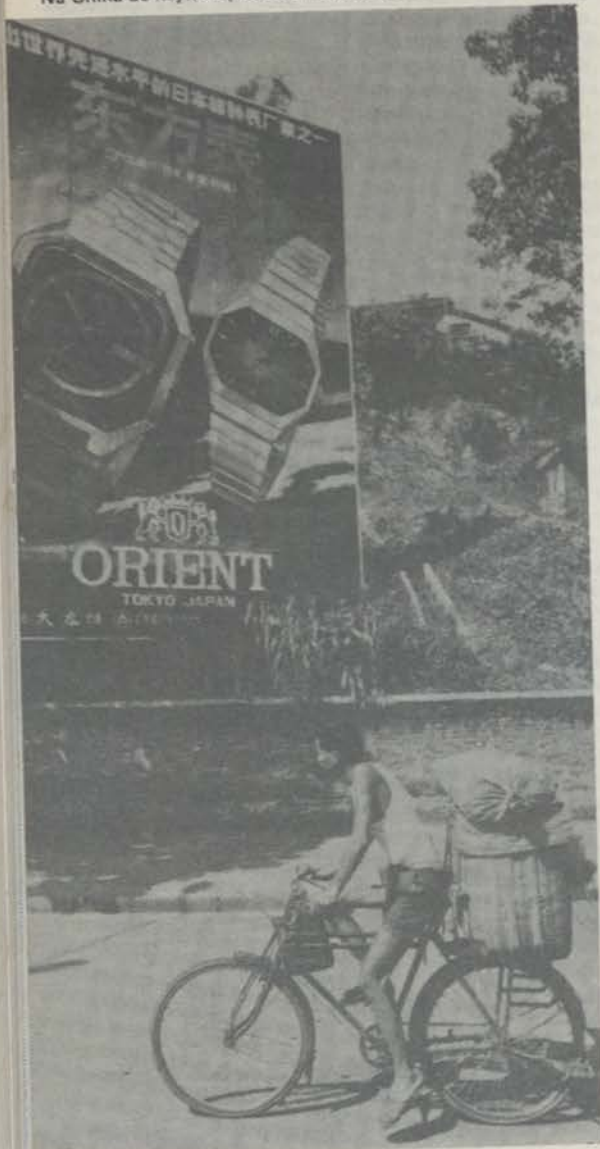
A China, 1983: a curiosidade que ela desperta está marcada pelos erros do passado. Mas as mudanças ocorridas após a morte de Mao, colocando o Terceiro Mundo como meta prioritária, podem tirá-la do seu isolamento



porque o abastecimento de géneros alimentícios é feito quase totalmente nos centros estatais de distribuição. Para ir até a periferia, o comprador tem que percorrer grandes distâncias de bicicleta, o que não chega a ser um problema, mas há uma capacidade limitada de carga. As mesmas restrições valem quando alguém tenta transportar comida nos autocarros, em geral superlotados.

Além disso, o consumidor urbano da China não cozinha, não só porque em geral vive em habitações muito pequenas, como pelo facto de que, numa casa chinesa, o espaço dedicado à cozinha é mínimo. As compras são feitas na base do dia-a-dia, porque a maioria dos chineses come no trabalho e faz em geral

Na China de hoje, as patentes internacionais



apenas uma refeição em casa. Assim, não compensa ir até ao mercado livre.

A nível de produção global, os redactores do *Diário dos Camponeses* de Guangzhou disseram que, com os diversos estímulos dados à produção, a oferta de géneros cresceu 15% nos últimos quatro anos. A nova política agrícola da China alterou radicalmente o sistema vigente na época da Revolução Cultural ao introduzir o estímulo material.

Os problemas da distribuição igualitária

Antes da ascensão de Deng Xiaoping, os membros de uma comuna ganhavam exactamente a mesma coisa independentemente do volume de trabalho e do tipo de especialização. Vigorava o princípio da distribuição igualitária de todas as tarefas e ganhos. As metas de produção eram fixadas de cima para baixo. Com isso, os agricultores mais competentes simplesmente paravam de trabalhar quando a meta era atingida. Quando problemas climáticos, epidemias ou carência de recursos impediam que os objectivos fixados fossem atingidos, o camponês também não se sentia identificado com o fracasso. Por isso, as autoridades chinesas dizem hoje que, apesar do princípio igualitário ser correcto na teoria, na prática ele não levou a um aumento da produção nos níveis exigidos pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento do país. Surgiu a ameaça de um êxodo do campo para a cidade, onde as facilidades eram maiores. Inclusive o sistema de fazendas estatais acabou por ficar emperrado. Aí, além de muitos outros problemas iguais aos das comunas, surgiu uma enorme burocracia que dificultou, progressivamente, a produção agrícola.

Enquanto viveu Mao Zedong tentou reverter esse crescimento da burocracia rural e urbana através da Revolução Cultural. Quase vinte milhões de jovens foram para o campo atendendo a palavras-de-ordem do Partido. Levavam muitas ideias e uma inexperiência total da vida no campo. O depoimento do guia que me acompanhou mostra como uma geração inteira viveu a Revolução Cultural:

"Eu tinha 17 anos quando juntamente com quatro colegas deixei a escola secundária para ir viver numa fazenda estatal situada 300 km ao norte de Beijing. Ganhávamos 240 *yuans* (cerca de 120 dólares) como ajuda para arranjar casa e comida nos primeiros tempos. Mas as semanas passaram e a gente não conseguia plantar nada. O dinheiro acabou em pouco tempo e os camponeses tiveram que nos ajudar. Por isso eles não gostavam muito de nós, porque esperavam que lhes ensinássemos como resolver problemas práticos da agricultura". Zhang Cangji é hoje jornalista. Só um dos seus colegas ficou no campo depois da Revolução Cultural.

Mais do que em qualquer outra revolução socialista, a agricultura esteve sempre directamente ligada ao desenvolvimento da China depois de 1949. Num país de um bilião e cem milhões de pessoas e que passou ao socialismo sem ter sequer uma experiência mínima de industrialização, a comida foi sempre uma preocupação diária, tanto para quem produz como

para quem consome. O ênfase dado à agricultura no novo programa econômico corresponde, portanto, a uma necessidade básica do país.

Pelo novo sistema, que passou a ser chamado "sistema de responsabilidade na produção", cada camponês é responsável pela produção da comuna ou da fazenda estatal, e tem direito à redistribuição dos lucros, sempre que a produção ultrapassar as metas estabelecidas no início do ano. Se a produção ficar abaixo, o camponês é igualmente responsável e deve complementar o déficit, desde que este não seja provocado por factores fora do seu controlo (catástrofes naturais ou epidemias).

Estímulos materiais

E para que o camponês produza sempre mais, o Governo instituiu, a partir de 1978, uma série de estímulos materiais. Assim, um camponês de uma comuna, como a que visitámos em Shangai, ganha em média 86 *yuans* por mês (cerca de 42 dólares) como salário base da comuna. No fim do ano passado, na comuna de Peng Pu, a redistribuição dos lucros deu a cada um dos seus 19 mil habitantes uma quota extra de 60 *yuans*. Se tivermos em conta que um operário urbano ou um jornalista ganham entre 60 a 70 *yuans* por mês, o trabalhador agrícola tem uma posição económica muito melhor. Posição esta que é ainda mais evidente quando se constata que o camponês tem direito a um ganho extra no mercado livre. Na comuna de Peng Pu encontrámos trabalhadores que chegam a receber quase dez *yuans* por semana com a produção de artesanato nas horas vagas.

A nova política procura valorizar o trabalho dos camponeses mais experientes e empreendedores

No campo, predominam as famílias grandes, isto é, de quatro até cinco pessoas. Como todos os que têm mais de 18 anos são produtivos e têm direito aos seus 14 m², muitas vezes a área privada total pode chegar a 70 m². Para nós, isso não passa de um fundo de quintal, mas na China é uma dimensão considerável, e que em geral é explorada centímetro por centímetro. Em Peng Pu, as 4808 famílias que compõem a comuna, vivem na sua grande maioria em casas de dois andares, um luxo para os padrões chineses. Nas quatro casas que visitámos, o primeiro andar é o mais simples, quase sem móveis, onde fica uma cozinha mínima e a casa-de-banho, além de uma sala grande em geral usada para o trabalho. A parte social fica no andar de cima. Numa das casas havia um televisor e um aparelho de rádio em cada um dos dois quartos. Essa família pode dar-se ao luxo de ter também um sofá, tido na China como um símbolo de progresso, tão importante quanto os electrodomésticos.

Tanto a casa como os bens foram comprados com os ganhos do trabalho na comuna e com a venda de peças de artesanato no mercado livre. Uma família camponesa não paga aluguer, consome muito pouca luz, em geral produz os alimentos básicos que necessita para o seu consumo graças ao cultivo de uma horta caseira na terra privada e não tem despesas com a educação e a saúde porque a comuna fornece tudo gratuitamente. Resultado: existem famílias que chegam a acumular uma poupança anual de quase 45% dos seus ganhos.

Como esse sistema está implantado há três ou quatro anos, os camponeses vivem activamente uma



certa euforia consumista. É difícil encontrar pessoas que queiram sair do campo para ir trabalhar nas cidades, embora existam muitos chefes de família que trabalham em fábricas enquanto a mulher e os filhos fazem o trabalho agrícola. Nesse caso, a mulher recebe os ganhos da produção e tem as regalias de um membro da comuna, enquanto o homem só tem as vantagens do trabalho na fábrica. O mesmo vale para os filhos.

E como consequência, a produção agrícola cresceu em todo o país. Já não existe escassez de hortaliças nas grandes cidades, um fenómeno crónico nos últimos quinze anos. Os cultivos de larga escala como arroz, trigo, soja e outros também cresceram, porque aumentou a produção das comunas que se dedicam a esse tipo de lavoura. Nas fazendas estatais, o aumento da produção ficou abaixo do registado pelas comunas, porque a burocratização das grandes unidades agrícolas impediu que elas superassem, até ao momento, os enormes problemas acumulados nos últimos anos. Existe actualmente uma tendência para transformar as fazendas estatais com maiores problemas, em comunas. Isto é, a administração deixaria de ser centralizada e estatal, para ficar nas mãos dos próprios agricultores. Os economistas chineses acreditam que essa transformação, mais o sistema de responsabilidade na produção, devem estimular a rentabilidade de várias fazendas colectivas que hoje estão emperradas. O director do *Diário dos Camponeses*, de Guangzhou, disse que não existe nenhum plano para acabar definitivamente com as fazendas estatais, conforme foi anunciado por alguns jornais do Ocidente.

Prestação de serviços

Além do "sistema de responsabilidade na produção", dos estímulos materiais e do mercado livre, existem ainda outras mudanças que certamente seriam taxadas de "burguesas" pelos adeptos da revolução cultural. A mais polémica delas é a reintrodução, em escala reduzida, do sistema de subcontratação de mão-de-obra. Um camponês, nas suas horas vagas, pode vender a sua força de trabalho a outro camponês mediante um pagamento estabelecido pela livre negociação. O sistema está limitado a negociações privadas, isto é, à venda das horas livres para trabalho no lote privado de outro camponês. É uma modalidade que se restringe a um pequeno número de casos, embora a frequência venha aumentando, notoriamente nos casos de comunas mais ricas.

A outra modalidade de prestação de serviços introduzida nos últimos dois anos é a do chamado trabalho especializado, envolvendo principalmente avicultura, suinocultura, pecuária, silvicultura e criação de peixes. Esse sistema pode tomar duas formas distintas: um camponês assina um contrato com a comuna ou fazenda estatal para fornecer um tipo especializado de trabalho. Ele entra com o seu conhecimento técnico e o colectivo com os meios de produção. Os lucros são divididos entre as duas partes em proporções que variam de acordo com o tipo de contrato. A outra forma de prestação de serviços especializados envolve as horas vagas de um membro



Entre as famílias camponesas que a rigorosa política de controlo da natalidade encontra maior resistência

da comuna. Nesse caso, ambas as partes funcionam independentemente, ou seja, não há divisão de lucros, porque o indivíduo é responsável pelo fornecimento de uma quantidade fixa de horas de trabalho por um preço acordado previamente. Se o indivíduo não alcançar a meta estabelecida, o colectivo não tem qualquer responsabilidade no prejuízo.

O trabalho especializado já envolve mais de meio milhão de camponeses em toda a China. Em Heilongjiang, por exemplo, os trabalhadores especializados fornecem 83% dos ovos e 68% das galinhas consumidas pela população. Noutras províncias chinesas, na produção de porcos, vacas e peixe para consumo, a participação dos trabalhadores especializados chega hoje a atingir 90% do total. Os responsáveis pela introdução deste sistema afirmam que ele valoriza o trabalho dos camponeses mais experientes e empreendedoras.

Na conversa com o director do *Diário dos Camponeses* foi-me explicado que a questão básica de todas as reformas económicas promovidas pela equipa de Deng Xiaoping é a incapacidade do governo em realizar investimentos em massa na agricultura para aumentar a produção de comida. Não existe dinheiro disponível para ser desviado da indústria, da defesa, ou da previdência social para financiar a economia rural. E sem um aumento da produção de comida, o meu interlocutor afirma que o sistema socialista correria riscos muito sérios, podendo gerar uma queda da confiança do povo no governo e até mesmo o surgimento de focos de descontentamento.

A solução encontrada para acumular recursos destinados a investimentos na agricultura foi a de

aumentar o trabalho do camponês tanto em número de horas como em qualidade. E para chegar a esse objectivo, foi introduzido o sistema de estímulo material. Essa é a lógica do novo programa que parece estar a dar resultados positivos, mas envolve a longo prazo uma série de interrogações. A principal delas é a possibilidade da China chegar ao mesmo tipo de crise que hoje afecta a agricultura de vários países socialistas da Europa, que introduziram há algum tempo o mesmo sistema de estímulo material.

As famílias camponesas podem ser levadas a procurar ter cada vez mais filhos como uma forma de ampliar a área privada e com isso elevar os ganhos particulares. Os funcionários chineses dizem que tal será bloqueado pela rígida política de limitação da natalidade, que impõe penalizações ao casal que tenha mais de um filho. Mas o que até agora não está provado, é se o crescimento da produção familiar não ultrapassará o preço das punições por infringir o controlo da natalidade.

Livre iniciativa

Além disso, ao dar ênfase ao aspecto privado em determinados ramos da produção, e ao procurar estimular os camponeses com uma rentabilidade própria, o governo está a abrir campo para a livre iniciativa. Embora esse campo ainda seja muito limitado (apenas 7% da área das comunas é controlada pelos camponeses em carácter privado) é claro que, de futuro, as pressões para que ele seja ampliado surgirão, na medida em que o esforço adicional dos trabalhadores se for tornando cada vez mais compensador. Existe também o risco de os camponeses beneficiados pelo sistema de responsabilidade na produção, se passarem a interessar por lucros crescentes, exploração de empregados subcontratados e especulação.

Ao abrir as válvulas do consumo, severamente restrito até 1976 por causa da produção limitada e pelas barreiras ideológicas, o governo actual está a assumir um risco calculado. De momento, as vantagens imediatas ofuscam o surgimento de dúvidas quanto ao futuro, ao nível do homem de rua. O governo e o Partido Comunista garantem que as eventuais distorções do novo sistema poderão ser combatidas eficazmente graças à educação ideológica. E chegam a afirmar que "só um país que passou por uma revolução cultural" tem possibilidade de encarar a abertura política e económica sem riscos de adulteração dos princípios socialistas.

A outra grande interrogação prende-se com o tipo de crescimento das comunas. As que se situam perto das grandes cidades e em toda a faixa oriental do país, perto do mar, têm um grau de desenvolvimento muito maior do que as do interior, em geral bem mais pobres. Isto segue de alguma maneira o padrão geral do país, rico no litoral e mais pobre à medida que avança para o interior. Um projecto socialista teria que ter logicamente em vista reduzir a diferença e não deixar que ela se amplie, se for dada liberdade de iniciativa. O camponês da faixa oriental tem maiores condições de ganhar mais do que o do interior. Este último vai ter que contar com investimentos



Os mercados agrícolas livres e o consumo de electrodomésticos são outros exemplos da mudança

e auxílio governamental para vencer as barreiras naturais ao seu progresso económico.

As dúvidas que surgem em torno do novo programa económico chinês são muitas. A curto prazo, elas perdem em importância diante dos ganhos alcançados, embora alguns sectores ainda ligados à revolução cultural continuem a fazer duras críticas ao novo sistema.

Um dirigente chinês a quem manifestámos uma certa apreensão quanto às consequências a longo prazo das reformas introduzidas, deu-nos uma resposta desconcertante: "Aqui neste país, desde 1949, nós já errámos muito e nem assim a revolução acabou. O Grande Salto fracassou. A Revolução Cultural, apesar de reconhecida pelo mundo inteiro como um passo em frente ao socialismo, acabou num impasse. Mesmo que quiséssemos antecipar as consequências futuras do novo programa económico, seria impossível, porque o futuro é feito do presente. E a nossa capacidade de entender o presente é limitada. Este é o risco que correm todos os que pretendem construir o socialismo". (C.C.) □

A China e a América Latina

A China apoia uma gestão colectiva dos países do Terceiro Mundo para renegociar em termos globais o problema da dívida externa dos países pobres, mas não acredita que uma moratória geral possa resolver definitivamente a questão. É o que afirma o director do Departamento de Assuntos da América e Austrália, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Zhu Qizheng. A conversa que com ele travámos durou quase duas horas e foi especialmente esclarecedora quanto à posição chinesa sobre a América Latina. Dela aqui publicamos um resumo:

— *Como vê o regresso de vários países latino-americanos à democracia?*

— A China considera extremamente positivo o regresso a um sistema democrático na América Latina. Acredita, inclusive, que esse regresso se deveria estender a todos os restantes países que ainda não vivem em democracia, no resto do continente. Acreditamos que os governos escolhidos pelo povo são sempre os mais correctos, embora muitas vezes o povo se possa enganar. Mas este é um julgamento que não pretendemos fazer em casos específicos. Ahamos que os assuntos de cada país devem ser resolvidos internamente.

— *E o caso da "abertura" brasileira?*

O povo chinês quer aproximar-se dos latino-americanos



— As mudanças recentes no Brasil, especialmente as últimas eleições, são o resultado de esforços de amplos sectores sociais que agora começam a amadurecer. Creio que esse processo de transformação está em desenvolvimento, e espero que o Brasil avance ainda mais no desenvolvimento democrático das suas instituições políticas e económicas.

— *Como vê o governo da China o crescente endividamento dos países do Terceiro Mundo em relação aos grandes centros financeiros da Europa e Estados Unidos?*

— A dívida externa é o resultado da transferência dos problemas e dificuldades dos grandes países capitalistas para as economias dos países pobres. A esse problema deve-se agregar a acentuada queda dos preços de matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo. A soma desses dois factores fez com que numerosos países da África, Ásia e América Latina não mais pudessem pagar os seus débitos. No caso da América Latina, o total da dívida com os grandes bancos ocidentais sobe a 240 mil milhões de dólares, o que representa cerca de 84% da dívida externa global do Terceiro Mundo. É uma situação muito grave, cujo único remédio é a união de todos os países do Terceiro Mundo para impedir que os ricos continuem a transferir os seus problemas para os pobres, que no final de contas, são obrigados a pagar por todos os desmandos dos grandes centros de consumo da Europa e dos Estados Unidos. Os países do Terceiro Mundo devem forçar conversações para contrabalançar a passividade dos Estados Unidos. Os norte-americanos não se interessam por discutir em pé de igualdade. Eles só cedem quando pressionados. O caso da Conferência de Cancun foi bem típico. A Conferência foi um passo positivo nas conversações globais para instaurar uma Nova Ordem Económica Internacional. Nesse processo deve haver uma intensificação dos contactos Sul-Sul porque o Terceiro Mundo, em cada dia que passa, descobre mais e mais que do Norte só virão atitudes que beneficiem o próprio Norte.

— *Acredita que uma moratória conjunta de todos os devedores do Terceiro Mundo possa ser uma solução?*



Actualmente a China tem relações diplomáticas com 14 dos 32 países latino-americanos

— A moratória é um problema muito complicado. É impossível dar uma resposta definitiva. As relações económicas entre os países pobres e os ricos são muito complexas. Há situações internas muito delicadas em cada um dos países devedores. Somente após uma discussão aprofundada de cada caso é que se pode dar uma opinião sobre a moratória.

— *Como vê a política brasileira em relação a África?*

— A China apoia a aproximação do Brasil com os governos anti-racistas da África. Acreditamos que essa aproximação possa fortalecer a cooperação entre os países do Terceiro Mundo. Trata-se de uma aproximação mútua. Apoiamos o discurso do presidente Figueiredo nas Nações Unidas porque vemos nesse pronunciamento a confirmação dos efeitos destruidores da economia dos grandes sobre a dos pequenos. E acreditamos especialmente que a posição brasileira sobre o caso da Namíbia possa dar uma contribuição efectiva para a solução desse problema colonialista.

— *A China pretende apresentar-se como uma alternativa ao equilíbrio entre os Estados Unidos e a União Soviética?*

— A China adopta uma política externa independente e autónoma. Pretendemos ter relações com qualquer país que aceite as normas de convivência pacífica entre as nações. Queremos relações preferenciais com o Terceiro Mundo. Somos tanto contra as hegemonias de qualquer tipo como contra as pretensões imperialistas. Estes são os princípios básicos da nossa posição internacional. Não estamos interessados na manutenção do equilíbrio mundial da forma como ele está estabelecido actualmente. Não apoiamos um equilíbrio de hegemonias, nem pretendemos exercer uma hegemonia alternativa.

— *Acredita que as relações da China com a América Latina pioraram nos últimos anos?*

— A China tem relações com 14 dos 32 países latino-americanos. Os que ainda não têm embaixadas em Beijing enfrentam dificuldades internas e externas para romper com o regime de Taiwan. Nós poderemos esperar o tempo necessário para que esses países resolvam os seus problemas. Não somos nós que nos opomos a uma normalização das relações diplomáticas. É verdade que as nossas relações com os latino-americanos não foram mais intensas nos últimos anos por causa dos nossos próprios problemas. Mas temos a esperança de que os laços entre a China e a América Latina se possam tornar excelentes nos próximos anos. Temos um relacionamento satisfatório com o Brasil. As nossas trocas comerciais chegaram a 300 milhões de dólares no último ano. Estamos também a intensificar o comércio com o México, Argentina, Venezuela e Colômbia.

— *Qual a posição chinesa sobre o Movimento dos Países Não-Alinhados?*

— A China apoia os Não-Alinhados embora não faça parte do Movimento. Estamos afastados por uma questão jurídica. Em 1950, a China assinou um tratado de amizade com a URSS e quando o Movimento dos Não-Alinhados surgiu em 1956, nós ficámos de fora. Esse tratado com a URSS já se esgotou de direito em 1980 e, de facto, já estava morto há muito mais tempo. Nós acreditamos que possamos ajudar os países Não-Alinhados mesmo estando fora do Movimento. Pensamos a mesma coisa em relação ao grupo dos 77. Apoiamos toda e qualquer organização ou movimento que esteja preocupado em promover uma maior aproximação entre os países do Terceiro Mundo. Poderia dizer que esta é a preocupação fundamental de toda a nossa política externa. □

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:

Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal

Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260

A woman wearing a white headwrap and a white shawl over a patterned skirt is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

N.º 4 de Fevereiro, n.º 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.